

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

OS IMPACTOS DO ENSINO AGROPECUÁRIO DO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS NA COMUNIDADE
INDÍGENA TICUNA UMARIAÇÚ EM TABATINGA – AM

MÁRCIO ANTÔNIO LOURENÇO MOTA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

**OS IMPACTOS DO ENSINO AGROPECUÁRIO DO INSTITUTO
FEDERAL DO AMAZONAS NA COMUNIDADE INDÍGENA TICUNA
UMARIAÇÚ EM TABATINGA – AM**

MÁRCIO ANTÔNIO LOURENÇO MOTA

Sob a Orientação do Professor
Dr. José Roberto Linhares de Mattos

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Novembro de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M917i MOTA, MÁRCIO ANTÔNIO LOURENÇO , 1981-
OS IMPACTOS DO ENSINO AGROPECUÁRIO DO INSTITUTO
FEDERAL DO AMAZONAS NA COMUNIDADE INDÍGENA TICUNA
UMARIAÇU EM TABATINGA - AM / MÁRCIO ANTÔNIO LOURENÇO
MOTA. - Seropédica, 2019.
71 f.: il.

Orientador: José Roberto Linhares de Mattos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2019.

1. Impactos. 2. Comunidade indígena. 3. Indígena
Ticuna. . I. Mattos, José Roberto Linhares de , 1958
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

MÁRCIO ANTÔNIO LOURENÇO MOTA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12/11/2019

José Roberto Linhares de Mattos, Dr. UFF

Sandra Maria Nascimento de Mattos, Dra. Outro

Elisângela Aparecida Pereira de Melo, Dra. UFT

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho com todo amor ...
À minha esposa Sindy Grimm e meus filhos
Giuliana (8) e Gustavo (5) pelo amor
incondicional o qual me revestiu de forças
durante esse mestrado. Se tornaram fortes
quando foi preciso e isso me proporcionou
segurança para que concluísse meu objetivo.*

*À toda família Mota na pessoa da
minha irmã mais velha Dra. Marinete Mota
que hoje exerce o papel paterno e materna
diante dos cinco irmãos. À toda família, meu
carinho. Era necessário está perto de todos
vocês para vencemos juntos e venceremos
sempre, enquanto juntos estivermos.*

AGRADECIMENTOS

Como cristão, agradeço primeiramente a Deus pela sabedoria recebida o desenvolvimento deste trabalho e iluminação de meus caminhos, dando-me segurança nas viagens dos módulos e na pesquisa de campo.

Ao meu orientador Dr. José Roberto Linhares de Mattos, por todo acompanhamento nesses dois anos, por ter acreditado nesse trabalho, por me possibilitar o crescimento científico com a participação de eventos de educação dentro e fora do país.

A professora Sandra Maria Nascimento de Mattos por aceitar participar da banca de avaliação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola juntamente com Instituto Federal do Amazonas, que através da parceria, implantaram o Mestrado em Educação Agrícola capacitando muitos dentro e fora do país.

Ao amigo conterrâneo professor Elenilson Silva, que muito ajudou com suas preciosas contribuições e ideias no presente trabalho.

Aos egressos do curso Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) Indígena Integrado em Agropecuária que foram objeto de estudo e cooperaram bastante com suas valiosas informações.

Ao meu amigo e irmão Eliandro Ribeiro – Gerente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) à época do estágio profissional que nos abriu as portas institucional para que pudéssemos realizar as horas do estágio profissional obrigatório. Bem como a gestora da Escola Imaculada Conceição – Profa. Cássia. A vocês meu muito obrigado!

Aos meus pais (*in memoriam*) Antônio Siqueira Mota e Marilene Costa Lourenço. A esses devo tudo que sou, tudo que me tornei. Com todo esforço, enfrentaram juntos as dificuldades da vida para propiciar estudos aos 6 filhos. Cumpriram seus objetivos, pena que hoje não possam ver os frutos de sua dedicação. A eles meu agradecimento com amor eterno.

*Pois d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas.
A Ele seja a Glória para sempre! Amém!*

Romanos 11:36

BIOGRAFIA

NOME: **MÁRCIO ANTONIO LOURENÇO MOTA**

DATA NASC: 29/03/1981

NATURALIDADE: BENJAMIN CONSTANT-AM

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

CARGO: PROFESSOR ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS TABATINGA DESDE 11/03/2013 ATÉ A PRESENÇA DATA

SIAPE: 02007991

Nascido e criado no município de Benjamin Constant, interior do Estado do Amazonas, formando em escola pública em toda a jornada do ensino fundamental, médio, e superior ao qual cursou o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-Am (CESTB – UEA) de 2003 a 2007 e fez Especialização pela mesma Instituição formadora de 2008 a 2009 em Conservação dos Recursos Naturais, ao mesmo tempo da especialização, estudou na Universidade Federal do Amazonas no Curso de Licenciatura em Biologia e Química, mas não concluído devido a problemas no reconhecimento do curso. As incertezas de não ser reconhecido o fizeram desistir.

Iniciou sua jornada como docente temporário através de processo de seletivo pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc)/AM atuando na formação do Ensino Médio com a disciplina de Biologia.

Atuou por quase 2 anos na educação indígena como professor do Ensino Médio na comunidade desempenhando a função de professor intermediador. Este Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica ganhou vários prêmios dentro e fora do país devido evitar o êxodo indígena de suas terras para a zona urbana para continuar seus estudos.

Nesse Programa atuou como professor do Ensino Médio presencial com mediação tecnológica. A comunidade reservava um espaço coberto onde os equipamentos eram instalados com uma antena potente de internet que captava o sinal e lançava a uma televisão (TV) de LED¹ de 60 polegadas. Estes equipamentos eram ligados a um gerador de energia ao qual o Estado entregou em cada comunidade que recebeu o projeto.

Para cursar o referido Programa os alunos de comunidades vizinhas chegavam de canoas e motores “rabetas” por volta das 18:00 na comunidade sede. Assim como os

¹ *Light Emitting Diode*, que significa “diodo emissor de luz”. Consiste numa tecnologia de condução de luz, a partir energia elétrica. Informação obtida em <https://www.significados.com.br/led/>, em 20 de out. de 2019.

professores saíam da sede do município por volta de 17:30 numa canoa rabeta com percurso de 1h aproximadamente de viagem e voltávamos por volta das 23:00, sob todas as intempéries da natureza como frio, chuva, rio revoltoso entre outros, mas tudo muito proveitoso com uma fonte infinita de boas experiências na educação escolar indígena.

Veio a aprovação em concurso público ao qual entrei para o quadro efetivo do Instituto Federal do Amazonas (Ifam), Campus São Gabriel da Cachoeira para a carreira docente na área de Biologia.

Ficou no Ifam Campus São Gabriel da Cachoeira-AM de março de 2013 até fevereiro de 2017 trabalhando como professor do ensino básico técnico e tecnológico com alunos indígenas. Foi transferido então para o Ifam Campus Tabatinga-AM, onde atua até hoje como professor de Biologia.

Como docente, tenho tirado os mais deleitosos suspiros no exercício da função, onde as experiências vão de encontro com tudo aquilo que não conhecíamos de fato. Nessa jornada você ensina o que aprendeu, aprende o que ensina, mistura as receitas e colhe as surpresas dos frutos. Veiga (2001) afirma que a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos.

Na atualidade, dentre muitos espaços de educação as disciplinas escolares têm sido tratadas como algo anistórico e neutro que não pode nem deve ser questionada. Faço parte talvez, de uma minoria de docente que não se importa em completar a ementa no final do ano, se no decorrer do ano, usei muitas de minhas aulas para contextualizar os conhecimentos de berço de meus alunos com os conhecimentos científicos, e isso tem me trazido boas experiências na arte de ensinar, como enfatiza Vasconcellos (2008):

Se quisermos uma escola libertadora, é absolutamente decisivo que os alunos assumam seu papel de sujeitos, que sejam protagonistas do seu processo de educação, superando a longa tradição da maquinaria escolar que tenta, de todas as formas, ainda que com a melhor das boas intenções, reduzi-los a meros 'receptáculos'. (p.77).

Além de professor, exerceu várias funções de coordenações na área administrativa e pedagógica. Isso só lhe favoreceu gerando uma gama de experiência que hoje tem colhido seus frutos um docente melhor, mais ajustado ao meio que vive, conhecedor dos segmentos que compõe a Instituição Federal de Ensino.

Enfim, esta é sua trajetória como docente até o presente momento. Aparentemente pouco tempo de docência, mas tudo muito intenso.

RESUMO

MOTA, Márcio Antônio Lourenço. “**Os Impactos do Ensino Agropecuário do Instituto Federal do Amazonas na Comunidade Indígena Ticuna Umariacú em Tabatinga – Am**”. 2019. 71 f. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

Essa pesquisa procura analisar os possíveis impactos do ensino Técnico Agropecuário no contexto da vida em comunidade indígena de atuação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam), Campus Tabatinga, na modalidade Proeja, tendo em vista a formação de profissionais indígenas que pudessem contribuir com o processo de desenvolvimento econômico e segurança alimentar do povo Ticuna. O *locus* da pesquisa refere-se à comunidade indígena Ticuna do Umariacú que se encontra localizada no município de Tabatinga-AM, situada no contexto de Amazônia, na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, na Mesorregião do Alto Solimões. A metodologia utilizada para desenvolver esta pesquisa baseia-se no enfoque epistemológico da fenomenologia pela ênfase dada ao mundo da vida cotidiana. A abordagem qualitativa nos permite ter uma visão mais ampla de um cenário do fenômeno social, isto é, estimulando a pesquisa de forma livre sobre o tema, objeto e conceitos. A técnica utilizada pauta-se no Estudo de Caso, o qual possibilita a análise do fenômeno social em questão de forma sistêmica (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O método leva a compreensão a partir da própria realidade, obtendo dados através de entrevistas, questionário socioeconômico e observação participante. Participaram desta pesquisa, 09 (nove) alunos egressos indígenas do curso técnico em agropecuária na modalidade proeja, todos da etnia Ticuna, 07 (sete) lideranças indígenas Ticunas do Umariacú; 02 (dois) professores do Ifam que atuam na área técnica da agropecuária; 01 (um) coordenador do curso de agropecuária. Os resultados desta pesquisa vêm afirmar categoricamente a necessidade de formulação de políticas públicas mais específicas que atenda as peculiaridades da comunidade indígena, bem como a necessidade de oferecer capacitações profissionais técnicas que realmente possam investir de forma mais efetiva no desenvolvimento econômico, para então proporcionar autonomia financeira e independência governamental. Portanto, conclui-se que o Ifam possa repensar novos cursos que sejam mais condizentes com a realidade sociocultural dos indígenas Ticuna nesse trapézio amazônico, possibilitando a inclusão social. Por fim, os estudos sugerem novas pesquisas, tendo em vista a complexidade que envolve a temática de formação profissional em nível médio de indígenas do Amazonas.

Palavra-chave: Impactos – Comunidade indígena – Indígena Ticuna.

ABSTRACT

MOTA, Márcio Antônio Lourenço. **"The Impacts of Agricultural Education of the Federal Institute of Amazonas on the Ticuna Umariacú Indigenous Community in Tabatinga - Am"**. 2019. 71 p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

This research seeks to analyze the possible impacts of technical education in the context of life in an indigenous community of the Federal Institute of Education Science and Technology of Amazonas-IFAM, Campus Tabatinga, in Proeja mode, in view of the training of indigenous professionals who could contribute to the process of economic development and food security of the Ticuna people. The locus of the research refers to the Ticuna do Umariacú indigenous community, which is located in the municipality of Tabatinga-AM, in the context of the Amazon, on the triple border Brazil, Colombia and Peru, in the Alto Solimões Mesoregion. The methodology used to develop this research is based on the epistemological approach of phenomenology by the emphasis given to the world of everyday life. The qualitative approach allows us to have a broader view of a scenario of the social phenomenon, that is, stimulating free form research on the theme, object and concepts. The technique used is based on the Case Study, which enables the analysis of the social phenomenon in question in a systemic way (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). The method leads to understanding from reality itself, obtaining data through interviews, socioeconomic questionnaire and participant observation. Participated in this research, 09 (nine) indigenous students graduating from the technical course in agriculture in the modality proeja, all of the ethnic group Ticuna, 07 (seven) indigenous leaders Ticunas do Umariacú; 02 (two) Ifam teachers who work in the technical area of agriculture; 01 (one) coordinator of the agricultural course. The results of this research categorically affirm the need to formulate more specific public policies that meet the peculiarities of the indigenous community, as well as the need to offer technical professional qualifications that can actually invest more effectively in economic development, thus providing financial autonomy. and government independence. Therefore, it is concluded that Ifam can rethink new courses that are more in line with the socio-cultural reality of the Ticuna Indians in this Amazonian trapeze, enabling social inclusion. Finally, the studies suggest new research, considering the complexity that surrounds the theme of vocational training at medium level of indigenous people of the Amazon.

Keyword: Impacts - Indigenous Community - Ticuna Indigenous

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente
CEFET – AM – Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
ETFAM – Escola Técnica Federal do Amazonas
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas
IFAM-CTBT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Tabatinga
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA – Instituto Sócio Ambiental
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
PDI – Planejamento de Desenvolvimento Institucional
PIASOL – Polícia Indígena do Alto Solimões
PIT – Posto Indígena de Tabatinga
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
SAFs – Sistemas Agroflorestais
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pintura dos rostos com jenipapo na Festa da Moça Nova	3
Figura 2: Municípios da região do Alto Solimões onde se localizam os Ticunas atualmente..	4
Figura 3: Yo'i pescando o povo Ticuna no lago <i>Eware</i>	9
Figura 4: Tronco da Samaúma que formou o rio Solimões	10
Figura 5: <i>Yo'i</i> e <i>Ipi</i> nascem do Joelho de <i>Ngutapa</i> deus pai.	11
Figura 6: Sopa da <i>jacarerana</i> e as divisões dos clãs	12
Figura 7: A pintura facial e a identificação do clã Ticuna	13
Figura 8: Marco da Terra indígena de Umariacú	14
Figura 9: Vista aérea da Comunidade de Umariacú.....	14
Figura 10: Umariacú na Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.....	15
Figura 11: Ruas de concreto da comunidade	15
Figura 12: Escola Municipal Indígena <i>Oi Tchürine</i>	16
Figura 13: Feira indígena no centro da cidade de Tabatinga	17
Figura 14: Descarte de latas e garrafas de bebidas alcólicas próximo a ponte que divide as duas comunidades.....	17
Figura 15: Ponte que divide Umariacú I e Umariacú II	18
Figura 16: Preparo do moqueado (peixe assado na fumaça).....	21
Figura 17: Preparação do Pajuarú	22
Figura 18-19: Pintura dos ornamentos dos personagens da festa.....	23
Figura 20: Escola de Aprendizes Artífices no Rio de Janeiro em 1909.....	24
Figura 21: Cronologia dos Institutos Profissionais no Brasil.....	28
Figura 22: Ciclo da produtividade agrícola de comunidades ribeirinhas.....	33
Figura 23: Vista aérea do Campus Ifam Tabatinga.....	37
Figura 24: Síntese da união dos saberes no curso Agropecuária do Proeja indígena	39
Figura 25: Feira no centro de Tabatinga de produtos provenientes da produção indígena.....	51
Figura 26: Tipo de roçado na comunidade de Umariacú	54
Figura 27: Método de coivarar a terra para plantação.....	55
Figura 27: Método de coivarar a terra para plantação.....	57
Figura 29: Casa de um comunitário e ao lado seu pequeno roçado	57
Figura 30: Galinhas criadas livremente, longe das técnicas recomendadas.....	58
Figura 31: Turma Técnico Agropecuário em aula com Gerente do Idam Tabatinga	60
Figura 32: Criação de quelônios pelo egresso Arara.	62
Figura 33: Aspectos dos quelônios do viveiro indígena	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Ambientes físicos construídos.....	38
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Nações, Clãs e Subclãs Ticuna	12
Quadro 02: A Divisão do Trabalho na preparação da festa <i>Worecü</i>	20
Quadro 03: Cursos técnicos oferecidos no Campus Ifam Tabatinga/AM	29
Quadro 04: Cursos pretendidos pelos Ticuna de Umariacú.....	30
Quadro 05: Recursos de Mídias	40
Quadro 06: Produtos comercializados pelos Ticuna na Feira Indígena.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Percentual de área construída – Campus Ifam TBT.....	37
Gráfico 02: Média de idades dos alunos do curso Proeja Agropecuária.....	42
Gráfico 03: Estatística por sexo dos alunos ingressos no Proeja.....	44
Gráfico 04: Situação dos alunos ingresso no Proeja indígena.....	45
Gráfico 05: Renda familiar dos egressos do curso de Agropecuária.....	49
Gráfico 06: Gráfico com percentual de dependentes da renda dos egressos.....	49
Gráfico 07: Percentual de atuação como técnico agropecuário entre os entrevistados.....	50
Gráfico 08: Renda oriunda do Técnico em Agropecuária.....	52
Gráfico 09: Avaliação econômica da formação de Técnico.....	53
Gráfico 10: Maiores dificuldades encontradas pelos egressos na formação	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I A ETNOLOGIA DO POVO INDÍGENA TICUNA DA COMUNIDADE DO UMARIAÇÚ	3
1.1 Ticuna o povo pescado: “ <i>Magüta</i> ”	3
1.2 A comunidade indígena Ticuna do Umariaçú e sua história	14
1.3 <i>Worecü</i> “A festa da moça nova”: retratando práticas de tradições culturais Ticuna	18
2 CAPÍTULO II O ENSINO TÉCNICO AGROPECUÁRIA DO IFAM <i>CAMPUS</i> TABATINGA: RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA E AS EXPERIÊNCIAS DOS EGRESSOS.....	24
2.1 O curso técnico em Agropecuária na modalidade Proeja e sua implantação em Tabatinga no Ifam.....	24
2.2 “A atividade agrícola está no meu sangue”: Objetivos e finalidades do curso e as experiências dos egressos	31
2.3 Proposta Pedagógica do Proeja de Agropecuária e as condições de implementação no <i>Campus</i> Tabatinga no ano de 2012	36
3 CAPÍTULO III OS IMPACTOS DO ENSINO TÉCNICO AGROPECUÁRIA DO IFAM NA COMUNIDADE INDÍGENA TICUNA DO UMARIAÇÚ	47
3.1 Os impactos socioeconômicos advindos dos conhecimentos técnicos agropecuários .	47
3.2 Os saberes tradicionais e os conhecimentos da agropecuária: as contradições, as rupturas e possíveis simbioses.....	55
3.3 As proposições, os desafios e os impactos do ensino técnico agropecuário: um olhar crítico sobre o curso técnico em Agropecuária voltado à comunidade indígena do Umariaçú	59
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

Este estudo pauta-se na abordagem temática do Ensino Técnico de formação do Ensino Médio de instituição federal, em um diálogo fértil com os estudos antropológicos, sociológicos e da Agropecuária no país em perspectiva de formação indígena. A intenção da pesquisa, ora apresentada, consistiu em analisar os impactos do ensino técnico agropecuário desenvolvido pelo Instituto Federal do Amazonas *campus* Tabatinga na vida da comunidade indígena Ticuna do Umariacú, localizada no limiar entre o rural e o urbano, conforme compreensões institucionais e governamentais.

A abordagem qualitativa com características etnográficas nos permitiu ter uma visão mais ampla de um cenário do fenômeno social, isto é, estimulou a pesquisa de forma livre sobre o tema, objeto e conceitos. Utilizou-se para interpretar conceitos, valores, costumes, percepções e entendimento que não podem ser quantificados, apenas sentidos pelas pessoas que vivenciam determinados fenômenos, neste caso os técnicos em agropecuária do Proeja indígena em seus campos de trabalhos.

Este estudo privilegia a pesquisa de campo, pois, esse tipo de pesquisa visa que o pesquisador busque informação diretamente no local da pesquisa, neste caso, entre os egressos e comunitários indígenas da comunidade do Umariacú em Tabatinga - AM. Logo o município de Tabatinga é o lócus da pesquisa que abriga a referida comunidade.

Tabatinga-AM Brasil encontra-se situada no universo da região Amazônica, na tríplice fronteira da Mesorregião do Alto Solimões. Fica, portanto, o município em uma localização estratégica entre os dois países estrangeiros, Peru e Colômbia.

Para o desenvolvimento desta pesquisa adotamos a metodologia do Estudo de Caso, a qual caracterizou-se pela análise de fenômenos em grupos sociais, que podem ser indivíduos ou organizações. O Estudo de Caso como estratégia de pesquisa é um método que compreende os fenômenos *in loco*, conhecendo a realidade vivida em um determinado contexto, e engloba o uso de técnicas de coleta de dados através de entrevistas, observações participativas dentre outras que permitem uma visão geral de um sistema (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Nas palavras de Morin (2000) a visão deve ser sistêmica, a qual vai além do reducionismo e do holismo. O primeiro reduz o todo aos elementos que o compõem. O segundo reduz a realidade ao todo, ignorando as partes, não reconhecendo as propriedades dos elementos, a organização e a complexidade desta realidade, na qual se propõe a referida pesquisa na compreensão de seu objeto de estudo.

Os sujeitos da pesquisa foram prioritariamente 09 (nove) alunos indígenas da etnia Ticuna, egressos do curso técnico em agropecuária na modalidade proeja, 07 (sete) lideranças indígenas do Umariacú; 02 (dois) professores do Ifam que atuam na área técnica da agropecuária; 01 (um) coordenador do curso de agropecuária.

No Alto Solimões a produção agrícola e a criação de animais em pequena escala são vitais para a subsistência de muitas famílias, principalmente as que residem nas zonas de várzeas. Entre elas encontram-se as dos indígenas Ticuna que contribuem significativamente com o abastecimento de produtos naturais alimentícios na região, principalmente os de natureza frutíferas, hortaliças e tubérculos, como por exemplo, a mandioca, macaxeira dentre outros.

Não podemos desconsiderar que ao longo da historiografia da sociedade o processo de desenvolvimento e evolução social sempre esteve presente no pensamento social do homem que busca constantemente melhores condições de vida. Neste contexto muitos tipos de desenvolvimento, principalmente os tecnológicos na questão da agropecuária, têm se

desenvolvido na perspectiva de produção em larga escala em nome do desenvolvimento econômico do país.

Em atenção aos objetivos de investigação este estudo encontra-se estruturado em três capítulos, a saber: o primeiro capítulo trata de abordar as questões da Etnologia do povo indígena Ticuna da comunidade do Umariáçú, visando tecer os modos de produções culturais do referido povo face às produções agrícolas e animais. O segundo capítulo apresenta o estudo realizado acerca do ensino técnico Agropecuário do Ifam *campus* Tabatinga: relação entre a proposta pedagógica e as experiências do egresso. Por último, o terceiro capítulo vem descrever os impactos do ensino técnico Agropecuário do Ifam na comunidade indígena Ticuna do Umariáçú.

1 CAPÍTULO I

A ETNOLOGIA DO POVO INDÍGENA TICUNA DA COMUNIDADE DO UMARIAÇÚ

Este capítulo vem apresentar a prática em etnologia desenvolvida no período de pesquisa, com a instrumentalidade da observação participante, bem como pelas experiências de vida nesta região e de contato com os indígenas da etnia Ticuna, mas também com limitações em vários aspectos, ressaltando-se a impossibilidade de apreensão da realidade em sua totalidade.

A etnologia é uma vertente da área de conhecimento da antropologia social e cultural, que promove a inserção do pesquisador no campo da pesquisa. Procuramos por intermédio deste método, compreender as formas de organização social do povo Ticuna, sua história, suas produções culturais, sendo este um exercício de suma relevância acerca do objeto de estudo para então contextualizar de forma mais precisa o fenômeno social que envolve a problemática de investigação.

1.1 Ticuna o povo pescado: “*Magüta*”

A denominação Ticuna, aparece na literatura pela primeira vez nos anos de 1641, originária do Tupi devendo ser grafado como *taco-una*. A grafia se apresenta na literatura de diversas formas, *Tipunas*, *Takuna* e *Tokuna*. O nome Ticuna, foi atribuído possivelmente por outros indígenas da região, com o significado de homens de preto (BRANDÃO, 2016).

Os Ticunas receberam esse nome pelos seus inimigos, pelo fato de pintar o rosto com a tinta preta. Na língua Tupi, “Ticuna” significa “nariz preto”, e essa pintura pode indicar seu clã nos mostra a Figura 1.



Figura 1: Pintura dos rostos com jenipapo na Festa da Moça Nova
Fonte: Costa (2014, p. 103)

A pintura preta no corpo dos Ticunas é feita de tinta natural extraída da fruta do jenipapo (*Genipapa americana*), prática milenar tradicionalmente praticada pela cultura indígena, servindo como proteção da vida, para curar certas doenças da pele e ainda para denominar a nação do índio Ticuna (GRUBER, 1997).

Em tempos remotos, antes dos europeus, registram-se a presenças de diversos grupos indígenas na região da Amazônia brasileira, entre eles os Ticuna. De acordo com Riaño-Umbarila (2003, p. 33) “[...] os ticunas habitavam as terras firmes do norte do Amazonas, desde o século XVI, sendo expulsos do lugar no século XVII, pela tribo inimiga dos Omáguas

(conhecidos no Brasil como Cambebas), numeroso grupo indígena que habitava a zona de várzea”.

Os Ticunas, para Oliveira Filho (1999), se autodenominam *Magüta*, que na língua materna significa dizer “povo que foi pescado com vara”, habitavam o território que envolvia a Amazônia legal, ou seja, esta região de tríplice fronteira no Amazonas, Brasil, Colômbia e Peru “[...] desde o baixo Napo até a região de São Paulo de Olivença entre os rios Javari e o Içá foi ocupada no século XVI pelos Aparia ou Aricana. A Aparia Grande ou Aparia o Grande, seu povoado principal, se situava próximo à boca do Javari” (RIAÑO UMBARILA, 2003, p.32).

Nos tempos contemporâneos, do lado brasileiro, a maioria do povo Ticuna encontram-se localizado em seis municípios da mesorregião do Alto Solimões (Figura 2), a saber: Tabatinga, Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tonantins, sendo distribuídos em mais de 20 terras indígenas (BENDAZZOLI, 2011).



Figura 2: Municípios da região do Alto Solimões onde se localizam os Ticunas atualmente.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org> (2019)

A etnia Ticuna traduz uma realidade histórica de um povo que soube sobreviver aos mais diferentes tipos de massificação, de homogeneização cultural e de extermínio populacional dos mais de 305² grupos étnicos registrados na história brasileira a partir do processo de colonização europeu no chamando “Novo Mundo³”.

De acordo com Oliveira Filho (2012, p. 18), foram várias formas de dominação dos indígenas no Alto Solimões, Amazonas. Essas formas foram revestidas da “[...] imposição de interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes da cena política [...]” dos agentes institucionais e organizações em nome da colonização e globalização, assim,

A instauração regular dessa dominação pressupõe não somente o uso repetido da força, mas também o estabelecimento de diferentes graus de compromisso com os diversos atores existentes, por meio dos quais o grupo dominante passa a articular interesses outros que não os seus próprios, obtendo certa dose de consenso e

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36682290>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

³ Denominação das terras brasileiras encontradas pelos europeus, em seguida iniciando-se o período de conquistas e domínios de bens capitais disputadas pelos impérios português e espanhol. A ideologia de Novo Mundo, traz consigo, uma interpretação da Amazônia que gera interesses geopolíticos, exploração de riquezas e de disputas econômicas na perspectiva de acúmulo de capital. Sob a ideologia da Amazônia como Novo Mundo, instaura-se um período longo de desconsideração, de aniquilação dos povos tradicionais e suas culturas que já habitavam e dominavam a Amazônia. A esse respeito conferir Neide Gondim (2007).

passando a exercer a dominação em nome de interesses e valores gerais (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 18).

Oliveira Filho (2012) aponta dentre outras formas de dominação sobre os indígenas no Alto Solimões, as missões religiosas, os diretores de índios⁴ e as empresas seringalistas. Essas formas de ordem sociocultural, de organização social para homogeneizar valores culturais e de relações de trabalhos, serviram para estabelecer o índio como escravo, como mão de obra agrícola, doméstica, guias de selva, além de estereotipá-lo como preguiçoso e selvagem.

Para ilustrar o processo de domesticação e colonização, enfatizamos as missões religiosas no Alto Solimões, a qual se propagou com os princípios e valores da catequização dos indígenas, para então torná-los civilizados, uma vez que eram considerados bárbaros. Os missionários eram os líderes das aldeias reunidas em missões, eram os ditadores das normas, regras e bons costumes para se alcançar a salvação da alma.

De forma, que os missionários iam se apropriando dos conhecimentos indígenas submetendo-os “[...] a um regime disciplinado e rigoroso de trabalho, introduzindo entre eles, alguns produtos e técnicas agrícolas por eles desconhecidos” (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 21).

Os diretores, por sua vez, se encarregaram de estabelecer a relação de poder do domínio português. Os diretores de índios, mesmo criado em nome da liberdade da escravidão indígena, veio a reforçar ainda mais a dependência dos índios aos colonizadores, como observou Jobbim (1940, p. 112),

[...] o regime das aldeias introduzido pelo Diretório [...] não foi muito feliz. O aborígene continuava a ser disfarçado de escravo, não mais dos missionários [...] o índio trabalhava para o diretor e para o comum nas aldeias. Às vezes eram entregues a particulares que se serviam deles por longo tempo no amanho das terras, nas viagens e na pesca.

Quanto às empresas seringalistas, vale ressaltar, que os Ticunas enquanto povo não extinto, como outros na região, os menos arredios e mais catequizados se constituíram como “[...] uma reserva básica de trabalho para as empresas seringalistas” (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 27). Observa-se que mesmo em períodos mais recentes os índios Ticunas continuavam sendo explorados, apropriados, dominados pelos grandes capitais, pois, conforme descreve Oliveira Filho (2012, p. 28),

[...] Ainda hoje, os Ticunas relatam como era hábito serem levados com sua família de um seringal para outro (às vezes bastante distante) pelo seu ‘patrão’, o qual, dessa forma, realocava os recursos humanos de acordo com as suas finalidades do momento; como recurso componente da propriedade, os índios eram transferidos de ‘patrão’ juntamente com a terra e as ‘estradas’ de seringa, o que evidencia como seria reduzida a sua autonomia de deslocamento.

Antes do processo de colonização, havia vários grupos indígenas no Brasil. A presença desses grupos indígenas caracterizava, sobretudo, a riqueza da diversidade sociocultural predominante no tocante as diferenças de tradições culturais.

Nos tempos contemporâneos, existe no Brasil mais de 235 etnias indígenas reconhecidas aproximadamente, as quais falam mais de 180 línguas que ajudam a compor a diversidade sociocultural da população nacional (RICARDO; RICARDO, 2011, p. 7).

⁴Trata-se de uma lei datada do ano de 1758, como política de integração do Vale ao Império Português, compilando dispositivos com a finalidade de regular a liberdade concedida aos índios de uma lei anterior, prevendo estratégias de inserção dos índios na sociedade colonial, marcando o início de uma significativa mudança no referido império. Conferir Coelho (2006).

A população Ticuna, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), é estimada em 46.045 indivíduos aproximadamente. O povo Ticuna é considerado o mais numeroso da Amazônia brasileira⁵. Logo, essa informação nos leva a indagação de como os Ticunas conseguiram resistir aos domínios colonizadores e extinção de suas tradições culturais.

A esse questionamento enfatizamos a resistência como um ponto, ou melhor, categoria de análise. Compreendemos, sobretudo, a resistência como a capacidade do povo Ticuna em não sucumbir às formas de opressão e de homogeneização cultural pelas diferentes tentativas de domesticação europeia do índio no Alto Solimões, Amazonas, para a posse e domínio territorial em prol do capital imperial visando as drogas do sertão.

Ressalta-se que os processos de dominação e domesticação dos indígenas não se deu de forma tão pacífica. A literatura, principalmente a de que trata dos viajantes, escritos de pesquisadores sobre a Amazônia, descrevem e registram diferentes maneiras de resistência. Conflitos de diferentes ordens foram vivenciados por organizações sociais indígenas. Muitas formas de resistências foram praticadas pelos indígenas, algumas sem sucesso, outras com sucesso, como por exemplo, fugas, guerras, deslocamentos, suicídios entre outros.

A pesquisa empírica nos mostrou que à ideia de resistência do povo Ticuna está imbricada a uma concepção política de sobrevivência passada de geração a geração. Uma filosofia, ou forma de pensar, que aparentemente é própria desse grupo étnico, mesmo que os jovens indígenas não tenham a clareza a respeito de como seu povo conseguiu superar as dificuldades e adversidades em períodos críticos de lutas no contexto da sociedade brasileira.

Ressalta-se a apreensão de uma das principais formas de resistência política dos Ticunas elucidadas pelos sujeitos no campo de pesquisa: a apropriação da cultura do não indígena por meio da educação escolar como um instrumento de desenvolvimento e crescimento do povo. A mesma lógica dos colonizadores europeus. Assim, os Ticunas foram aprendendo a cultura do não indígena e não deixando de praticar a sua.

Vejamos o que diz Japó⁶ (38 anos, Líder, entrevista, fevereiro de 2019):

A educação escolar para o nosso povo é muito importante para poder aprender as coisas do branco, só assim a gente consegue conquistar nossos direitos em nosso país. É, por isso, que nós Ticuna falamos as três línguas dessa fronteira, ou seja, o português, o espanhol e nossa língua materna.

Falar o português e o espanhol para os Ticunas lhes permite o contato mais direto com a cultura do não indígena. Falar as línguas dessa região de fronteira que envolve o Brasil, Colômbia e Peru, é a ferramenta principal que permite a comunicação e diálogo, logo as negociações, intercâmbios e compreensões de mundo e de vida nessa realidade social.

A esse pensamento de se apropriar da cultura do não índio, o domínio das línguas pelos Ticunas nessa fronteira do Alto Solimões está intimamente imbricada a origem de criação do mundo na versão e crença desse povo. Logo, a língua Ticuna, materna, é o elo entre o povo Ticuna, mesmo dos que vivem no lado do Peru, Colômbia ou Brasil, logo a língua materna, se configurou como uma arma poderosa de organização e fortalecimento do povo nessa região que se espalha para todo o Amazonas, Brasil quiçá o mundo.

O domínio da língua portuguesa, principalmente no campo da oralidade e da escrita, por parte dos Ticunas, permitiu ao longo da história se relacionar com o não índio e, simultaneamente manter a sua identidade cultural por meio da língua materna, sem se extinguir enquanto grupo. As formas de apropriação dos saberes e conhecimentos da

⁵ De acordo com a informação do Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

⁶ Nome fictício atribuído aos sujeitos da pesquisa para manter suas identidades, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os nomes dizem respeito aos clãs do povo Ticuna.

sociedade não indígenas são essenciais para esse povo, levando-os a se reinventar, nos diversos contextos históricos e sociais.

A esse respeito, Oliveira Filho (2012, p. 17) vem corroborar afirmando que os Ticunas “[...] sempre aparecem referidos em situações históricas concretas e distintas, nas quais crenças, costumes e princípios organizativos existem interligados e articulados com determinações e projetos da sociedade nacional”.

E ainda:

A abordagem histórica pretende justamente evidenciar como os indígenas do Amazonas (e, no caso desta análise os Ticunas) correspondem a produtos de um conjunto de sucessivos arranjos e rearranjos sociais, de reelaborações e criações culturais, o que desautoriza a busca de uma especificidade substantiva, resgatada a partir de uma ênfase unilateral na análise de sistemas estáticos e fatores estritamente culturais [...] (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 18).

O domínio da segunda língua, no caso dos Ticunas o português, pressupõe uma política de resistência importante para suas sobrevivências e condições de se apropriar de conhecimentos sociais importantes ao homem na sociedade de qualquer nacionalidade, aqui a brasileira. Essa apropriação de outra cultura, não significa dizer que estão perdendo sua identidade, mas sim, estão reafirmando suas identidades como indígenas e cidadãos brasileiros de direitos.

Essa forma de apropriação do indígena permitiu no campo das políticas, conquistas significativas, principalmente dos direitos sociais, como por exemplo, direito a terra, saúde, educação entre outros.

Neste espectro a identidade e a cultura não podem ser entendidas como algo estático e singular. É preciso compreendê-las em sentido plural, fluído, sujeito a mudanças e alterações, caracterizando um sentido complexo acerca dessas categorias. Hall (2005) contribui com o conceito amplo, sinalizando que as identidades culturais são híbridas, movidas por constantes mudanças, encontros e desencontros.

Os encontros dos Ticunas com as três nações dessa fronteira é que o definem como Ticunas no Alto Solimões, Amazonas. Vemos então a grande riqueza sociocultural que caracteriza o povo Ticuna.

Dessa forma, o autor reforça que não é possível falarmos de identidade do sujeito, mas sim, que somos constituídos por uma identificação, passível de transformações. Toda identidade é móvel e pode ser redirecionada, sinalizando para a possibilidade de utilização do termo identificação ou processo identitário, na perspectiva de se compreender de forma mais significativa as representações que criam (e recriam), formam (e transformam) as culturas, os sujeitos e seus espaços sociais.

A educação escolar na voz do Ticuna, é uma das ferramentas que o possibilita conhecer o sistema social do não índio, dominar os conhecimentos importantes para o homem manter sua cultura e transformar sua realidade. Pois, para Saviani (1997) a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, que permite compreender sua própria essência e construir, sobremaneira, os saberes importantes para viver em sociedade.

Conhecer a história do povo Ticuna, é adentrar em uma cosmovisão que contém elementos de crenças, valores e mitos peculiares. Compreender o pensamento mitológico Ticuna se faz necessário para entendermos aspectos dos diferentes grupos étnicos do indígena amazônico, neste caso, o Ticuna.

Ainda, nos ajuda a tecer uma breve etnologia do povo Ticuna, na perspectiva de conhecer um pouco mais sobre os indígenas participantes da pesquisa, seus contextos sócio, histórico, cultural, sua compreensão de mundo e de espaço territorial, tendo em vista os impactos de um processo de educação formal técnica em nível médio no campo da

agropecuária, objeto do referido estudo, oferecido pelo Governo Federal em escola não indígena que atendem uma significativa parcela dos Ticunas, nesse caso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Tabatinga (Ifam-Ctbt).

O Ticuna povo pescado, “*Magüta*”, na língua materna, nos leva a indagação do sentido ser pescado, como por exemplo, o que da história de origem do povo Ticuna ainda se faz presente nos dias atuais? Qual o significado atribuído pelo povo Ticuna?

Vale enfatizar que não temos a intenção de descrever na íntegra as narrativas da origem do universo Ticuna. Tanto a história, quanto a mitologia não se ligam a uma cronologia definida, mas sim a aspectos culturais de interpretação que servem como explicações de modo de vida dos Ticunas nessa realidade fronteiriça.

As memórias dos sujeitos indígenas mais antigos guardam de forma mais precisa, elementos significativos da história do povo e seus estilos de vida. Eles são os verdadeiros guardiões e responsáveis em transmitir e contar as histórias de seu povo, o que não acontece muito com o público jovem. É claro que não é uma regra geral, alguns idosos dizem não saber e apontam quem sabe e alguns jovens também contam suas histórias. Observou-se que os sujeitos que mais sabem contar a história se enquadram em algum tipo de liderança na comunidade, seja o cacique, anciãos, professores, agentes de saúde entre outros.

Boi (Cacique, 48 anos, entrevista, março de 2019), agente de saúde da comunidade conta a história a partir dos deuses *Yo'i e Ipi*, vejamos:

Yo'i e Ipi, irmãos ficaram tristes, pois não tinham mais povo. Vamos descer, atravessar o rio e chegar no *Eware*, o território dos deuses, seus pais *Ngutapa e Mapana* criados pelo deus imortal *Mowichina*. Aqui na terra era sem luz, o povo vivia na escuridão, tinha só bichos, não tinha gente, amanhecia, mas rapidinho anoitecia. *Yo'i e Ipi* foram procurar ajuda com os demais animais da floresta para derrubarem a gigantesca samaumeira que cobria todo o mundo. A enorme árvore era protegida pela preguiça. O bicho preguiça segurava a árvore com um braço e com o outro, o planeta. A preguiça estava sempre de olho fechado. A árvore cobria toda a terra, o que a deixava escura. Como os deuses não conseguiram convencer a preguiça a soltar a árvore da samaumeira, *Yo'i e Ipi* convidou todo mundo, pica-pau, tatu, onça, todos os animais e fizeram um ajuri para derrubar a árvore. Tentaram várias vezes, mas não conseguiram porque a preguiça estava segurando a árvore bem forte. Após diversas tentativas, *Yo'i e Ipi* pediram para um esquilo subir bem rápido e pedir pra preguiça abrir os olhos, e logo em seguida jogar areia. Feito isso, conseguiram fazer com a preguiça soltasse a árvore, a qual caiu e dividiu o Solimões. A samaumeira guardava em seu tronco um coração. Com a derrubada da árvore de samaúma, o dia veio a clarear a terra e *Yo'i* plantou o coração da samaumeira em suas terras que nasceu a árvore do umari. Do último caroço do Umari nasceu a moça do Umari, chamada de *TechiarüNgu'i*. A moça foi o motivo da briga entre os irmãos, pois, *Ipi*, foi amante da mulher de *Yo'i*. *TechiarüNgu'i* que engravidou de *Ipi*, e com raiva o seu irmão mandou que o mesmo pegasse a fruta de jenipapo e ralasse para que pintassem seu filho, *Ipi* ralou tanto que chegou a ralar todo o seu corpo que se misturou com a polpa da fruta. *Yo'i* pediu a *TechiarüNgu'i* que pintasse seu filho e guardasse toda a fruta ralada em uma vasilha. O deus *Yo'i* jogou toda a borra da fruta no lago *Eware*, que se transformaram em peixes. Os peixes foram pescados por *Yo'i* com macaxeira que se transformaram em pessoas (Ticunas). *Ipi*, que jogado no rio se transformou em peixe, não quis ser pescado pelo irmão, então *Yo'i* pediu a mulher que o pescasse de volta, assim, *Ipi* voltou a terra, pescou seu povo e foi para o lado peruano, o lado de cima. *Yo'i* criou outros povos indígenas. *Yo'i* e os Ticunas e ficaram no lado de baixo na região do Brasil.

O pensamento social Ticuna sobre a compreensão de território é para Garcés (2014), um dos aspectos socioculturais primordiais que ratificam a presença marcante de fatores étnicos sobre os indígenas Ticunas, bem como definem suas presenças maciças no Alto Solimões.

O *Eware*⁷, elucidado na entrevista, nos faz entender como o Ticuna está intimamente ligado à natureza. Os elementos da natureza, a floresta, a água e a terra são primordiais na compreensão de suas existências na gaia. A terra, que abriga os demais elementos torna-se a chave que abre as portas para se consolidarem como povo autóctone de tradições culturais. Assim, o homem Ticuna e a Terra (Figura 3) têm uma relação de interdependência, que se o Magüta vir a desaparecer o mundo, o planeta terra, se acabará (COUTINHO; CLEMENTE; RAPOZO, 2019).



Figura 3: Yo'i pescando o povo Ticuna no lago *Eware*
Fonte: Museu Magüta – Benjamin Constant-AM, (2019)

Quando a grande árvore, sumaumeira, *wotchine*, contada na história pela Saúva (líder, 48 anos), caiu no chão, o mundo ficou iluminado, os galhos e tronco da *wotchine* formaram o leito do rio Amazonas e seus afluentes. Do tronco da sumaumeira brota água preenchendo o leito seco, dando vida a toda a região, sendo o lugar chamado de *Eware*, o paraíso Ticuna.

Assim, foi a partir daí, que o rio Solimões de água doce se formou. Dos galhos da árvore se formou os demais rios, igarapés e seus afluentes. Sendo o Rio Solimões, tradicionalmente conhecido como rio Amazonas uma das maiores bacias hidrográficas do planeta.

Logo a Figura 4, ilustra a formação dos rios, de acordo com a imagem mental que fazem os Ticunas dessa passagem:

⁷ Terra sagrada do povo Ticuna, lugar que dá origem ao povo, é considerado o território indígena que abriga a floresta, as águas, rios lagos, igarapés, com diferentes vegetações. É um lugar místico, mágico de espíritos que emanam das árvores, dos animais que abrigam as pessoas encantadas e o povo Ticuna. Conferir Gruber (1997).



Figura 4: Tronco da Samaúma que formou o rio Solimões

Fonte: Gruber (1997, p. 15)

O rio Solimões, é para os povos tradicionais que habitam o Amazonas, principalmente o Ticuna, o elemento da natureza primordial. O “rio comanda a vida” como já dizia Tocantins (2000). Os Ticunas têm uma relação especial com a água, pois da água, de acordo com a mitologia, eles vieram, ou seja, foram pescados.

Para Tocantins (2000, p. 277) “o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional”.

Note-se, portanto, que o rio representa quase tudo relacionado à sobrevivência e subsistência. No Amazonas, o rio tem uma função social que direciona e conduz a vida cotidianamente. É o rio, assim como a floresta e a terra, que conduzem a vida política, econômico e cultural do povo Ticuna de modo sustentável.

O rio, não é, portanto, só onde se navega as embarcações transportando passageiros, produtos e mercadorias que vão abastecendo cada cidade do Alto Solimões, mas sobretudo, o lugar de extração de alimentos, como o peixe de todos os dias. Configura-se como um sistema de trabalho de sobrevivência, definindo em que lagos, igarapés, ressacas, margens se deve pescar e o tipo de peixe a ser pescado.

O efeito sazonal do rio Solimões também define o modo de vida dos indígenas, como, o que fazer, como será seu trabalho em determinados períodos, o que servirá de alimentos e o que será pescado em prol da economia familiar, os produtos pesqueiros para venda e comercialização nos países vizinhos. O pescado é uma das economias que contribui com o povo Ticuna para se manter em meio à sociedade dos não indígenas.

Parafrazeando Santos (1996), podemos dizer que o rio Solimões, no sentido de espaço, é um lugar nucleador do pensamento e da visão de mundo Ticuna. Quem vive nessa região do Amazonas, sabe da importância que os rios e as águas têm na vida dos povos tradicionais⁸.

Conforme Almeida e Farias Júnior (2013) esses grupos tradicionais podem ser reconhecidos como: indígenas, não indígenas, seringueiros, os que vivem nas áreas de várzeas

⁸ Compreendemos por povos tradicionais o conceito traduzido pelo Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 em seu artigo 3º que povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, por possuírem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

amazônicas (ribeirinhos), pescadores, os coletores de frutas e sementes nativas, piaçabeiros, agricultores, artesãos entre outros. De forma que o rio tem especial significado para todos os povos que habitam a região do Amazonas em particular e de modo mais geral da Amazônia.

Ser pescado pelos deuses *Yo'i* e *Ipi* imortais significa para o povo a definição de suas tradições culturais. Foi com os deuses *Yo'i* e sua irmã *Mowacha* e *Ipi* e sua irmã *Aüküná*, nascidos respectivamente, como mostra posteriormente a Figura 5, o primeiro casal de irmãos do joelho direito e o segundo do esquerdo do deus *Ngutapa*, que o povo aprendeu a pescar, a conhecer as iscas certas para pegar o peixe desejado. Aprenderam a construir suas armas de caça e pesca, utensílios domésticos, suas tecnologias, suas casas, o cesto, a bolsa, a maqueira⁹, seus produtos artesanais, dentre outros.



Figura 5: *Yo'i* e *Ipi* nascem do Joelho de *Ngutapa* deus pai.

Fonte: Museu Magüta (2019)

Ser pescado é motivo de “orgulho” na voz do líder Boi (38 anos, entrevista março de 2019). O rio se torna indiscutivelmente fonte de vida, de ensinamento. Todas as pessoas¹⁰ pescadas no lago *Eware* por *Yo'i* e *Ipi* pertenciam à mesma família, não podendo então se relacionarem em matrimônio. Foi a partir do povo pescado que os clãs, *nacüa*, do povo Ticuna, foram definidos e puderam organizar e povoar o território *Eware* ainda em formação, a ser povoado e ocupado pelo homem.

A mitologia Ticuna, conta que a divisão em clãs Ticuna foi feita por *Yo'i* e *Ipi* por meio de uma sopa do *Jacararana* (*Crocodilurus amazonicus*), como apresenta a Figura 6, a seguir.

⁹ Rede tecida de tucum de forma artesanal pelas mãos das mulheres Ticunas artesãs. Para ser tecida a rede de tucum, existe todo um processo de trabalho sistemático realizado pelas mulheres. O tucum vem de um cipó, que é arrancado, batido, secado ao sol que se desmancham em fios. Os fios são enrolados pelas mulheres em suas coxas que se transformam em cordas. Das cordas é que se tecem as macaqueiras de diferentes tamanhos e cores, utilizadas para o descanso dos Ticunas.

¹⁰ Conta a mitologia Ticuna que as pessoas foram pescadas por *Yo'i*, por meio da isca de macaxeira, os outros animais foram pescados com iscas de frutas, caroços, sementes e etc. *Yo'i* ensinou *Ipi* a pescar pessoas com a isca de macaxeira.

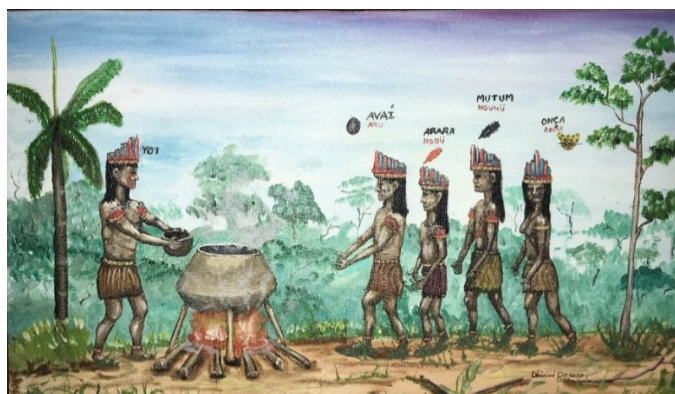


Figura 6: Sopa da jacarerana e as divisão dos clãs

Fonte: Museu Magüta – Benjamin Constant – AM, (2019)

A sopa mística tinha o poder de fazer o Ticuna sentir o sabor de sua nação, ao provarem as pessoas se autodeclaravam pertencentes a determinada nação, conforme detalha o Quadro 1, a seguir.

Quadro 01 - Nações, Clãs e Subclãs Ticuna

CATEGORIA	CLÃ	NOME CIENTÍFICO	NACÛA	SUBCLÃ	
COM PENA	Tucano	<i>Rhamphastos sp.</i>	Táu	Tucano	
	Tuiuiú	<i>Tantalusloculator</i>	Tuyuyu	-	
	Urumutum	<i>Crax sp.</i>	Aiwéru	-	
	Japiim	<i>Oriolus sp.</i>	Kóurë	-	
	ARARA		<i>Ara maco</i>	Noi	Canindé
					Vermelha
					Maracanã
					Maracanã pequeno
	Mutum	<i>Crax sp.</i>	Ngu/nã	Mutum cavalo urumutum	
	Japú	<i>Cassicus sp.</i>	Bari	Japú Japinhim	
	Maguari	<i>Ardeacocoi</i>	Kówa	Maguari Jaburu	
	Socó	<i>Ardea sp.</i>	Ngaúa		
Urubu	<i>Gypagus papa</i>	É/ça	Urubu-rei		
Jaburu	<i>Mycteria americana</i>	Dyawirú	-		
Piury	<i>Crax sp.</i>	Máyu	-		
SEM PENA	Saúva	<i>Atta cephalotes</i>	Nayĩ'	Saúva ('nai(n)yeë Açai Saúva (tekü)	
	Onça	<i>Felis onça</i>	O'i	Seringarana Pau mulato Caranã Maracajá	
	Árvore cujos frutos servem para maracás: Auahy	-	Aru	-	
	Árvore em geral	-	Nã'i	-	
	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Tëma	Buriti Buriti fino	
	Acapu	<i>Vouacapoua sp.</i>	Cëë		
Jenipapo	<i>Genipa sp.</i>	E			

Fonte: Gruber (1997); Schröder (2013) e Pesquisa de Campo, março de 2019.

O Quadro supracitado apresenta os dois principais grupos de organização social do povo Ticuna, os da nação com penas, ou seja, relacionados às aves existentes na floresta da região, e os sem pena, que podem se referir a animais e plantas pertencentes à fauna e flora regional do *Eware*. Os referidos grupos se dividem em clãs, existindo, portanto, subdivisões desses clãs, denominando-se como subclãs. Não se pode identificar com precisão o quantitativo de subclãs. Os subclãs mencionados no referido quadro foram identificados em bibliografias e principalmente durante a pesquisa de campo, ao identificarmos os sujeitos participantes e seus clãs e subclãs. A Figura 7, apresenta de modo peculiar a identificação dos clãs por meio da pintura facial.



Figura 7: A pintura facial e a identificação do clã Ticuna

Fonte: Museu Magüta, Benjamin Constant /AM, 2019.

A estrutura da sociedade Ticuna é patrilinear “[...] e se caracteriza por ser do tipo dual, dividida em metades exogâmicas, ou seja, seus membros devem procurar cônjuge na metade oposta” (MATTOS, 2015, p. 27). Para Sampaio-Silva (2000, p. 271) a sociedade Tikuna também é marcada pela endogamia tribal, onde os casamentos se dão entre indivíduos com graus de parentesco, e assim, estabelecem-se as alianças interclânicas.

Percebe-se que cada clã apresenta traços e símbolos diferenciados. A pintura facial traduz a identificação do clã ou nação Ticuna. A pintura é feita pelos próprios indígenas, aliás, artistas com alta habilidade para o desenho e pintura, a partir da extração da tinta natural da fruta do jenipapo.

A identificação do clã na face é bastante visível e conhecida por todos da comunidade indígena. A pintura corporal de jenipapo pelos Ticunas ainda é muito utilizada e não só na face, mas em outras partes do corpo, principalmente quando se vai ter um evento ritualístico da comunidade indígena, reafirmando os valores culturais do povo (MATTOS, 2015).

A pintura invoca a espiritualidade, com significado de imortalidade. Para os Ticunas foi o deus *Yo’i* quem ensinou que “[...] o jenipapo significa vida ou morte, é como renascer. Quando o Tikuna se pinta, cobre seu corpo com uma nova pele e quando a pintura se apaga, sai com ela tudo de maléfico. A pintura do jenipapo protege as pessoas contra as doenças e outros males[...]” (MATTOS, 2015, p. 34).

Soares (2004, p.35), afirma que a pintura facial é obrigatória nos dias de rituais, configurando-se também como um ritual e, é realizada em todas as pessoas de diferentes gerações de ambos os sexos. A pintura facial, portanto, é utilizada para identificação dos clãs ou nação de cada indivíduo. Mattos (2015) chama a atenção para a questão da variação da pintura, pois, ocorrem de indivíduo para indivíduo, conforme seus contextos e comunidades indígenas, podendo ocorrer variações bastante acentuadas de uma aldeia para outra.

1.2 A comunidade indígena Ticuna do Umariacú e sua história

Oliveira Filho (1988, p. 195), relata que na década de 1940 os Ticunas desocuparam as áreas do Igarapé Tacana¹¹. Neste período os seringalistas nordestinos estavam explorando a calha do rio, forçando os indígenas Ticunas a migrarem para as proximidades do Posto Indígena de Tabatinga (PIT), criado em 1942, subordinado ao antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no início da década de 1940.

A comunidade indígena chamada de Umariacú aparece a partir desse êxodo dos indígenas das margens do igarapé Tacana para as proximidades de Tabatinga/AM na zona urbana. As terras do Umariacú aparecem como reserva indígena a partir da Lei nº 6001/1973 da Presidência da República, regulamentando a situação jurídica dos indígenas, objetivando a preservação da cultura tradicional e de integração à sociedade nacional, como mostra a Figura 8, a placa do Governo Federal.



Figura 8: Marco da Terra indígena de Umariacú

Fonte: Costa (2014, p. 35)

A comunidade de Umariacú, localiza-se à esquerda do Rio Solimões, quase paralela à cabeceira da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional de Tabatinga (figura 9). O acesso até a comunidade se faz por via terrestre, cerca 3 km aproximadamente de distância do centro urbano do município de Tabatinga/AM. Também pode-se chegar até uma das duas comunidades pelo rio, que leva cerca de 10 a 15 minutos em lancha rápida.



Figura 9: Vista aérea da Comunidade de Umariacú

Fonte: Google Earth/2019

¹¹ Afluente do rio Solimões, localizado na fronteira entre Tabatinga/Brasil e Letícia/Colômbia, o qual dá acesso a algumas comunidades rurais/ribeirinhas e indígenas Ticuna há aproximadamente 03 km na estrada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Na região de tríplex fronteira Brasil, Colômbia e Peru a comunidade indígena do Umariacú, fica à margem esquerda do Rio Solimões em Tabatinga-AM/ Brasil à 5 km da cidade de Leticia/AM/Colômbia e a 4,5 Km de Santa Rosa/AM/Peru como mostra a Figura 10.



Figura 10: Umariacú na Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.
Fonte: Google Earth (2019)

A cada ano que passa a comunidade vem se modernizando. Hoje a maior parte das ruas da comunidade foram concretadas pela prefeitura municipal como cumprimento de proposta de campanha feita aos indígenas em 2015, porém, em menos de um ano de realização desta obra, é nítido o desgaste do concreto devido a uma má qualidade do trabalho, como apresenta a Figura 11, a seguir.



Figura 11: Ruas de concreto da comunidade
Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019.

A comunidade indígena Ticuna do Umariacú conta com uma infraestrutura básica, dispo de um de Posto de saúde indígena, duas Escolas Municipais Indígenas, como mostra a Figura 12. Dentro da referida comunidade existem outras habitações com fins distintos e políticos, a saber, a, casa de reunião, igrejas evangélicas e a igreja da Santa Cruz.



Figura 12: Escola Municipal Indígena *Oi Tchürüne*

Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019.

A escola *Oi Tchürüne*, passou por reformas, mas ainda persistem muitos problemas, entre eles a falta de recursos tecnológicos, laboratório, biblioteca entre outros, importantes para a garantia de uma aprendizagem de maior qualidade.

A força política da comunidade mostra-se cansada e também desacreditada naqueles que podem mudar as realidades que hoje a comunidade como um todo se encontra. Alguns líderes argumentam que são enganados de 2 em 2 anos pela classe política da região e do país, como diz Jaburú (83 anos, liderança, entrevista, março de 2019), “Toda vez que político vem aqui, reuni e diz que vai melhorar e nós Ticuna cai na mentira, porque nada melhora”.

De acordo com o Instituto Sócio Ambiental (ISA, 2014) existem aproximadamente 934 (novecentos e trinta e quatro) famílias na Comunidade de Umariacú. A população do Umariacú é de aproximadamente 8.400¹² (oito mil e quatrocentos) indígenas. O dado populacional torna a comunidade palco de interesses eleitorais na região, transformando os Ticunas e a comunidade em alvos de politicagens e falsas promessas, conforme nos informou Jaburú.

A comunidade tem seu potencial econômico voltado para as produções de frutos e hortaliças. A caça e pesca também se mostram com uma forte atividade lucrativa. Há pontos de vendas dentro da comunidade, mas os Ticunas ainda preferem vir a cidade para a comercializar seus produtos, pois acreditam que possam ganhar um pouco mais vendendo para os não indígenas.

Há algumas semanas eles foram retirados dos jardins da Avenida da Amizade pelo poder público municipal. A referida avenida é a rua principal e mais movimentada do município de Tabatinga, ligando as cidades gêmeas da fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Esta avenida dispõe de um espaço, tipo um mercado como mostra a Figura 13, onde os indígenas vendem seus produtos.

¹² Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/diversus/umariacu-am>>. Acesso em: 10 de junho de 2019.



Figura 13: Feira indígena no centro da cidade de Tabatinga

Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019.

A comunidade de Umariacú passa por sérios problemas sociais ligados ao consumo do álcool e outras drogas, que tem feito muitas vítimas fatais com mortes e suicídios. O alto índice de consumo de bebidas, assim como dos gêneros alimentícios industrializados vem provocando o acúmulo de lixo na comunidade, devido à falta do descarte apropriado, como mostra a Figura 14, a seguir.



Figura 14: Descarte de latas e garrafas de bebidas alcólicas próximo a ponte que divide as duas comunidades.

Fonte: Pesquisa de Campo, março, 2019.

É comum encontrar indígenas no dia a dia dos afazeres da comunidade embriagados e caídos no chão sob o forte calor, ou mesmo sob chuva. São muitos os relatos de que os Ticunas embriagados têm sofrido algumas queimaduras do sol por ficarem caídos por longos períodos do dia de sol intenso.

Para conter o uso excessivo da violência e esse consumo de álcool e drogas, que aparece sempre depois da ingestão de bebidas, foi criado uma espécie de polícia indígena chamada Polícia Indígena do Alto Solimões (PIASOL) no intuito do controle do consumo de álcool e drogas dentro da comunidade, mas nos dias atuais encontra-se desativado.

A comunidade Umariacú se divide em I e II, como apresenta a Figura 15 referente a vista espacial da comunidade. Essa divisão é feita por uma ponte de concreto sobre o rio que corta a comunidade. Hoje podemos encontrar Umariacú I e Umariacú II, cada qual com seu próprio cacique eleito pelos moradores com residência em uma das duas comunidades.



Figura 15: Ponte que divide Umariacú I e Umariacú II

Fonte: Google Earth/2019

Essa divisão embora transpareça uma separação do povo Ticuna, a intenção de fato se dá devido ao crescimento populacional ao longo dos anos, fazendo com que a demanda de gestão de um único cacique ficasse em cheque, pois independentemente de onde resida o indígena Ticuna, eles disfrutam da mesma infraestrutura básica comunitária na garantia dos direitos sociais em atenção à saúde e educação.

Os Ticunas hoje moram em casas de alvenaria ou madeira, ou mistas com cobertura de zinco. Antigamente viviam em grandes malocas feitas de paxiúba, distantes uma das outras, porém, interligadas por trilhas, chamadas de picadas, como nos informou Jaburú (83 anos, entrevista, março de 2019). As malocas abrigavam cerca de 8 a 10 famílias chegando a um total de 50 a 150 indígenas.

A comunidade dispõe de rede elétrica, água encanada principalmente nas escolas e posto de saúde, o que facilita a inserção dos meios de comunicação de massa como a TV, aparelhos de som, redes de celulares, internet entre outros.

1.3 Worecü “A festa da moça nova”: retratando práticas de tradições culturais Ticuna

Todo povo tem suas características e elementos culturais próprios que os distinguem uns dos outros. De acordo com Barth (2000, p. 30) “[...] uma vez que a cultura nada mais é do que uma maneira de descrever o comportamento humano [...] com unidades técnicas que correspondem a cada cultura [...]”, ou seja, com práticas próprias criadas e recriadas pelos grupos sociais.

Neste caso em particular, discorreremos sobre os Ticunas como um grupo étnico diferenciado de tradição histórica que, apesar dos problemas vivenciados em função da relação de contato com os não indígenas, conseguiram manter viva muitas das suas tradições culturais.

O povo indígena Ticuna é uma sociedade que vivencia modos peculiares de vida. De acordo com Silva (2010, p. 52) “[...] os Tikuna têm uma identidade étnica e cultural singular porque conservam os elementos culturais que os diferenciam de outros grupos sociais. Mas além desses elementos levamos em consideração também sua autodeterminação”. São estas diferenças que os definem como uma sociedade que compõe a sua própria história e a do país.

Assim, os Ticunas produzem cultura diariamente, essas produções culturais podem ser notadas pelas diferentes formas de plantar, colher, caçar, pescar, criar seus filhos, divisão de trabalho, suas festas, músicas e danças, sua língua, culinária, trazendo em seu contexto os traços de sua identidade.

A cultura indígena está arraigada à suas crenças e mitologias preservando elementos simbólicos importantes à existência de cada povo. Para os Ticunas há um deus que os criou (pescou), há uma árvore que formou os rios, uma sopa de jacaré que determinou seus clãs, e a formação de todos os outros povos do planeta.

Os Ticunas possuem uma relação íntima com a natureza, conotando uma simbiose mutualística capaz de determinar a sua própria existência, dela provém o seu sustento, pois, os povos das águas, como são conhecidos os Ticunas, ainda se prevalecem de métodos e técnicas rudimentares na conquista do seu alimento para sua sobrevivência.

As tradições culturais Ticuna se espraiam em diferentes aspectos de ordem social, cultural, religiosa, econômica e política. Em cada prática cultural Ticuna pode-se perceber um arsenal de saberes de domínio do povo que envolve conhecimentos de várias dimensões, dentre eles, os de cultivo agrícola, de conhecimento sobre animais da floresta e das águas, entre outros.

O ritual da Moça Nova Ticuna é uma das tradições culturais mais importantes para o povo Magüta. O pensamento social do povo tem registrado esse ritual, todos conhecem o ritual mesmo sendo por meio das histórias contadas. Apesar de não mais se praticar com frequência o ritual nos dias atuais na comunidade indígena, mesmo assim, ele é valorizado e considerado pelos indígenas como uma tradição importante para as mulheres e a sociedade indígena, como expressa Japú (egresso, 55 anos, entrevista, março 2019),

Antigamente a gente fazia muito a festa da moça nova, era muito comum a preparação desse ritual pelas famílias na comunidade. De alguns anos pra cá quase não se tem mais feito essa festa, mas, o ritual é muito importante para nosso povo, pois é, assim que a gente ensina como a mulher Ticuna dever ser, como ela vai cuidar de seus filhos, da sua casa e aí a gente conta como é o ritual para os nossos filhos é por isso, que todos sabem.

Por mais que não se veja concretamente rituais da moça nova, eles se materializam pelo campo do imaginário, a tradição continua sendo transmitida de geração a geração pelos indígenas pela prática da oralidade.

Diante do exposto, enfatizamos o ritual *Worecü*, como um espelho que reflete outras práticas culturais do povo que se apresenta neste ritual, neste caso, as práticas culturais tradicionais que envolvem os saberes do povo acerca da produção agrícola e animal como meios de subsistências relevantes para a discussão acerca do estudo em questão.

Em atenção ao propósito de compreender as práticas culturais tradicionais voltados para a questão da agropecuária, priorizamos alguns pontos de análise suscitados a partir do estudo sobre a festa *Worecü*, que a nosso ver transmite de forma direta e indiretamente saberes imbricados ao cotidiano da comunidade indígena articulados à referida área de conhecimento.

A priori ressaltamos o sentido e significado da festa *Worecü*. O ritual é uma prática social indígena que tem como objetivo a iniciação feminina da adolescente ao mundo adulto, uma festa de apresentação à sociedade indígena da menina que se torna mulher, ao sinal da primeira menstruação, apta, a construir sua família e a viver as experiências do mundo adulto.

A esse respeito, Koss (2004, p.73), sinaliza que a menarca para os povos ancestrais era um fato de suma relevância para todo o grupo. O ritual é uma prática sociocultural do povo que tradicionalmente tem a finalidade de auxiliar a menina em sua passagem de condição de criança para o ser mulher.

Para Mattos (2015, p. 28) a festa da Moça Nova “trata-se de um rito de passagem feminino, e consiste na transição da menina de um status social para outro na comunidade Tikuna, após sua menarca”.

A realização da Festa da moça nova é decidida pelos pais da moça. A partir do sinal da menstruação, ela fica enclausurada em sua própria casa até se concluir os preparativos do

ritual, o tempo que for necessário. O período de reclusão da moça é um período de contatos restritos, mas também de muito aprendizado, os encontros são apenas com a mãe ou senhoras anciãs da família, responsáveis por transmitir os ensinamentos sobre a vida de mulher à moça.

Enquanto a moça fica reclusa em sua casa, os familiares organizam os preparativos para a festa. O curral no chapéu de palha onde vai ser realizado a festa é construído, da mesma forma a alimentação, bebida, vestuário entre outros.

A organização da festa de modo geral exige inúmeras atividades e diversas habilidades e competências. A divisão de tarefas é consensual, todos sabem exatamente o que devem fazer, assim, mulheres e homens de todas as idades contribuem com a realização da festa.

As atividades do povo giram em torno da produção agrícola, animal, principalmente de coleta no ambiente natural. A produção agrícola se dá pelos roçados onde se trabalham em família envolvendo membros de diferentes gerações. Seus principais cultivos são mandioca, feijão, banana, macaxeira, milho, mamão, melancia e frutos dos quais não plantam mais colhem diariamente para a comercialização como o tucumã, umari, camo-camo, ingá.

Os papéis sociais do homem e da mulher são distintos na sociedade dos Ticunas. Vejamos o Quadro 02, a seguir contemplando o detalhamento dessa divisão das tarefas na comunidade na preparação da festa do ritual da Moça Nova:

Quadro 02: A Divisão do Trabalho na preparação da festa *Worecü*

DIVISÃO DE TRABALHO		
ATIVIDADES	HOMEM	MULHER
Queima de roçado	+	-
Plantio	-	+
Limpeza do roçado	-	+
Colheita	+	+
Construção de casa	+	-
Caça	+	-
Pesca	+	-
Construção de armas	+	-
Artesanatos gerais	+	+
Construção de redes e cestos	-	+
Preparo de carnes de caça (tirar o couro ou pêlo)	+	-
Comida assado e cozida	-	+
Preparação de bebidas para o ritual	-	+
Carregar lenha para casa	-	+
Carregar lenha para fazer farinha	+	-
Carregar lenha para cozinhar a macaxeira	+	+
Carregar mandioca (do roçado à casa de farinha)	+	-
Carregar água	-	+
Preparação de farinha	-	+
Coleta de frutas	+	+
Coleta de açaí e preparação de vinho	+	-
Confecção de roupa e das máscaras p/ Ritual	+	-
Confecção de adornos p/ a moça nova	+	+
Preparação tintura p/ misturas (urucum e jenipapo)	-	+
Limpeza do terreiro na comunidade	-	+
Construção do turí	+	-
Cantos no ritual	-	+
Servir as bebidas no ritual	+	+
Servir as comidas no ritual	-	+
Momento de pelação da moça nova	-	+

Fonte: Costa (2014, p. 88)

Como podemos perceber no quadro acima os homens são os únicos responsáveis pela caça e pesca. Essa tarefa tem como objetivo a produção para armazenar, estocar alimentos a serem servidos durante a festa e para o dia a dia.

Essas experiências exigem conhecimentos e domínios de técnicas sobre os tipos de armas de caça e suas fabricações, tratamento de pelação e desossamento do animal, dos locais onde encontrá-los, montagem de armadilhas, conhecimento dos tipos de caças, como por exemplo, “[...] porco-do-mato, veado, macaco, aves que são assados e transformados em ‘moqueada’” (MATTOS, 2015, p. 29). Da mesma forma, os conhecimentos sistematizados sobre a pesca que vão desde a construção das canoas às iscas para pegar os pescados, os rios, lagos e igarapés dizem respeito às tarefas masculinas.

O moquém é uma técnica de conhecimento de desidratação da carne do animal seja da caça ou da pesca, ocasionando a sua conservação e duração sem o recurso de congelamento, os quais vão sendo conservados em certos tecidos de cipó revestidos com folhas também desidratadas, como apresenta a Figura 16.



Figura 16: Preparo do moqueado (peixe assado na fumaça)

Fonte: Doc. Festa da Moça Nova: um Ritual Tikuna, DVD (2000) *apud* (MATTOS, 2015, p. 29)

Aos conhecimentos da caça e da pesca indígena Ticuna, estão implícitos saberes tradicionais, bem como, saberes tecnológicos que vão fazendo parte das práticas culturais dos Ticunas. Portanto, pressupõem-se mudanças nesses processos em meio a comunidade indígena, que se utiliza de instrumentos tecnológicos também não indígenas com a finalidade de melhorar suas produtividades.

Recorremos novamente ao Quadro anteriormente descrito, e podemos perceber que às mulheres ficam as tarefas do preparo da bebida do ritual, a produção da farinha, coleta de frutas. São servidos como bebidas o pajuarú, bebida forte, fermentada, com efeito, alucinógeno, feita da mandioca¹³ na cor amarelada e a caiçuma produzida a partir da macaxeira branca, mais branda, suave como espécie de suco que podem ser servidos até as crianças e adolescentes, como apresenta a Figura 17, a seguir.

¹³ A mandioca é conhecida como um tubérculo, não tão utilizado na alimentação por ser uma batata braba, com efeitos mais agressivos ao organismo. A mandioca tem uma cor mais amarelada, diferente da macaxeira que é mais branca e utilizada como alimento básico da alimentação indígena e não indígena da região do Alto Solimões.



Figura 17: Preparação do Pajuarú

Fonte: Costa (2014, p. 61)

Enfatizar a preparação da alimentação e bebida utilizada no ritual da festa da Moça Nova, é falar de práticas culturais agrícolas do povo Ticuna. Tanto a comida, quanto a bebida servida na festa, são produzidos pela família da Moça Nova, como nos diz Mutum (líder, 59 anos, entrevista, março de 2019):

A gente utiliza como comida, a mandioca, a farinha, os peixes assados, carnes de caça assadas, carnes secas, além das frutas coletadas em seus ciclos. Utilizamos como bebida para animar a festa o Pajuarú, a caiçuma, sucos de frutas e água. É uma festa muito grande e importante para toda a comunidade Ticuna.

Para os Ticunas, festa boa é aquela que perdura por dias, e portanto, é necessário um bom estoque de alimentos para que a festa se estenda e promova a alegria de todos. Os alimentos preparados para a festa são basicamente naturais obtida através da caça e da pesca, onde são assados e consumidos com a farinha, banana e mandioca, exigindo os saberes que envolvem tanto a agricultura, quanto a questão de animais, ou seja, a agropecuária.

Assim descreveu Urumutum (egresso, 34 anos, entrevista em março 2019): “nós plantamos o ano todo professor, mais quando a família vai fazer a festa da moça nova, aí nós aumentamos a plantação e vamos caçar também para alimentar os convidados da festa”.

Um dos aspectos importantes que merece destaque é a parte da produção cultural artística do ritual *Worecü*. A tarefa dos adereços, das pinturas, confecção de instrumentos musicais, vestes, animação que envolve os personagens míticos da festa é uma tarefa que envolve homens e mulheres.

Os instrumentos musicais são produzidos a partir de recursos naturais, envolvendo sementes, cascos e couros de animais, bambu, folhas, cordas de *tururi*, como por exemplo: *aru*, feito de sementes com efeito sonoro de chocalho, *Tori* do casco do quelônio amarrado em uma vareta, *tutu*, espécie de tambor, instrumento de percussão composto “[...] por um cilindro de madeira fechado em ambos os lados por couro de cutia” (MATTOS, 2015, p. 36 – 37) e, por último o *tchecu*, flauta feita de bambu amarrado com *tururi*.

Muitas das vestimentas são feitas de *tururi* e com pinturas extraídas de tintas naturais. As roupas como mostram as Figuras 18 e 19, a seguir, usadas pelos personagens míticos são as mais trabalhadas, pois, eles têm uma missão importante durante o ritual que é animar a festa e assustar as moças e mulheres. Essas vestes representam também as nações Ticunas. Os macacos, os mais engraçados, usam a muratinga, um galho de árvore que tem formato de pênis e que ficam correndo atrás das mulheres na festa.



Figura 18-19: Pintura dos ornamentos dos personagens da festa.

Fonte: Costa (2014, p. 64 - 65)

A veste da moça e das mulheres responsáveis por conduzir e pelar a cabeça da moça no ritual, usam apenas saia vermelha, pintadas de tinta de jenipapo, ficando a parte superior toda em negra.

Durante o ritual, a adolescente recebe orientação dos pais e parentes sobre como deverá se comportar para manter sua vida, construir e manter também a futura família. Em suma, após o rito, a adolescente (moça nova) entra na vida adulta.

O ato de pelar o couro cabeludo das moças e toda dor e sofrimento gerado, quase uma síncope, tem um significado sociocultural de passagem da infância para a vida adulta, pois, afinal, o que é a vida adulta senão, preocupações cotidianas como a provisão do lar, criação de filhos, do trabalho como sobrevivência própria e dos dependentes, e tudo isso pressupõe dores físicas e mentais, muito diferente da vida na infância dispare desta nova fase.

Durante o ritual os Ticunas permanecem em círculo, abraçados, bebendo, cantando e dançando. Quando o cansaço chega uns deitam pelo chão, outros em rede de tucum (*Bactrissetosa*) e as crianças ficam soltas correndo de um lado para o outro.

O ritual inicia quando a moça nova é trazida pelas senhoras idosas que cantam em toda a festa até o centro do círculo, a jovem encontra-se embriagada pelo pajuarú e apresenta-se sempre de olhos fechados, bastante enfeitada com muitas penas, colares e cocar simbolizando sua nação.

A jovem é sentada e tem seu cocar retirado, iniciando a pelação por duas senhoras que vão arrancando todos os fios de cabelo em forma de mexas com muita agilidade e destreza.

Após todo esse ritual, a moça é acompanhada pelo pai até a margem do rio, a qual é banhada com ajuda das senhoras, amarrando um lenço branco na cabeça da jovem até nascerem novos cabelos. Em seguida ela é conduzida para sua casa, daí em diante ela está apta para o casamento, com um homem que não pertença a sua nação, para dar continuidade ao povo.

Segundo os relatos de Copi¹⁴ (cacique, 42 anos) essa festa está sendo enfraquecida ao longo desses anos. A frequência não tem sido a mesma de anos anteriores, o ritual tem sofrido alterações, principalmente quanto a pelação da moça, sendo utilizados recursos de máquinas de raspar cabelos.

Esses novos valores são trazidos por pessoas de fora da comunidade que muitas vezes chegam com o propósito de comercializar produtos para os indígenas e acabam se instalando definitivamente na comunidade casando-se com os Ticunas e impondo através do paternalismo novos hábitos e valores estranhos banindo os rituais e festas tradicionais da cultura indígena Ticuna.

¹⁴ Nome atribuído ao Cacique da comunidade indígena Umariacú I que na língua Ticuna significa tracajá.

2 CAPÍTULO II

O ENSINO TÉCNICO AGROPECUÁRIA DO IFAM *CAMPUS* TABATINGA: RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA E AS EXPERIÊNCIAS DOS EGRESSOS

2.1 O curso técnico em Agropecuária na modalidade Proeja e sua implantação em Tabatinga no Ifam

Para se compreender como o curso técnico em Agropecuária na modalidade Proeja chega a fazer parte do *Campus* Ifam Tabatinga somos convidados a mergulhar um pouco na história do surgimento do curso técnico no Brasil. A história do surgimento do Ifam no referido município no Estado do Amazonas encontra-se imbricada nos parâmetros do ensino técnico no país.

O ensino técnico gratuito no Brasil data desde os anos de 1909 quando foi criada a “Escola de Aprendizes Artífices”, por meio do Decreto Presidencial Nº 7.566. De acordo com Paiva (2013, p. 36), essas escolas se fizeram presentes em todo o país, com a finalidade assistencialista de atender as pessoas de classes menos favorecidas que possibilitasse o afastamento da marginalidade e com uma qualificação visando a inserção no mercado de trabalho. A Figura 20, a seguir apresenta a vista frontal da Escola de Aprendizes Artífices, na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos de 1900.

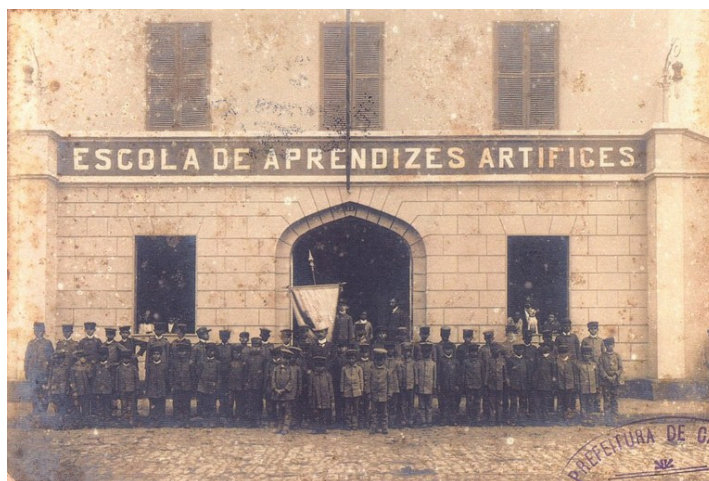


Figura 20: Escola de Aprendizes Artífices no Rio de Janeiro em 1909

Fonte: <http://www.iff.edu.br>

Essas escolas eram mantidas em funcionamento por meio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo em vista a inexistência, na época, do Ministério de Educação, conforme promulga o citado decreto em seu Art. 1º informando que “Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito” (BRASIL, 1909, p. 1).

O perfil profissional técnico desenvolvido por escolas de aprendizes artífices se davam para a formação de operários e contramestres, como descreve o Art. 2º do decreto:

Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (BRASIL, 1909, p. 1)

O ensino técnico desenvolvido por essas escolas deveria estar articulado com as especialidades do mercado local, logo, subentende-se que é um tipo de ensino que deve estar em consonância com a realidade, o contexto socio-histórico e cultural da região.

O caráter do ensino técnico no Brasil surge aos moldes de uma sociedade em plena revolução industrial, com novos princípios de organização social e um modelo econômico de desenvolvimento pautado no sistema capitalista mantido pela divisão de classes sociais trabalhado por Karl Marx (1989), corroborando a heterogeneidade da sociedade no espectro das classes sociais.

Não se pode deixar de considerar que as escolas enquanto um aparelho ideológico da sociedade tende a reproduzir as ideologias dominantes. Neste sentido podemos inferir que a educação formal do ensino técnico nos moldes tecnicistas, assistencialistas se volta para consolidar uma educação elitista quanto a divisão de classes sociais e nos modos de produção do homem, pois como afirmava Marx (1989) os filhos oriundos da classe da pobreza, operariado, representa a mão de obra barata, ou seja, formados para executar o trabalho, e os filhos de famílias dos donos do capital, representam a classe dos intelectuais, os quais continuam se mantendo como dominantes nessa relação social definida como dominantes e dominados.

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)/Lei Nº 4.024 de 1961, novos princípios e finalidades educacionais se estabelecem no Brasil para os diferentes níveis e modalidades educacionais, influenciando, portanto, o ensino técnico no sentido da formação profissionalizante.

A partir da LDBEN de 1961 a responsabilidade do ensino técnico passa do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, pautado em precipícios democráticos, porém de forma limitada em meio a divergentes interesses e mobilizações sociais acerca da finalidade da educação no país. Mesmo diante desta mudança, percebe-se que na prática o ensino técnico continua seguindo os padrões pedagógicos de uma educação elitista, assistencialista de liberalismo tradicional, como pontua Libâneo (1986, p.115):

O movimento em defesa da escola pública, que perdurou até o ano de 1961, envolvendo educadores liberal-tradicional, liberal-escolanovistas e socialistas, teve características de mobilização política e representou um momento alto na história da educação pública brasileira. Mas os debates foram travados em torno de aspectos globais da política educacional sem entrar no mérito especificamente pedagógico-didático.

Para Paiva (2013) é na era Vargas que o ensino técnico passa por mais modificações, justamente pela ideia de realizar os objetivos e metas desta modalidade de ensino. Com a criação do Ministério da Educação possibilitou-se uma inspeção mais efetiva do ensino técnico profissionalizante e depois pelas mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1937 e promulgação pela:

Lei 378 que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissionalizante, de todos os ramos e graus; com ascendência

ao Ministério de Gustavo Capanema, e a realização da reforma com nome do próprio ministro, vigorou uma série de leis; como por exemplo, a transformação quando o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio, as escolas industriais passa a depender de exames de admissão, os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, o segundo, curso técnico industrial. Por último o Decreto 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Mas uma vez, todas as transformações ocorreram no momento em que indústria nacional se fortalecia com apoio governamental e com auxílio de capitais estrangeiros e mais uma vez ao ensino técnico foi colocado a tarefa de formação de mão de obra para essa indústria em expansão (PAIVA, 2013, p. 47).

No contexto da atual LDBEN 9394/96 o ensino técnico passa por mais modificações, a partir das alterações ocorridas nos artigos de que tratam essa modalidade de ensino. Vale enfatizar que as transformações ocorrem em detrimento as novas concepções de educação traduzidas na redação da lei educacional, uma das mais significativas, de acordo com Paiva (2013, p. 44) é pela

Lei Federal nº 11.741 de 16 de julho de 2008. Dentro da Lei de Diretrizes os espaços reservados a Educação Profissional são os seguintes: título V que trata dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino; Capítulo II, da Educação Básica; Seção IV-A que trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Capítulo III da Educação Profissional e Tecnológica [...].

O autor enfatiza, ainda que:

Logo no primeiro artigo que fala sobre educação profissional o artigo 36-A define que sem prejuízo da formação geral, ou seja, sem desconsiderar a formação geral do educando o ensino médio pode preparar os alunos para formação técnica nos seguintes termos: “[...] o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. O parágrafo único do mesmo artigo reforça a texto o artigo e orienta quanto a sua operacionalização quando esclarece que será oferecida “[...] nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional”. No mesmo estabelecimento podem ser oferecidas as modalidades subsequentes, para alunos que já concluíram o ensino médio e integrada para alunos egressos do ensino fundamental; já em parceria com outros estabelecimentos pode ser oferecida a modalidade concomitante (PAIVA, 2013, p. 44).

É neste contexto da atual LDBEN que o ensino técnico Agropecuário do Ifam em Tabatinga é oferecido, na perspectiva de ofertar o Ensino Médio e técnico profissionalizante.

Historicamente o homem, desde os primórdios, utilizava-se de atividades vinculadas a agricultura e a agropecuária como modo de subsistência. A partir do desenvolvimento, aperfeiçoamento de diferentes e novas técnicas, das mudanças culturais quanto aos modos e estilos de vidas do ser humano, passou a existir necessidades de acúmulo de alimentação e conseqüentemente ao excedente da produção, levando-o a trocas de mercadorias de diferentes natureza e finalidades.

Vale ressaltar que o termo agropecuário em sua etimologia, compreende as atividades por meio de dois grandes ramos que é a agricultura e pecuária, ou seja, teoria e prática em suas relações mútuas. Dentre as atividades de agropecuária destacam-se as produções vegetais e animais.

De acordo com Figueiredo, Noronha e Neto (2008, p. 43) com a mudança também nos modos de trabalho, muitas etapas e processos que aconteciam nos interiores das fazendas, que caracterizavam o campo, “[...] passaram a ser realizados fora dela, com o aumento do uso de tecnologia tanto dentro como fora da propriedade rural [...]”. Essa ideia de fora vem

compreender os modos de produção mais atuais envolvendo, principalmente os recursos tecnológicos na perspectiva da produção em massa que leva a contribuição do fator socioeconômico.

O setor agropecuário é um dos mais importantes para a economia brasileira. O fenômeno comercial surge a partir da produção excedente e de trocas de mercadorias, levando a geração de rendas aos produtores de pequena e conseqüentemente os de larga escala.

O curso técnico agropecuário do Ifam, de acordo com o seu plano de curso vem de encontro ao estabelecimento de sintonia com os arranjos produtivos local, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico da região por meio da formação profissional técnica de cidadãos qualificados para o mercado do trabalho.

O conceito de agropecuária que norteia este estudo, vai para além da compreensão de sua função clássica da agricultura e da própria agropecuária no sentido limitado de produzir e ofertar apenas alimentos aos animais e aos homens no sentido da subsistência. Trabalhos com o conceito de agricultura no sentido mais complexo, indo além das produções de alimentos, com vistas à segurança alimentar e nutricional, oportunizando valor econômico em cada elo da cadeia produtiva, compreendendo o paradigma da sustentabilidade no tocante a produção, além dos serviços ambientais.

A ideia da complexidade que abrange a agricultura neste estudo procura focar um mundo mais sustentável para a vida do homem no planeta Terra. Uma ideia que versa sobre o equilíbrio entre a produção e oferta da agropecuária o planeta sustentável, ou seja, o equilíbrio de suas produções com o clima, com um modelo tecnológico também sustentável propiciando a diminuição da poluição e destruição do meio ambiente na perspectiva de diminuir a emissão dos gases efeito estufa na atmosfera terrestre (ASSAD; MARTINS; PINTO, 2012).

A agricultura surgiu há cerca de 10.000 anos atrás, e é a mais antiga das artes de cultivo da terra. Em diferentes contextos do planeta, houve então a domesticação das plantas e a domesticação e criação de animais. Nesta perspectiva, a agricultura, possui uma importância sem precedentes para a manutenção e preservação da vida na Terra.

Concomitante à evolução da humanidade, ao longo do tempo, os métodos e técnicas agrícolas evoluíram, buscando sempre atender às demandas do crescimento populacional atrelado ao desenvolvimento econômico de alguns países. Até o século XVII, por exemplo, a agricultura era uma atividade rudimentar, instável e de baixa produtividade. A partir da Revolução Industrial (século XVIII), o desenvolvimento da agricultura foi considerado espetacular por muitos cientistas. Mas, foi na era contemporânea, precisamente em meados do século 19, até o início do século 20, que a segunda Revolução Agrícola marcou uma série de descobertas científicas e avanços tecnológicos, com destaque maior aos inventos e descobertas, que impulsionaram a produção como o petróleo, o motor a combustão, utilização do aço e o uso da força das águas na geração de energia elétrica.

Esse modelo produtivo que vem sendo praticado nas últimas décadas é, também, chamado de agricultura convencional. Esta “Revolução Verde”, tornou-se um paradigma, não só na agricultura convencional e no agronegócio, mas também ficou imbricado nas antigas Escolas Agrotécnica brasileiras, segundo Saviani (2007), a função de uma pedagogia tecnicista era formar indivíduos aptos a contribuir para o aumento da produtividade da sociedade; é nesse sentido que se define a competência do indivíduo e do próprio sistema educacional.

A configuração que se apresenta hoje os Institutos Federais no Brasil se deu pela desativação das Escolas de Aprendizes Artífices como já vimos anteriormente. Essas escolas de caráter elitista atendiam inicialmente apenas a classe social privilegiada, passando mais tarde a atingir as classes mais pobres, ou os desvalidos da fortuna como eram conhecidos.

Ademais a Figura 21 nos mostra de forma cronológica a transformação do ensino técnico no país até que se figure o que temos hoje no Amazonas.

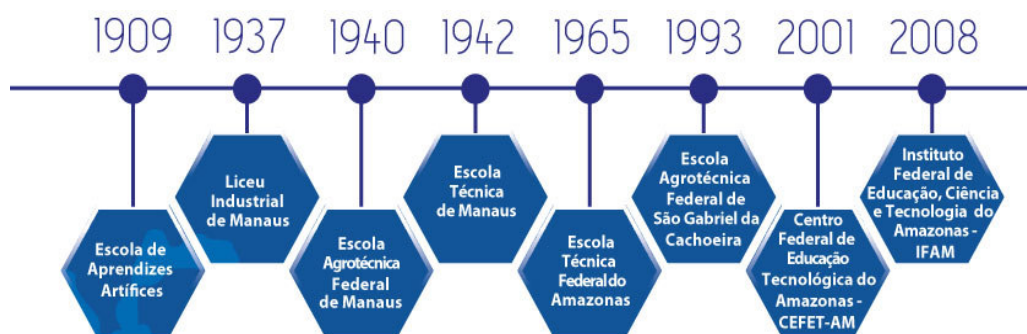


Figura 21: Cronologia dos Institutos Profissionais no Brasil

Fonte: <http://www2.ifam.edu.br/instituicao/historia-do-ifam>

Em 1940 surge o Campus Manaus Zona Leste com a Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Já em 1965 surge a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) ofertando cursos técnicos em Eletrônica, Mecânica, Química e Saneamento. A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990).

Em 30 de junho de 1993, através do Presidente Itamar Franco, é criada a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira e já em 1995, inicia as primeiras turmas do curso de Técnico em Agropecuária. Em 2001 a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) passou-se a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET/AM).

É interessante enfatizar a análise histórica a respeito dos cursos agrotécnicos no país e na região do Amazonas. Os cursos técnicos foram, e ainda são, importantes para a formação profissional de muitos jovens e adultos da região do Amazonas, principalmente na mesorregião do Alto Solimões, sendo para muitos o nível de educação escolar mais elevado, devido a poucas oportunidades de cursar o nível superior.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi estabelecida em 29 de dezembro de 2008, através do Decreto Lei Nº 11.892 sancionada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Este decreto criou trinta e oito Institutos, dentre eles, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

A finalidade de criação dos institutos foi de expandir o ensino técnico e tecnológico no país capaz de promover a educação básica, visando a qualificação da mão-de-obra da classe trabalhadora, bem como as licenciaturas, e curso de Pós-graduação, conforme descreve o Art. 2º da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, promulgando que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008, p. 1)

O Amazonas no ano de 2008 é contemplado com o projeto de expansão dos institutos federais, ganhando a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Esses *Campi* pertencentes ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia dos Amazonas (Ifam) passam a oferecer diferentes cursos de Ensino Médio e Superior pelas autonomias conferidas por meio do Art. 2º, § 3º da Lei nº 11.892,

Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica (BRASIL, 2008, p. 2).

Atualmente a expansão do Ifam no Amazonas conta com 15 *Campi*, sendo assim distribuídos: 03 em Manaus 01 no Centro, 01 no Distrito Industrial e 01 na Zona Leste; Coari; Lábrea; Maués; Manacapuru; Parintins; Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara; Tefé e Tabatinga.

O *Campus* Ifam Tabatinga no Alto Solimões foi fundado em 27 de maio de 2010 por meio da Portaria nº 688 do Ministério da Educação, Fernando Haddad. O *campus* mantém seu funcionamento desde então, situado à rua Santos Dumont, bairro Vila Verde. O *Campus* Tabatinga vem ofertando cursos Técnicos em nível médio em diferentes áreas do conhecimento, conforme apresenta o Quadro 03, a seguir:

Quadro 03: Cursos técnicos oferecidos no Campus Ifam Tabatinga/AM

MODALIDADE	CURSOS	SITUAÇÃO DA OFERTA	PÚBLICO ALVO	DURAÇÃO
INTEGRADO	Administração	TODOS OS CURSOS OFERTADOS REGULARMENTE	JOVENS DE 12-17 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL	3 ANOS
	Agropecuária			
	Meio Ambiente			
	Informática			
SUBSEQUENTE	Administração	TODOS OS CURSOS OFERTADOS REGULARMENTE	JOVENS E ADULTOS DE 18 OU MAIS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO	2 ANOS
	Informática			
	Agropecuária			
	Recurso Pesqueiro			
	Meio Ambientes			
PROEJA	Agropecuária	OFERTADO UMA ÚNICA VEZ EM 2012, FINALIZANDO EM 2015	JOVENS E ADULTOS INDÍGENAS DA COMUNIDADE DE UMARIAÇÚ QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO.	3 ANOS
TECNOLÓGICO	-	SEM OFERTA	-	-
PÓS-GRADUAÇÃO	-	SEM OFERTA	-	-

Fonte: Secretaria Escolar do *Campus* Ifam Tabatinga, março 2019.

No ano de 2011 o *Campus* de Tabatinga aderiu o Termo de Referência intitulado “Potencialização de Atividades Agrícolas em Comunidades Rurais Indígenas, no contexto do Programa Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil”, vinculado à Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil. Dentre estas agências estão a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O Programa de segurança alimentar objetivava garantir a segurança alimentar dos povos indígenas do Brasil e, dentre estes destacamos as comunidades indígenas no município de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant entre outros municípios que compõem a região do Alto Solimões.

Desde então o *Campus* Tabatinga vem procurando atender as necessidades dos grupos tradicionais ofertando aos indígenas várias oficinas por meio do Sistemas Agroflorestais (SAFs) na perspectiva de beneficiar o pescado e o cultivo da mandioca principais produções econômicas.

O êxito do referido Programa foi tão satisfatório que no mesmo ano de 2010, iniciaram-se as articulações com as lideranças indígenas das Comunidades Umariacú I e II para criação do Curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária, modalidade Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja) para a formação profissional por intermédio dos conhecimentos integrados, desenvolvendo a ciência e a tecnologia nos diversos segmentos da cadeia produtiva agropecuária.

De acordo com o Plano de Curso de Agropecuária, para se implantar o curso de Agropecuária o Ifam ouviu as comunidades indígenas Ticuna do Umariacú I e II. Dentre o curso surgido como demanda outros foram sinalizados pelas comunidades como se apresenta no Quadro 04.

Quadro 04: Cursos pretendidos pelos Ticuna de Umariacú

Nº	ÁREA	%
1	Agropecuária	26,0
2	Artes	26,0
3	Recursos Pesqueiros	17,0
4	Recursos Florestais	13,0
5	Gestão de Negócios	7,0
6	Comércio	7,0
7	Zootecnia	4,0

Fonte: Ifam, Plano de Curso de Agropecuária (2012, p. 10).

O curso de Agropecuária foi escolhido pelo Ifam, tendo em vista sua adesão ao Termo de Potencialização de Atividades Agrícolas em Comunidades Rurais Indígenas, conforme citado anteriormente. Entre o curso de Artes e Agropecuária, este último implantado no *campus* Ifam Tabatinga, atende de forma mais precisa a responsabilidade social da instituição com as populações tradicionais da região.

Para concretizar as articulações firmadas o Ifam criou através da Portaria nº 11 GAB/IFAM/TBT/2010 a Comissão de Diversidade Educacional Etnocultural que iniciou os trabalhos com várias visitas à comunidade de cunho consultivo junto às lideranças indígenas como os caciques das duas comunidades, moradores, profissionais da educação indígena. Por meio das conversas dessa comissão e lideranças locais, foi possível estabelecer os critérios de ingresso, público alvo, metodologia, matriz curricular específica explorada no curso técnico tendo como balizamento o documento Base do Proeja Indígena (BRASIL, 2006).

Para que a comunidade como um todo, fosse envolvida no projeto, a comissão realizou três seminários onde foram esclarecimentos tudo sobre a futura implantação do Proeja apresentando Instituição e de que forma se daria a proposta pedagógica.

A partir do levantamento de demanda de cursos pretendidos pelos indígenas, alinhado a necessidade comunitária, foi apresentado pela comissão uma listagem de cursos em ordem de prioridades o qual de comum acordo foi escolhido a proposta do Curso Técnico em Agropecuária na forma Integrada na modalidade Proeja Indígena como aquele com maior potencial de desenvolvimento econômico e de sustentabilidade socioambiental.

De acordo com o Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014–2018) do *campus*, a proposta pedagógica deve levar em consideração os processos de ensino e de aprendizagem pautado nos princípios básicos no tocante a preparação para o mercado de trabalho.

A modalidade Proeja vem atender ao PDI e as necessidades de pessoas que não tiveram condições de cursar o Ensino Médio na idade certa, de ter acesso, tampouco

permanecer na escola. O Proeja vem oportunizar a conclusão da educação básica, de forma integrada, ou seja, juntamente com a formação profissional.

O curso Proeja no *campus* Tabatinga iniciou no primeiro semestre de 2012 com quarenta alunos, todos da Etnia Ticuna. As atividades de ensino foram desenvolvidas através da Pedagogia da Alternância, que consiste em conciliar os estudos com o trabalho no campo.

O paradigma da Pedagogia da Alternância contemplada como proposta pedagógica implica o envolvimento de jovens e adultos em suas atividades produtivas, de maneira em que eles possam articular a reflexão e ação, possibilitando o delineamento de como serão desenvolvidas suas atividades, que instrumentos e tecnologias podem ser utilizados (SILVA, 2003). Nesse sentido, essa formação busca a interação entre ações práticas e reflexão teórica sobre as mesmas.

Nesse modelo de processo educativo o discente deve ser o protagonista de sua própria formação (GIMONET, 1999). Compreende-se que ele seja capaz de analisar os conteúdos e priorizar os mais significativos para o seu desenvolvimento pessoal e social, ou seja, sua cidadania.

2.2 “A atividade agrícola está no meu sangue”: Objetivos e finalidades do curso e as experiências dos egressos

A expressão “a atividade agrícola está no meu sangue” foi emitida por um dos alunos indígenas egresso, identificado neste estudo como Arara (29 anos, entrevista, março de 2019) corroborada ainda por outros egressos entrevistados como Cutia (egresso, 34 anos) ao dizer que “fomos ensinados por nossos antepassados a plantar e cultivar e a terra, esta prática está em nós!”

Da mesma forma Japiim (egressa, 45 anos) reitera, embora com outras palavras a mesma expressão de que a agricultura está no sangue Ticuna, pois “as crianças Ticuna já nascem sabendo plantar, a colher, a discernir os frutos comestíveis, plantas, árvores e tudo que tem na floresta!”

Logo a repetição sobre o sangue agrícola dos Ticuna nos remete a ideia de que as práticas da agropecuária, sobretudo, a produção agrícola, faz parte da natureza indígena, caracterizando, então as produções e tradições culturais dos Ticuna no Alto Solimões.

A escolha do curso pelo egresso encontra-se intimamente ligado aos objetivos do curso técnico em nível médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos EJA/Proeja e finalidades da educação nacional e da modalidade da Educação indígena.

O egresso escolheu fazer Agropecuária, prioritariamente pela identificação com a área da Agricultura,

É uma área que eu gosto. Acreditava que proporcionaria conhecimentos que me possibilitasse desenvolver dentro da minha comunidade e fora dela também. Poderia compartilhar os conhecimentos construídos com meus ancestrais que não tiveram domínio de técnicas não indígenas, mais modernas e mais eficazes. Mas, meus ancestrais adotam mais os saberes agrícolas deles, mesmo a gente falando que podemos manter nossas culturas por meio de novas técnicas de plantação (Arara, 29 anos, entrevista, março de 2019).

O interesse pela área da agricultura na formação técnica dos Ticunas perpassa pela ideia de uma formação ampla integrada, que sirva para a vida em sua própria comunidade ou mesmo em outras não indígenas, cultivando seus produtos agrícolas para a alimentação da família.

Percebe-se a inexistência de empreendedorismo agrícola ou agropecuária. O interesse da produção agrícola é para se garantir a alimentação da família e da comunidade,

em prol de um bem comum, pois, já faz parte do pensamento social indígena o conhecimento sobre a região, principalmente para a produção animal e de grãos, os quais não são muito apropriados, como explica Alves (2001, p. 5),

O insucesso da maioria dos empreendimentos de monocultivos na Amazônia evidencia que a vocação desta região não é para investimentos do tipo "plantation", isto é, grandes maciços florestais ou imensas áreas de cultivos de grãos ou pastagens após a retirada da floresta. Quando isso ocorre, ou os plantios são prejudicados pela agressiva concorrência com invasoras ou são dizimados por pragas e doenças que ocorrem na região e que, em geral, manifestam-se, de forma violenta após o adensamento para fins comerciais das espécies susceptíveis.

O baixo investimento econômico pela produção agrícola por parte dos Ticuna está intrinsecamente imbricado à tese do monocultivo na região amazônica, como observa Muro (professor de agropecuária Ifam, 31 anos, entrevista em maio 2019): “a economia não se desenvolve porque os indígenas são extrativistas na maioria das vezes, pois não estão preocupados com produção excedente, apenas para a subsistência”.

A região apresenta ainda alguns desafios, pelo seu efeito sazonal de cheia e seca, períodos longos de chuva e de verão, exigindo condições de infraestrutura de alto custo para o povo indígena que não dispõe de recursos econômicos para tanto, como afirma Alves (2001, p. 5),

A região apresenta, também, características peculiares de solo, clima, topografia e vegetação que exigem condições especiais de manejo, que diferem de outras regiões. Os solos, quando não são arenosos, são excessivamente argilosos, inadequados à mecanização intensiva de grandes áreas. Quando sujeitos a este tipo de manejo, ficam rapidamente compactados, dificultando a drenagem e acelerando o processo de erosão. O clima, na época favorável ao cultivo, é predominantemente chuvoso; prejudicando o cronograma de preparo de áreas ou dificultando a colheita de grãos com a qualidade exigida pelo mercado.

Na região do Alto Solimões, principalmente entre os ribeirinhos indígenas e não indígenas, é comum se ver plantações perdidas no período da cheia. Roças inteiras, muitas das vezes precisam realizar o processo de colheita precocemente para não se perder tudo, pois fica submersas até o período da vazante. Porém, quando a seca vem, o solo está fertilizado pela água e o ciclo se inicia novamente.

Para ilustrar o efeito sazonal da região apresentamos a Figura 22, a seguir, que de modo sintético apresenta o modo de produtividade agrícola dos povos tradicionais que habitam as comunidades ribeirinhas na região anualmente.

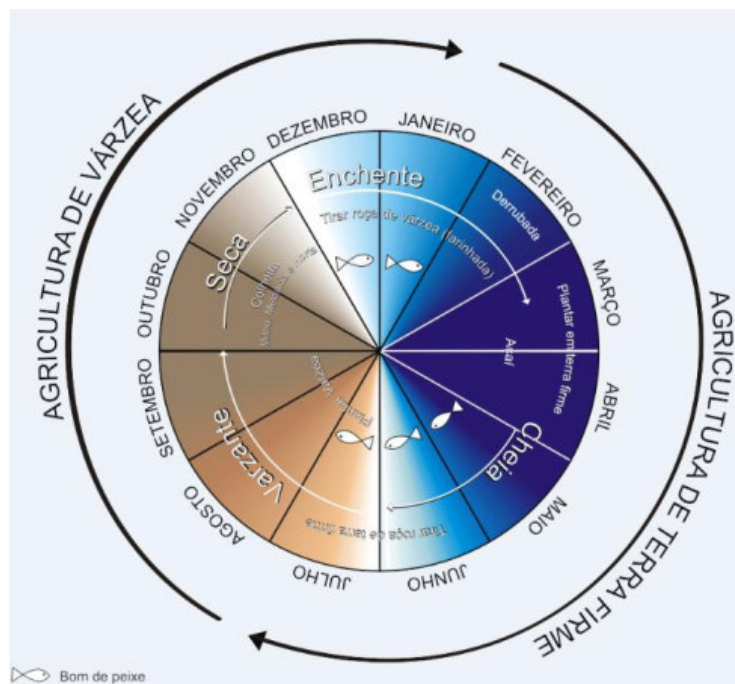


Figura 22: Ciclo da produtividade agrícola de comunidades ribeirinhas
 Fonte: Silva (2010, p. 134)

A fala de Arara nos permite refletir o quanto é importante estabelecer uma boa relação dos Ticuna com os não indígenas e assim prepará-los para viverem suas cidadanias nos dias atuais. Neste sentido, a educação escolar torna-se imprescindível na vida dos indígenas, como abordado no capítulo anterior, configurando-se como uma forma de resistência na sociedade brasileira.

De acordo com a Proposta Pedagógica do Ifam (2012) a Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação Escolar Indígena é algo novo, vindo de encontro aos anseios dos povos indígenas, principalmente dos Ticuna do Umariacú.

Neste sentido o Plano de Curso de Agropecuária prevê,

[...] considerar os valores, saberes tradicionais e práticas de cada comunidade e garantir o acesso a conhecimentos e tecnologias relevantes para o processo de interação. Com isso, as atividades curriculares devem ser significativas e contextualizadas às experiências dos educandos e de suas comunidades (IFAM, 2012, p. 6).

O Proeja Indígena, teve por finalidade oferecer aos indígenas da comunidade do Umariacú a promoção de sua autonomia socioeconômica dentro de seu território em relação ao manejo sustentável de suas áreas utilizadas na produção vegetal e animal oportunizando formação profissional através dos conhecimentos integrados, desenvolvendo a ciência e a tecnologia nos diversos segmentos da cadeia produtiva agropecuária.

O curso na modalidade Proeja veio atender jovens e adultos indígenas que na idade certa não tiveram condições de cursar o ensino fundamental ou médio, por diversos motivos, o principal deles o impedimento pelo trabalho. Assim, os cursos do Proeja como Ensino Médio do Ifam, vem ao encontro com a formação para o trabalho, sendo o trabalho compreendido como princípio educativo “[...] no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (CIAVATTA *apud* BRASIL, 2009, p. 40).

Segundo Caldart (2004, p. 56-81),

Pelo trabalho o educando produz conhecimentos, cria habilidades e forma sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo, à medida que ajude as pessoas a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas posições políticas [...] Por isto a nossa escola precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar também para o trabalho e pelo trabalho [...]. Não há uma prática capaz de concentrar em si mesma, e de uma vez para sempre, todas as potencialidades educativas necessárias à formação humana multidimensional, unilateral, na expressão de Marx. É o movimento das práticas e da reflexão sobre elas que constitui o movimento pedagógico que educa os sujeitos.

Neste espectro os objetivos contemplados no Plano de curso em Agropecuária se desdobram em Geral “Oportunizar a comunidade indígena Ticuna do Umariacú I e II, formação profissional através dos conhecimentos integrados, desenvolvendo a ciência e a tecnologia nos diversos segmentos da cadeia produtiva agropecuária” (IFAM, 2012, p. 11) e os Específicos na perspectiva da formação dos discentes, a saber:

Elaborar projetos agropecuários que levem à conservação e recuperação de ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas,
Assegurar que os processos produtivos agrícolas não causem danos ao meio ambiente e risco à saúde humana e animal;
Desenvolver ações comunitárias que assegurem a soberania das populações indígenas, com responsabilidade social e étnica, fazendo, sempre que possível, uma boa relação entre os conhecimentos científicos com os conhecimentos tradicionais das populações indígenas.
Administrar propriedades rurais, elaborando programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial.
Realizar medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais na comunidade a partir de seu conhecimento empírico;
Atuar em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisas voltadas para a comunidade indígena do Umariacú I e II (IFAM, 2012, p. 11).

O objetivo Geral contemplado no Plano de curso, teoricamente propicia uma integração entre os saberes tradicionais e os científicos, quando se propõe a desenvolver a ciência e a tecnologia, porém na prática o curso teve apenas uma única versão na modalidade de EJA/Projea e não se percebeu na fala dos alunos egressos práticas de campo realizadas na comunidade que pudessem contribuir concretamente com a formação integral, afirmado também pelo professor do Ifam,

As aulas do Projea foram contínuas no Ifam, não tiveram tempo comunidade, com o acompanhamento do professor ou técnico, só tiveram mesmo tempo escola, como sugere a pedagogia da Alternância, como paradigma pedagógico, quando as aulas paravam eram por muitos peculiares de feriados ou algo vinculado aos trabalhos do Ifam (Silva, 38 anos, entrevista, março de 2019).

O tempo comunidade a que se refere o professor diz respeito ao desenvolvimento de ações práticas na comunidade. As atividades de aulas práticas na perspectiva do Plano de Curso de Agropecuária iam para além das salas de aulas. Seriam oportunidades de trabalhos integradores dos saberes indígenas Ticuna e o saber científico quanto às tecnologias utilizadas no campo da agropecuária.

Uma educação profissional técnica que preconizava a integração entre educação geral e técnica, conforme a LDBEN nº 9394/1996, dispendo que os objetivos do Ensino Médio

devem consolidar conhecimentos e competências para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, o qual,

[...] reforça o caráter terminal do ensino médio como conclusão da educação básica, porém não acaba com a dualidade formação geral/ formação profissional. Pelo contrário, essa dualidade permanece e mais especificamente com o Decreto 2208/1997 que assume um ideário pedagógico do capital ou do mercado – pedagogia das competências para empregabilidade e separa a formação geral da técnica, o que mantém a diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual. (RODRIGUES, 2010, p. 27).

A dualidade de formação geral e formação profissional fica evidente, quando a formação se restringe apenas a geral do educando, e o profissional que imprime peremptoriamente a necessidade de atividades práticas e neste caso de um curso específico para os Ticuna do Umariacú, deixou a desejar quanto a ideia de valorização dos saberes tradicionais voltados para a agricultura e a pecuária.

Ao analisarmos a amplitude e alcance dos objetivos específicos definidos no Plano de Curso por meio dos egressos na comunidade, podemos afirmar que a vertente da formação profissional pouco foi alcançada.

Não se observou, tampouco se registrou pela memória coletiva e alunos egressos, na comunidade do Umariacú nenhum projeto voltado para uma agropecuária com fins de conservação, recuperação ou mesmo de manejo sustentável durante o curso do Proeja para os alunos indígenas Ticuna, primeiro objetivo específico delineado no Plano de Curso.

Esta constatação nos leva a apontar falhas e rupturas na articulação do curso em benefício à realidade local indígena. Sinaliza ainda, que os egressos que se encontram na comunidade não têm atuado aplicando os conhecimentos construídos durante o curso em prol do desenvolvimento social e econômico.

As produções agrícolas ou mesmo da pecuária indígena Ticuna continua sendo implementada aos moldes dos saberes tradicionais. Os indígenas continuam coletando, pescando e fazendo seus roçados de mandioca para a produção da farinha no modo de subsistência e a produção excedente, em pequena escala, sendo comercializada na feira do Ticuna ou no mercado de Tabatinga-AM.

Quando indagamos sobre a atuação profissional dos egressos, percebemos que o Curso de Agropecuária, não é um campo que oportuniza trabalho para os egressos na comunidade indígena, tampouco no município de Tabatinga como nos informa Arara (29 anos, entrevista, 2019),

A função dos técnicos agropecuária aqui no município de tabatinga é muito difícil, não tem campo, tampouco vagas, e pra você concorrer uma vaga na prefeitura é muito difícil, sabe como é interior, a questão do apadrinhamento é muito forte, o índio, então, não tem vez alguma. Estou procurando sair daqui pra outra cidade.

Muniz (43 anos, professor de Agropecuária, entrevista em maio de 2019) afirma que o curso técnico formado pelo Ifam tem muito potencial econômico, porém, precisa-se estruturar a matriz curricular do curso oportunizando áreas de empreendedorismo porque o mercado de trabalho é insuficiente para aproveitar esses profissionais. O professor por ser da área compreende que o curso está sendo ineficaz dentro daquilo que propõe em seus objetivos. Sendo mais radical, o professor expôs que não ver a continuidade desse curso daqui a uns 10 anos mais, em virtude de estar sendo cada vez menos atrativo.

Para os 9 egressos entrevistados o curso veio a contribuir com suas formações e atendido suas expectativas, por mais, que não lhes tenha dado oportunidade de seguridade para atuar profissionalmente pela ausência de mercado. Muitos dos egressos estão procurando

se formar em outras áreas, principalmente a da saúde, como o técnico de enfermagem, na perspectiva de atuar na comunidade indígena no Posto de Saúde.

2.3 Proposta Pedagógica do Proeja de Agropecuária e as condições de implementação no *Campus* Tabatinga no ano de 2012

A implantação de um curso, seja em nível de Ensino Médio técnico ou superior, exige condições mínimas em diferentes aspectos, dentre eles, os recursos ligados à infraestrutura e recursos humanos se enquadram entre os mais básicos e importantes no processo de consolidação.

O curso de Agropecuária na modalidade de proeja no Ifam iniciou no ano de 2012, após dois anos de implantação do Instituto Federal em Tabatinga. Na época o instituto contava com uma infraestrutura e recursos humanos diferente dos dias atuais. Analisar as condições que o Ifam oferecia na época para se implantar o curso de Agropecuária na modalidade Proeja se faz necessário neste estudo, tendo em vista a compreensão dos impactos para a comunidade indígena Ticuna do Umariacú.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece alguns itens básicos e imprescindíveis de infraestrutura para as escolas nacionais. A importância da infraestrutura é referenciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 quando diz em seu Art. 4º, inciso IX que deve haver “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem” (BRASIL, 1996, p. 3).

A LDB propõe ainda que União, estados e municípios garantam o financiamento de padrões mínimos em toda oferta da escolaridade no país, destinando verbas específicas para a educação. Essas verbas se bem empregadas deveriam suprir as necessidades mínimas de funcionamento das escolas de todo o país, porém, ainda persistem os problemas de falta de verbas para as escolas, dificuldades relacionadas a infraestrutura, falta de professores qualificados, ausência de materiais didáticos dentre outros.

No ano de 2012 o Ifam em Tabatinga funcionava com quase a mesma estrutura física atual, sendo pontualmente acrescido um ginásio, uma piscina olímpica e o muro que delimita a sua área que correspondente aos espaços para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. A área total construída é de 6.331 m² de uma área total de 200.000 m² como mostra a Figura 23, a seguir, tendo como área livre 193.669 m², isso incluído uma área verde onde contém uma trilha ecológica podendo ser utilizada para aulas práticas ou ainda para construções futuras convenientes.



Figura 23: Vista aérea do Campus Ifam Tabatinga

Fonte: Google Earth 2019

Pela análise da planta baixa entregue pela atual gestão, a área total construída corresponde apenas a 3% do seu total, restando ainda 97% para instalações futuras, claro, respeitando a Área de Preservação Permanente (APP), existente dentro da área do campus onde não se admite uso antrópico. Desta planta espacial física, temos que o Gráfico 01 expressa o percentual da área construída do Ifam de Tabatinga/AM.



Gráfico 01: Percentual de área construída – Campus Ifam TBT

Fonte: Planta Baixa do Campus – Gabinete do Diretor, março de 2019

A Tabela 01 a seguir apresenta os espaços correspondentes a área construída na época da implantação.

Tabela 01: Ambientes físicos construídos

Nº	AMBIENTE	QTDA	ÁREA (m²)
1	Sala de aula	10	497,20
2	Sala de estudo	01	58,79
3	Laboratórios	09	510,97
4	Lanchonete	01	71,97
5	Banheiros M/F/PNE	04	106,44
6	Manutenção	01	26,19
7	Almoxarifado	01	23,28
8	Reprografia	01	23,28
9	CPD	01	18,42
10	Administrativo	01	49,85
11	Diretório Acadêmico	01	17,55
12	Recursos audiovisuais	01	17,55
13	Biblioteca	01	130,91
14	Sala de professores	01	58,79
15	Secretaria escolar	01	49,43
16	Protocolo	01	13,16
17	Chefia de gabinete	01	16,04
18	Sala de reunião	01	27,20
19	Secretaria	01	21,93
20	Diretoria	01	21,62
21	Copa	01	13,16
22	Gerencia de ensino	01	52,65
23	Apoio pedagógico	01	35,10
24	Coordenação	01	39,48
25	Auditório	01	229,12
26	Salão	01	111,98
27	Área de convivência	01	262,52
28	Subestação	01	90,00

Fonte: Ifam, Plano de Curso Agropecuária EJA/Proeja Indígena - Campus Tabatinga, 2012

Os espaços construídos no Ifam no ano de 2012 atenderam os padrões mínimos para a implantação do curso técnico de Agropecuária. A infraestrutura foi suficiente para atender principalmente a parte teórica do curso, por dispor de espaços de salas de aula climatizadas, uma biblioteca, sala de estudos para os alunos e a lanchonete, servindo também como restaurante ajudando com a refeição dos alunos, tendo em vista a dificuldade de logística do Ifam até a comunidade do Umariáçú, implicando na locomoção e tempo de intervalo do almoço.

Na avaliação dos alunos egressos a infraestrutura do campus correspondeu às suas expectativas no tocante ao desenvolvimento das atividades de ensino no que se refere a carga horária teórica dentro do Ifam, não havendo, portanto, nenhuma inferência por parte dos mesmos. Mas, com relação a parte prática dos processos de ensino e de aprendizagem, deixou a desejar, como nos informa Arara (entrevista, março de 2019) “A minha dificuldade realmente foi a falta de atividades em campo, o que a gente aprendia lá dentro da sala e não praticava em campo, acabávamos esquecendo algumas coisas”.

O curso de agropecuária exige processos de ensino e de aprendizagem que relacionem teoria e prática, conforme promulga o inciso VI, capítulo II da Resolução nº 6, de 20 de

setembro de 2012 (BRASIL, 2012). E a prática na formação técnica não pode ser esquecida, sendo considerada um eixo imprescindível, tanto para quem está ensinando, quanto para quem está aprendendo, adquirindo a experiência. O eixo prático na formação profissional permite o desenvolvimento de novas habilidades e competências, além de construir novos conhecimentos.

A parte prática nos processos de ensino e de aprendizagem oportunizam a memorização e apreensão dos conteúdos importantes para o exercício da profissão, pois para Comenius (2008 *apud* TONIAZZO, 2009, p.71),

[...] a aprendizagem tem início pelas impressões sensoriais, adquiridas através da experiência que mais tarde foi interpretada pela razão. Sendo constituída por três elementos básicos que são: compreensão, fixação e prática, elementos que propiciam um ensino efetivamente quantitativo e qualitativo para se chegar à qualificação fundamental, tais como: erudição, virtude e religião, as quais correspondem ao intelecto, vontade e memória.

Articulados a ideia de relacionar teoria e prática, o curso exigia ainda, a articulação dos conhecimentos científicos como os saberes tradicionais indígenas. Essa articulação, só poderia acontecer pelo desenvolvimento do eixo prático que tanto os profissionais de agropecuária no desempenho de suas funções e os discentes poderiam encontrar no campo do trabalho, ou seja, por meio do conhecimento empírico.

Por meio das atividades práticas os discentes poderiam empregar todo o conhecimento técnico adquirido durante a formação, para isso era fundamental que desfrutassem e explorassem ao máximo de aulas práticas como o manuseio de agrotóxicos, maquinários, ferramentas agrícolas e práticas veterinárias.

A proposta pedagógica contemplada no Plano de Curso para a Agropecuária previa uma articulação entre os conhecimentos científicos e tradicionais. Nesse sentido a união dos saberes como mostra a Figura 24, a seguir, contribuiria com a ampliação cultural dos discentes e conseqüentemente na formação profissional, valorizando a cultura dos Ticuna na região.



Figura 24: Síntese da união dos saberes no curso Agropecuária do Proeja indígena
Fonte: Análise documental, abril de 2019.

Essa perspectiva pedagógica se configura a partir da ideia de dialogicidade. São sistemas de conhecimentos diferentes e se faz necessária para então se atender os anseios e novas necessidades de sobrevivência dos povos tradicionais na contemporaneidade. É uma possibilidade que pode ser construída como aponta Azevedo (2003, p. 42)

Os sistemas de conhecimentos dos agricultores tradicionais estão imersos em lógicas e modos de operação distintos daqueles dos profissionais da agronomia. Como o nosso ponto de partida é a necessidade de um modelo conceitual prévio para a

compreensão dos sistemas de produção, pode-se concluir que as possibilidades de incompreensão mútua são enormes. Entretanto, não se quer afirmar que a compreensão mútua seja impossível e já há, de fato, rica experiência acumulada no sentido da construção desse diálogo.

Os povos tradicionais lidam com a agricultura e com a pecuária de forma mais prática. Seus conhecimentos são passados de geração a geração, por meio do cultivo e criação propriamente dito, se constituindo como um “[...] patrimônio cultural importante e é geralmente, transmitido pela linguagem oral e costumam estar associados às diferentes visões de mundo que permeiam os grupos culturais” (TOLEDO, 2000, p. 632).

Ainda,

As práticas e manejos feitos pelos agricultores estão intimamente ligados a sua forma de representar e entender a natureza. Esses conhecimentos produzidos, enquanto saberes práticos, alimenta, suas necessidades quotidianas e podem ser conferidos pelas formas como são classificados diversos campos da natureza (ZANETTI, 2015, p. 22).

Ou seja, os povos tradicionais se baseiam em suas experiências de conhecimento de mundo, sobre a terra, a floresta, a natureza, a água e em suas mitologias e crenças para praticar a agropecuária, eles têm pouco domínio de técnicas e recursos tecnológicos que possam contribuir com suas produções, as quais hoje se fazem extremamente necessárias, pela redução do modo de vida indígena a terras delimitadas, demarcadas e próximas às zonas urbanas das cidades como é o caso do Umariacú.

Outro dado suscitado no estudo por meio dos egressos foi com relação a escassez de materiais e insumos referentes ao trabalho agropecuário para o bom funcionamento do curso “[...] as vezes não tínhamos materiais suficiente para dar suporte aos animais. Os técnicos e profissionais do Ifam eram quem ajudavam a manter o curso na realização das raras atividades práticas” (Arara, entrevista, março de 2019).

A implantação do curso se deparou também com dificuldades relacionadas aos recursos materiais como equipamentos e implementos agrícolas. As condições socioeconômicas dos discentes indígenas não eram favoráveis à aquisição de materiais, tampouco, o Ifam na época tinha condições de oferecer os materiais necessários, portanto, houve implicações no quesito qualidade do curso.

O Ifam na época dispunha de recursos em mídias, conforme apresenta o Quadro 05 a seguir, que contribuíram significativamente com o curso, porém, configuram apenas o eixo teórico do curso, facilitando com estes equipamentos áudios visuais a aquisição de conteúdos em sala de aula ou no âmbito interno do Ifam.

Quadro 05: Recursos de Mídias

N.º	DESCRIÇÃO	QTDE
01	Notebook	07
02	Projektor Multimídia	07
03	Televisão	07
04	Computadores (Laboratório)	40

Fonte: PPC Proeja Indígena Ifam Campus Tabatinga - 2012

Os recursos de mídias contribuíram com o eixo tecnológico em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio técnico. Assim, os recursos de mídias foram importantes para as reflexões sobre as tecnologias que envolvem os cursos de

Agropecuária, mas não davam conta de atender a prática dos alunos com relação a produção agrícola e animal.

A proposta do curso era que a formação dos alunos fosse toda trabalhada dentro da Pedagogia da Alternância. Como falamos anteriormente, essa metodologia consiste em conciliar os estudos com o trabalho no campo e para tanto os professores do quadro formador deveriam estar apto para a realização de suas atividades incorporando a mesma em seus métodos de ensino.

Camponeses franceses criaram essa metodologia em 1935 com intenção de evitar o desgaste físico e de tempo nos trajetos de ida e volta para a escola ou mesmo com intenção de evitar um êxodo do camponês para os grandes centros urbanos a fim de concluir seus estudos. No Brasil foram os jesuítas que trouxeram essa nova metodologia no ano de 1969, mais especificamente no estado do Espírito Santo.

Pelo êxito logrado na forma de educar, logo os outros estados brasileiros passaram a adotar em seus sistemas educacionais essa metodologia o qual sanou vários problemas como a falta de transporte escolar que levavam os alunos do campo à escola e da escola para o campo e, por consequência também tiravam os pais das atividades para o acompanhamento dos filhos no caminho da escola. Este tipo de ensino tem as disciplinas básicas e outras voltadas para o eixo de agrárias.

A proposta da Pedagogia da Alternância empregada, não foi satisfatória enquanto metodologia de ensino que tinha por finalidade ações voltadas para a vida em sociedade, cidadania e respeito à diversidade cultural e sustentabilidade, pois, os docentes não se sentiam preparados para atuar com essa Pedagogia.

A preparação ou qualificação profissional é um dos aspectos fundamentais na perspectiva dos processos de ensino e de aprendizagem de forma eficaz. Percebe-se que os professores tiveram dificuldades para trabalhar aos moldes da Pedagogia da Alternância de forma prática com os alunos do Proeja.

Denota-se então que na época o Ifam não deu a devida atenção às necessidades dos docentes quanto à metodologia da Pedagogia da Alternância. O despreparo ficou evidente entre egressos e docentes como afirma um dos membros da elaboração do PPC e também professor formador do curso quando questionado sobre suas experiências com a proposta da Pedagogia:

Essa Pedagogia da Alternância não foi satisfatória. No início a ideia era que fosse na Pedagogia da Alternância, mas nenhum dos professores haviam sido capacitados para trabalhar com a Pedagogia da Alternância. Não foi satisfatório porque o campus não estava estruturado para isso, principalmente na questão da formação profissional de cada professor que foi ministrar aula. (Silva, entrevista, março de 2019)

Diante dessa afirmação ficou claro que os professores trataram os discentes de forma igualitária, mesmo existindo constitucionalmente o direito discente de ser tratado com suas diferenças.

Mesmo com todas as dificuldades o curso Proeja Agropecuária foi implantado com um total de 43 (quarenta e três) alunos indígenas. Por meio do ingresso desses alunos o curso passou a funcionar caracterizando a modalidade da Educação de Jovens e Adultos de acordo com a LDBEN nº 9304/96, pois a média de idade dos alunos correspondeu na faixa de 18 a 79 anos, detalhado no Gráfico 02, a seguir.

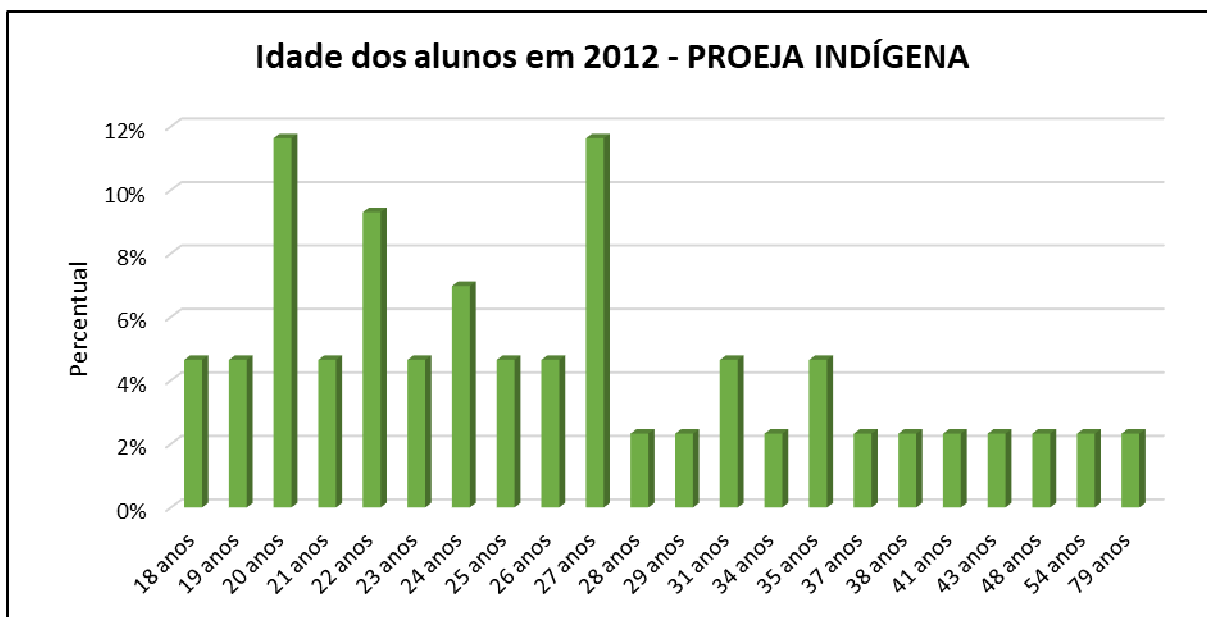


Gráfico 02: Média de idades dos alunos do curso Proeja Agropecuária

Fonte: Secretaria do Ifam, maio de 2019.

Cumprir enfatizar que as idades dos alunos do Proeja de Agropecuária apresentam uma tendência maior para os adultos, a menor faixa etária foi de 18 anos, até o ano de 2012, os mais jovens. O perfil dos egressos apresentou uma tendência maior para a fase adulta o que corrobora com a tese das problemáticas da escolarização dos indígenas na região por uma série de motivos, dentre eles, financiamento, falta de escolas, profissionais qualificados, logística que atenda as peculiaridades regionais rurais/ribeirinhas, a exclusão escolar do índio vinculadas ao preconceito.

Os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas de fracasso escolar, como resultado de reprovações, do não aprender. A não-aprendizagem, em muitos casos, decorreu de um ato de violência, porque o aluno não atendeu às expectativas da escola. Muitos foram excluídos da escola pela evasão (outro reflexo do poder da escola, do poder social); outros a deixaram em razão do trabalho infantil precoce, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico) (SANTOS, 2003, p. 74)

Santos (2003) ao abordar a situação da educação de jovens e adultos não se refere exatamente aos indígenas, mas, cabe analisar o sentimento de inferioridade que recai sobre os egressos indígenas do Proeja Agropecuária frente aos grupos não indígenas da região. O preconceito com relação a não aprendizagem do índio é fato, os egressos ao rememorar suas histórias de estudos no Ifam na época retrataram muitas passagens vinculadas ao preconceito, “a gente tinha vergonha de conversar com os outros, era difícil pra gente, pois, diziam que a gente não falar e nem escrever direito, que a gente era ‘burro’” (Onça, egresso, 39 anos, entrevista, março, 2019, grifo nosso).

A não preparação docente como falamos anteriormente, não se limitava apenas à aspectos teórico-metodológicos da Pedagogia da Alternância, mas também, a questão da educação bilíngue.

Um dos maiores problemas de alunos indígenas em escolas de não indígena é a linguagem, elemento fundamental no processo de aprendizagem. Nesse sentido, ressalta-se a não compreensão da língua Ticuna por parte dos professores o que dificulta, sobremaneira, a comunicação e ensinamentos entre os alunos Ticuna.

Os Ticuna falam o português com limitações, com entonações diferenciados, logo tem problemas com a língua, com a norma culta no tocante a oralidade e escrita. Os processos de ensino e de aprendizagem se tornam mais complexos que o esperado por todos durante a implantação, apesar de não ser um fator definidor para se fechar o curso. A experiência do cotidiano da vida nessa realidade sociocultural contribuiu, todavia com o processo educativo institucional.

O curso contou com discente já na terceira idade. Esse fato vem corroborar com a ideia de que os adultos, ou mesmo os membros mais idosos da comunidade indígena valorizam a educação escolar como uma instituição social formadora, importante para o povo e para que possam compreender o mundo do não índio, como ressalta Weigel (2003, p. 11) a exemplo dos índios Baniwa no Amazonas:

Quando focalizada no sentido de produção e manutenção da identidade Baniwa, a educação escolar configura-se como um instrumento instaurador de unidade, isto é, funciona como mediadora de elementos homogeneizadores e centralizadores de energia que contribuem para manter o povo unido. Simultaneamente, a educação escolar também pode produzir resultados que têm repercussões heterogeneizadoras e descentralizadoras, potencialmente criadoras de divisões internas do grupo. A escola determina o acesso e a distribuição de bens culturais muito valorizados, em virtude dos condicionantes que delimitam as relações vividas pelos Baniwa nas formas atuais de integração social.

A escola é para o Ticuna a oportunidade de valorização de suas tradições culturais, mas também um espaço oportuno para compreender os valores socioculturais diferentes dos seus, neste caso, os da sociedade não indígenas da tríplice fronteira. Há, portanto, um entendimento de uma dimensão disjuntora da escola como afirma Bourdieu (1992, p. 221),

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a “distinção” – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como “cultura” (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes.

A escola representa para os Ticuna a luta pela sobrevivência, contribuindo para a construção de uma nova identidade e de ampliação cultural. Procuram na escola meios, linguagens, conhecimentos, sinais e códigos que possam colaborar com a produção de um ajustamento e uma organização social modificada, para melhor se adaptarem às novas condições sócio históricas. Essas novas condições sociais e históricas impõem um fato inquestionável aos povos tradicionais dessa fronteira: os Ticuna existem num tecido social complexo, mais amplo, entrelaçado entre três países, as sociedades brasileira, colombiana e peruana.

Nessa teia de relações sociais o empreendimento da luta pela identidade sociocultural significa construir uma visibilidade da presença dos Ticuna nesse complexo tecido social, de modo a garantir seus espaços na compreensão da região e dos três países.

Outro aspecto que merece atenção no processo de implantação do curso do Proeja de Agropecuária é o sexo dos alunos ingressos. Vejamos o Gráfico 03, a seguir, sobre a relação de gênero.

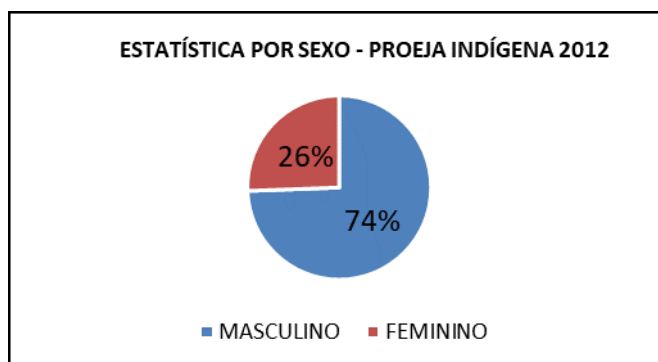


Gráfico 03: Estatística por sexo dos alunos ingressos no Proeja

Fonte: Secretaria do Ifam, maio de 2019.

O Gráfico evidenciado anteriormente apresenta uma maior porcentagem de alunos homens no curso Proeja Agropecuária. O total de 26% de mulheres sinaliza para uma discussão sobre a forma de organização social do povo Ticuna.

Na sociedade Ticuna, toda a lógica subjacente ao sistema que informa as ações e o comportamento indígena em suas relações sociais, particularmente no que se refere àquelas entre homens e mulheres, reside no modo como os sujeitos percebem e organizam o seu universo cultural. Nesse universo, as diferenças centrais entre os gêneros servem como baliza para determinar as posições ocupadas por eles no contexto social onde atuam. Nessa etnia as fundações de vida e de morte, as ações do cotidiano, o trabalho e as relações sociais são recortados pelo simbolismo. Homens e mulheres desempenham papéis sociais baseados em valores mitológicos que constituem o seu acervo cultural (TORRES, 2007, p. 470)

A porcentagem de mulheres ingressas no curso reflete de certa forma os papéis sociais diferenciados no âmbito da comunidade indígena. Nessa divisão de tarefas sociais à mulher fica destinada as tarefas mais domésticas, artesanais, de plantio, aos homens ficam os cargos e funções de trabalhos fora de casa, por isso, o maior número de homens ingressos no curso ao invés de mulheres, pela oportunidade de emprego que o curso oferecia.

Ressalta-se que nas últimas duas décadas as mulheres indígenas Ticuna têm conquistado também seus espaços no campo do trabalho profissional, o que antes era insignificante, logo, sinaliza para o constante crescimento da inserção da mulher Ticuna em cursos técnicos e profissionalizantes, lideranças comunitárias (IBARRA; SOUZA, 2016) em associações, como de artesãs Ticuna (TORRES, 2007) dentre outros.

O Gráfico 04, a seguir, vem apresentar a situação dos alunos ingressos no curso do Proeja indígena no referido ano de 2012. Dos 43 alunos ingressos somente 28% conseguiu concluir o curso efetivamente. Esse índice vem corroborar de forma mais significativa para o insucesso escolar.

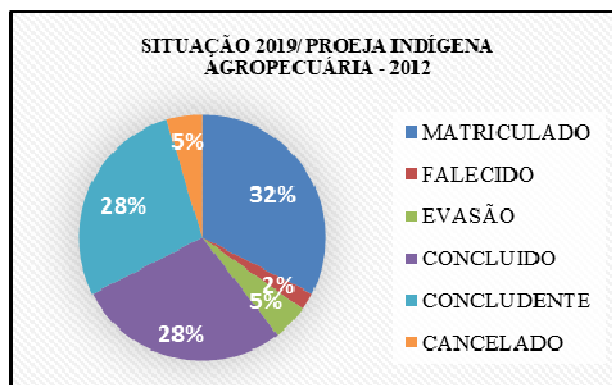


Gráfico 04: Situação dos alunos ingresso no Proeja indígena

Fonte: Secretaria do Ifam, maio de 2019.

Ainda nos dias atuais 28% desses alunos encontram-se em situação de concludentes, não conseguiram finalizar o curso, 5% evadidos e 5% com matrículas canceladas, perfazendo um total de 38% que ingressaram, mas não finalizaram segundo secretaria escolar da instituição. Essa situação torna-se desfavorável tanto para os alunos quanto para a comunidade que esperava um melhor resultado no tocante a formação dos alunos indígenas.

Os dados descritos no Gráfico 04 supracitado, canalizam para a discussão da situação do acesso e permanência dos alunos no curso. O acesso ao Ensino Médio profissionalizante foi para os indígenas a porta para a democratização do ensino público, gratuito como direito público subjetivo de todo e qualquer cidadão brasileiro. Porém, a permanência também deveria ter se constituído como um ordenamento jurídico vinculado ao direito do aluno índio, pois, é de suma relevância que todos os alunos que ingressaram tivessem tido as condições de permanecer na instituição com sucesso, conforme promulga o artigo 3º da LDBEN 9.393/96 inciso I e IX “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; garantia do padrão de qualidade” (BRASIL, 1999, p. 1).

Percebe-se que há um certo descaso por parte da instituição em procurar resolver a situação de alunos que ainda se encontram na situação de matriculados e concludentes na perspectiva de cumprir com seu papel social. É preciso registrar também que a comunidade não reivindica, tampouco questiona a situação dos discentes que teriam condições de concluir.

De modo que o curso Proeja apresentou inúmeros desafios tanto em seu processo de implantação, quanto na oferta das condições de permanência dos alunos indígenas. Dentre esses desafios o fenômeno da evasão escolar foi preocupante.

A evasão escolar neste caso de estudo, motivou-se principalmente pelas insatisfações pessoais, pela não identificação com o curso. Poucos foram os alunos dessa modalidade que encontraram forças para continuar na busca de um futuro promissor pessoal e para a sua comunidade.

A evasão é um fenômeno relacionado “[...] com a perda de alunos que iniciam, mas não concluem seus cursos e configura-se como desperdício social, acadêmico e econômico. É um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral” (VITELLI, ROCHA E FRITSCH, 2010, p. 1).

A evasão no curso de Agropecuária, realmente vem ser uma perda social grande em meio a comunidade do Umariacú na perspectiva de um melhor empreendimento socioeconômico entre os Ticunas. A perda se caracteriza por diversos aspectos tempo desperdiçado na elaboração e implementação do curso, tempo dos alunos indígenas que talvez tenham perdido outras oportunidades de estudos ou emprego.

Não compreender a cultura indígena dos alunos, suas experiências, tornou-se um problema, ocasionando a exclusão social de muitos deles.

Sabe-se que, ao ingressar no Ensino Médio, os jovens trazem uma bagagem de vivências socioculturais que, por vezes, se chocam com a escola, sentindo dificuldade de serem aceitos e acolhidos. O desencadeamento de um maior diálogo entre o mundo da vida e o mundo da escola poderia reduzir a rejeição dos jovens em relação à dinâmica escolar (COCCO; SUDBRACK, 2016, p. 12).

Deduz-se, que tentou-se produzir nos discentes, a passividade, a obediência, a uma educação bancária, mecânica de que tratava Freire (1987). Os alunos se frustraram, restando-lhes a evasão, ou seja, suas próprias demissões da instituição, pois como assevera Cocco e Sudbrack (2016, p. 12 – 13)

[...] Muitos jovens, nessa etapa da escolarização, precisam contribuir com o sustento da família, e, para isso, necessitam trabalhar, logo, dependendo dos horários ou do tipo de tarefa executada, acabam se afastando da escola. Outra causa é a falta de incentivo por parte da família, visto que muitos pais têm baixa escolaridade e não conseguem acompanhar seus filhos nas atividades, ou pelas baixas condições econômicas dessa família. Outros olhares dão conta de que o problema está no próprio sistema.

Desta forma, para se ter uma educação de qualidade com baixos índices de evasão, a escola deve se sensibilizar e assim propiciar aos alunos oportunidade de refletir sobre suas experiências de forma crítica, suas perspectivas, concepções, e seus conflitos que fazem parte da realidade gerando sentidos e significados para a sua aprendizagem.

Por fim é sabido que a formação profissional não é carimbo certo para o acesso ao mundo do trabalho, mas uma boa qualificação coloca o aluno à luz das oportunidades. O Instituto deve, ou ao menos deveria estar bem alinhado com o mercado de trabalho para que este aproveite sumariamente estes profissionais. Para isso, não encontramos nos documentos analisados, as parcerias firmadas com o mercado de trabalho, colocando em xeque o objetivo do curso quanto a assegurar a produção para a auto sustentação dos povos indígenas.

3 CAPÍTULO III

OS IMPACTOS DO ENSINO TÉCNICO AGROPECUÁRIA DO IFAM NA COMUNIDADE INDÍGENA TICUNA DO UMARIAÇÚ

3.1 Os impactos socioeconômicos advindos dos conhecimentos técnicos agropecuários

Tematizar sobre a economia de um povo indígena da Amazônia supõe refletir sobre diversos aspectos de forma interligados, conectados, que envolvem, sobretudo a interdisciplinaridade na perspectiva de respostas plausíveis. Neste sentido, se discutir os impactos socioeconômicos dos Ticuna do Umariçú sobre as técnicas utilizadas na agropecuária, logo vem à tona a questão de relações de poder, de práticas socioculturais, científicas e tradicionais que fazem parte do *métier* de experiências dos indígenas.

As relações de poder marcam e demarcam as discussões sobre a Amazônia historicamente e, principalmente, sobre a economia. A Amazônia brasileira já era cobiçada antes mesmo do processo de sua conquista, tendo em vista o acúmulo de capital, ou seja, bens econômicos. Silva (2012, p. 21) assinala que o país Brasil, enquanto Novo Mundo, “Antes mesmo de ser explorado, sofreu a sua primeira intervenção histórica, formalmente expressada pelo Tratado de Tordesilhas (1494)”, que resultou na definição dos limites entre as coroas ibéricas Portugal e Espanha acerca de um território ainda desconhecido.

No cenário mundial a Amazônia brasileira torna-se mais visível a partir da conquista da América pelos europeus em fins do século XV, os espanhóis foram os primeiros a adentrar na região, trilhando o curso do estuário Amazonas. Em seguida vieram os portugueses, franceses, holandeses, ingleses e irlandeses, disputando a posse de terras e ouro. Porém, à primeira vista o que encontraram foram uma região de alta densidade demográfica com a presença de povos indígenas de diversas etnias e com diferentes formas de organizações cultural, social e política.

Para Reis (1998) os processos de conquista e, sobretudo o de colonização fizeram surgir diferentes interpretações da Amazônia, bem como diferentes formas de relações de poder a serem vivenciados pelos povos tradicionais que há tempos imemoriais já habitavam toda a região. As relações de poder que vão marcando a região em suas dimensões política, econômica e religiosa vão fazendo parte da formação social na região ao mesmo tempo em que a cultura local também influencia fortemente esse processo, o que contraria a passividade dos povos indígenas e elucidam seu protagonismo, conforme assinala Reis (1998, p. 37) ao se reportar sobre os navegadores e exploradores pós Colombo na América, “Tudo aqui conspirava contra eles: clima, meio geográfico, o indígena [...]”.

A economia dos Ticuna hoje é marcada pela história de contradições e de lutas pelo poder na Amazônia. Para Ferreira (2016) os impactos advindos da Teoria do Desenvolvimento, de acordo com Willian Arthur Lewis¹⁵ são enormes para povos ou sociedades economicamente menos favorecidos no mundo da industrialização, globalização,

¹⁵ Economista Britânico, um dos autores importantes a retratar as desigualdades sociais estabelecidas pela economia por meio da relação de poder entre classes sociais e países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

principalmente aqueles que se classificam como Terceiro Mundo, como é o caso do Brasil no panorama amazônico.

De acordo com Ferreira (2016, p. 25),

O pressuposto dessa teoria advogava que as economias pré-industrializadas não alcançavam seu pleno desenvolvimento devido a escassez de capital. Esses países necessitavam de poupança para investir em capital, o que tiraria os trabalhadores do setor tradicional, uma vez que sua produtividade tendia a zero. Levando-os para o setor capitalista elevaria sua produtividade e, por conseguinte, aumentaria o produto da economia e promoveria o bem-estar econômico de todos.

Logo podemos inferir que essa teoria do desenvolvimentismo capitalista industrial segrega os povos, prioriza e determina quem pode mais ou não economicamente. Na verdade, essa teoria foi utilizada pelos capitalistas para o monopólio econômico e capital “[...] tendo em vista que a economia mundial estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas” (FERREIRA, 2016, p. 25).

Esse modelo, portanto, levou a ostensiva concentração de renda, marginalização das classes trabalhadoras e o mais impactante a dependência das economias periféricas junto aos países potências, ou seja, centrais, ampliando ainda mais o fosso entre esses países.

Os indígenas do Umariacú nesse espectro, povos tradicionais, na conjuntura política de uma economia desleal sofre as consequências dos impactos advindos da industrialização, tendo que viver em terras demarcadas, delimitadas em função de um modelo pouco conhecido para se firmarem e viverem dignamente.

O modelo da economia Ticuna, ainda se baseia nos costumes de produção para subsistência, pouco se produz para comercialização, além da pesca, caça, roçados e frutos coletados da selva amazônica que são sazonais como já mencionado nesse trabalho.

Ao investigar sobre as atuações profissionais dos egressos na perspectiva das atividades agropecuárias, ou mesmo, algum investimento de produção agrícola na comunidade em forma de cooperativa, associação ou afins, identificou-se que não há nada que envolvam os conhecimentos técnicos adquiridos pelos indígenas que possam contribuir com autonomia financeira. A economia continua fluindo das práticas agropecuárias tradicionais, sendo que para o indígena Ticuna, é mais fácil o cultivo tradicional do que a agricultura com todos os seus maquinários agrícolas, e incrementos como os químicos usados no combate as pragas, técnicas de cultivo protegido de fenômenos naturais como a chuva e sol, dentre outros.

Luciano (2006) define como economia indígena às questões que envolvem a subsistência e o desenvolvimento socioeconômico sustentável dos povos indígenas na perspectiva da autonomia econômica, social, cultural e politicamente sustentável.

Para Luciano (2006, p. 192) a economia indígena está classificada desta forma:

[...] as economias indígenas tradicionais— que privilegiavam princípios de reciprocidade, troca, intercâmbio, solidariedade e autonomia produtiva. Outros abordam economia indígena como as formas atuais de produção capazes de darem conta das velhas e das novas necessidades do pós-contato — economias indígenas tradicionais em vias de adaptação. Por fim, outros ainda tratam economia indígena a partir de demandas do mercado, privilegiando formas produtivas voltadas para suprirem as necessidades externas, portanto, segundo as regras impostas pelo mercado — economia indígena segundo a lógica do mercado. Talvez nenhuma delas reúna elementos suficientes para suprirem as realidades vivenciadas pelos povos indígenas na atualidade.

O autor afirma que a economia indígena é pautada em princípios e valores de reciprocidade e solidariedade, pois, plantam, caçam e pescam sempre para o coletivo e, isto é mais visível em épocas de festas.

A seguir apresentamos o Gráfico 05 que caracteriza aproximadamente a renda familiar dos egressos e, por conseguinte, mapeia o aspecto socioeconômico da comunidade.

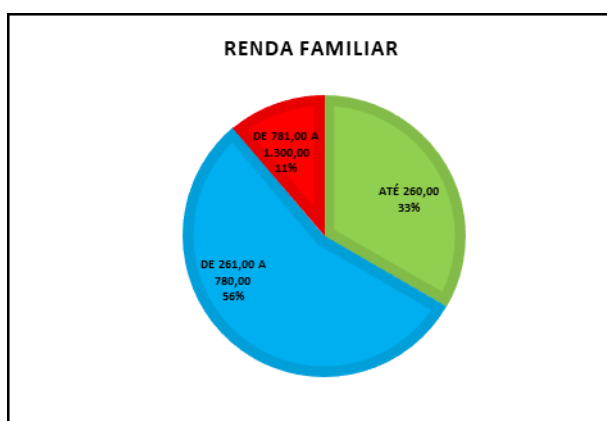


Gráfico 05: Renda familiar dos egressos do curso de Agropecuária
Fonte: Pesquisa de Campo, Questionário socioeconômico, março de 2019.

Como podemos verificar a partir dos dados apresentado no Gráfico 05, a renda familiar dos egressos corresponde a um total de R\$ 261,00 a 780,00, não chega a ser nem um salário mínimo e 33% alcança uma renda de até R\$ 260. Esses dados sinalizam para uma baixa situação econômica dos indígenas que dependem em sua maioria das vezes de uma complementação de renda para dar conta de sustentar a família.

Ademais apenas 11% dos indígenas conseguem um valor até R\$ 1.300,00 o que ainda é muito pouco para ter condições de vida digna. Os indígenas têm direitos sociais garantidos para se ter uma vida digna, pois, essas conquistas são teoricamente contempladas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2011) quando fala dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros.

Para ilustrar ainda mais a negatividade do aspecto socioeconômico do povo Ticuna e de como se torna precária a situação econômica dos indígenas, investigamos o percentual de pessoas que são sustentadas pelas rendas adquiridas por famílias. A essa evidência o Gráfico 06 mostra o percentual da renda dos egressos.

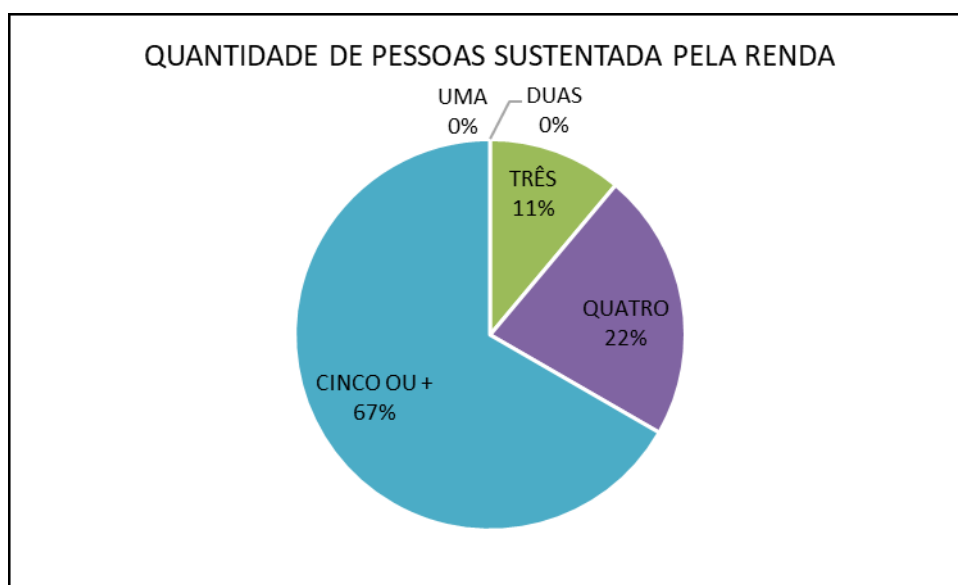


Gráfico 06: Gráfico com percentual de dependentes da renda dos egressos
Fonte: Pesquisa de Campo, Questionário socioeconômico, março de 2019.

A renda das famílias dos egressos chega a sustentar de 05 ou mais membros da família, um total de 67%, ou seja, vai além dos 50%, o que causa certa preocupação, pois, nos tempos atuais e a vida no interior são difíceis. Os indígenas dispõem dos direitos básicos de saúde e educação, mas vemos que a qualidade desses serviços fica a desejar e comprometidos pelas condições de vida precária que se encontram.

Esperamos que a formação educacional possa proporcionar condições suficientes para a vida profissional no mercado de Trabalho. Nesse sentido procuramos por meio do questionário socioeconômico identificar os empregos dos egressos, na comunidade ou mesmo em uma das cidades vizinhas.

Nessa direção o Gráfico 07 detalha que 100% dos egressos participantes da pesquisa não conseguiram se firmar no mercado de Trabalho. Nenhum deles atua como Técnico de Agropecuária em nenhum setor público ou privado, o que nos mostra uma defasagem na preparação dos indígenas.

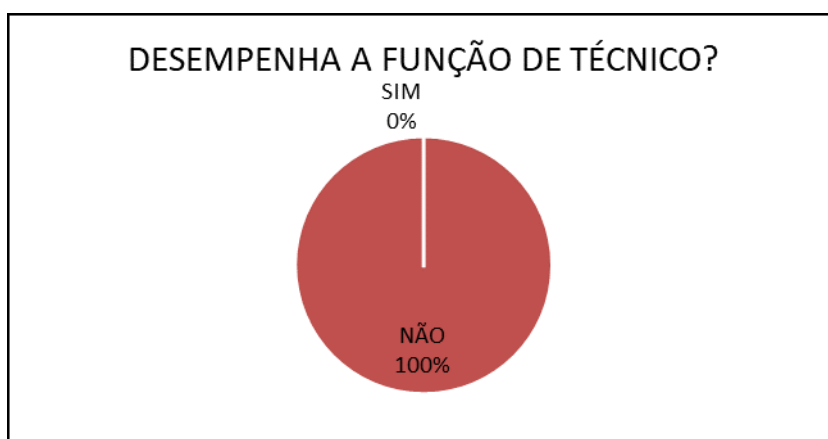


Gráfico 07: Percentual de atuação como técnico agropecuário entre os entrevistados
Fonte: Pesquisa de Campo, Questionário socioeconômico, março de 2019.

Além do problema de defasagem na formação, vemos o descaso do Estado para com os indígenas, o que a nosso ver negligência os direitos de cidadania indígenas, pois,

Podemos ainda dizer que aos povos indígenas se aplica toda a legislação vigente, além da legislação específica, que visa resguardar e proteger seus direitos culturais especiais, bem como o direito de permanecerem como sociedades diferenciadas dentro do Estado brasileiro. Quanto aos desafios e às perspectivas para a construção e o exercício da cidadania indígena, fica claro que é necessário informar a sociedade em geral sobre a situação dos povos indígenas na atualidade: quem são, onde vivem, quais os seus valores, seus direitos e obrigações [...] (GUARANY, 2006, p.163)

Não é só a lei específica que garante o direito à cidadania dos indígenas, mas a Carta Magna. Juridicamente os indígenas devem ser reconhecidos como cidadãos, o que garante os seus direitos de serem diferentes. Tanto o Estado quanto a sociedade precisam conhecer e se sensibilizar com as causas indígenas, eles hoje também precisam de empregos para garantirem suas sobrevivências uma vez que seus contextos territoriais mudaram de configuração pela ampliação das cidades, desmatamentos entre outros problemas.

A economia dos Ticunas do Umariacú se dá pela comercialização de seus produtos nativos que são vendidos na cidade de Tabatinga. A comercialização de produtos agrícolas e caça e pesca pelos indígenas na cidade advém de conquistas políticas deles. Assim, no referido município os Ticuna podem vender em espaço específico para eles, os seus produtos como mostra a Figura 25.



Figura 25: Feira no centro de Tabatinga de produtos provenientes da produção indígena
 Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019

A venda desses produtos contribui, com a renda da família, mas não é o suficiente para lhes proporcionar uma seguridade econômica diante das necessidades de vida em espaço urbano e de suas relações com os não indígenas. No Quadro 06 apresentamos os principais produtos comercializados pelos indígenas:

Quadro 06: Produtos comercializados pelos Ticuna na Feira Indígena

PRODUTO	TIPO DE AQUISIÇÃO	CATEGORIA	COMO É COMERCIALIZADO?
Banana (Família: <i>Musaceae</i>)	Plantio	Fruta	Cachos; palmas
Macaxeira (<i>Manihot esculenta</i>)	Roçado	Tubérculo	Kg
Goma (Sumo da Macaxeira)	Roçado	Derivado da macaxeira	Kg
Farinha	Roçado de macaxeira	Derivado da macaxeira ou mandioca	Paneiro; kg
Açaí (<i>Euterpe oleracea</i>)	Coletado	Fruta	Litro
Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>)	Coletado	Fruta	Kg
Abiu (<i>Pouteria caimito</i>)	Coletado	Fruta	Bolsa
Camu – camu (<i>Myrciaria dúbia</i>)	Coletado	Fruta	Bolsa
Peixe	Pesca	Proteína	Kg
Porco do mato (<i>Tayassu pecari</i>)	Caça	Proteína	Kg
Anta (<i>Tapirus terrestres</i>)	Caça	Proteína	Kg
Tucumã (<i>Astrocaryum aculeatum</i>)	Coletado	Fruta	Dúzia
Pupunha (<i>Bactris gasipaes</i>)	Coletado	Fruta	Cacho

Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019.

Os produtos mais rentáveis para os Ticuna são a macaxeira e seus derivados, como a goma e a farinha, o peixe e os frutos nativos. Os Ticuna concorrem com os atravessadores da Feira Municipal de Tabatinga. É comum se ver os produtos dos Ticunas superfaturados pelos atravessadores não indígenas, que compram deles seus produtos e revendem muito mais caro, prejudicando os Ticuna.

Ressalta-se que nem todos os Ticunas optam por vender seus produtos na feira, o sistema de troca para eles ainda é mais vantajoso e cultural. Então é comum eles trocarem farinha por roupas, sapatos entre outros utensílios dentro da própria comunidade, nos bairros mais próximos ou mesmo na cidade, principalmente seus artesanatos.

É interessante frisar que o curso técnico do Ifam está servindo para uns egressos como investimento na produção agrícola e pecuária. O Gráfico 08, a seguir apresenta de forma mais precisa as respostas dos egressos quanto ao questionamento de como o curso está contribuindo em suas vidas financeiramente.

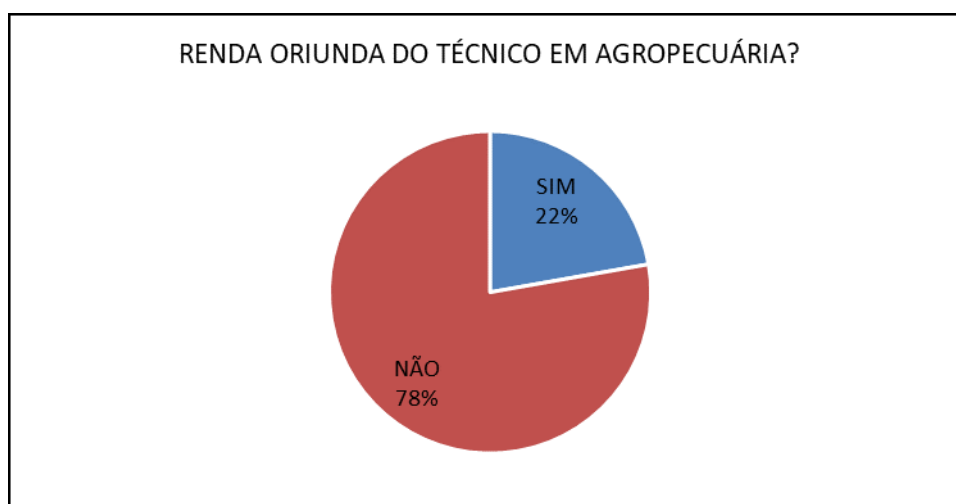


Gráfico 08: Renda oriunda do Técnico em Agropecuária.

Fonte: Pesquisa de Campo, Questionário socioeconômico, março de 2019.

Dos dados descritos no Gráfico supracitado, temos que 22% que afirmaram ter uma renda das atividades agropecuárias, dizem respeito no investimento dos conhecimentos adquiridos por conta própria, ou seja, na produção de subsistência familiar, investindo em criação de galinhas de postura (ovos) e quelônios (tracajá), produtos que são comercializados de maneira informal na própria comunidade e como sistema de troca.

É preocupante a estatística de 78% dos egressos que dizem não ter nenhuma renda oriunda do curso Técnico. Dado que nos leva a diferentes hipóteses e que merecem ser estudadas na perspectiva de se investir ou não esse tipo de curso para formação de indígenas na região com uma profunda análise do mercado de trabalho para eles.

Podemos mensurar que os impactos do curso técnico de Agropecuária na comunidade do Umariacú são mais negativos do que positivo. As expectativas não foram alcançadas, quando analisamos as possibilidades de aproveitamento do curso pelos egressos como oportunidade de emancipação financeira, pois, ainda que tenham conhecimentos técnicos, suas atividades praticadas continuam sendo balizadas pelas suas formas tradicionais e culturais de cultivo.

Estas atividades de produção agrícola e troca por produção industrializada do povo Ticuna condiz com o desinteresse pela produção mais eficiente e de grande escala capaz de construir sua autonomia financeira por mais ajuda que se tenham dos órgãos governamentais, é o caso do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) de Tabatinga que investe em capacitação técnica na comunidade através da

ida de agentes para demonstrar *in loco* técnicas mais modernas e eficientes de cultivo, bem como o escoamento de sua produção para a Feira do produtor Ticuna na área urbana.

Para Schröder (2003) e Luciano (2006) o comércio indígena parcialmente não se faz pela não monetização, moeda, mas sim, por meio de negociação de produtos baseada na troca simbólica de valores.

Assim,

[...] a economia indígena apresenta semelhança com a economia familiar ou de subsistência, por isso a dificuldade de se encontrar um conceito que abarque e identifique de fato o que é e como está estruturado esse sistema produtivo, que inegavelmente existe e que tem que ser caracterizado por outros fatores além do simples fato de ser formado exclusivamente por indígenas (MACÊDO, *et. al*, 2014, p. 6).

Os alunos egressos do curso técnico em agropecuária na modalidade proeja, objeto de estudo desta pesquisa, corroboram para definitivamente estabelecermos esta afirmação. Em questionário socioeconômico aplicado nas atividades de campo aos egressos, quando perguntados se o curso técnico foi economicamente viável, os dados obtidos nos surpreendem pela unanimidade dos entrevistados, conforme evidências os dados do Gráfico 09, a seguir.

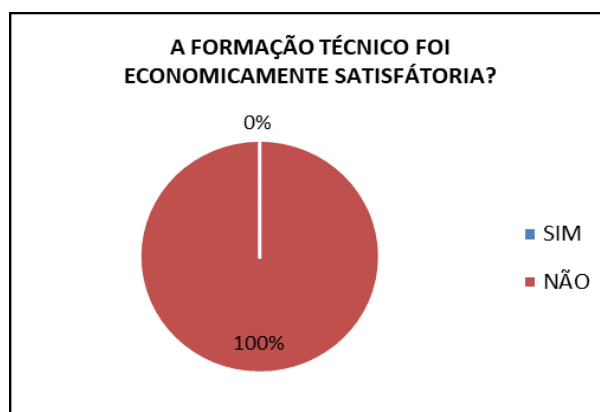


Gráfico 09: Avaliação econômica da formação de Técnico
Fonte: Pesquisa de Campo, Questionário socioeconômico, março 2019.

É preocupante quando todos¹⁶ os egressos entrevistados tenham dito que não estão conseguindo viver economicamente da profissão adquirida na formação pelo Ifam, pois, basicamente a atividade agropecuária está no sangue do indígena, mas essa análise não pode se estabelecer apenas por um viés, então, devemos mensurar atividades secundárias e terciárias desempenhada pelos egressos como foi o caso de dois egressos que estão atualmente desempenhando função de Agente Indígena de Saúde (AIS) e, assim os demais apresentam outras atividades não registradas pela entrevista, pois não quiseram detalhar, talvez por receio do ramo, ou das ilicitudes, que poderiam causar constrangimento aos mesmos.

Haveríamos de tecer críticas ao Instituto Federal por não prever garantias ao se abrir cursos técnicos desconectados das oportunidades do mercado de trabalho local, porém, desde o começo, a ideia do projeto deixou bem transparente que o curso veio com objetivos claros de segurança alimentar dos povos indígenas desta região.

Sabemos que o Ifam através da comissão fez um levantamento de demanda de cursos na referida comunidade e o curso técnico desbancou os demais com 26% de pretensões. Os anseios das lideranças e dos comunitários foram expressivos fazendo com que o Ifam não tivesse dúvida quanto a abertura do curso.

¹⁶ Total de 09 (nove) egressos entrevistados.

Mas, ainda assim, é possível notar que há um erro cabal no processo de abertura do curso, pois as instituições governamentais e não governamentais ficaram de fora dessas conversas e não expressaram as carências profissionais mais urgentes requeridos pelo mercado de trabalho atualmente.

A abertura de cursos deveria passar pelo consenso da tríade que é o mercado de trabalho; comunidade externa e por último a instituição nesse levantamento de demanda. Os anseios da comunidade devem estar em harmonia com o que o mercado de trabalho precisa e o que a instituição pode estruturalmente ofertar.

Os dados nos levam a afirmar que é notório o desinteresse pelo cultivo, demonstrando uma queda significativa no plantio tradicional, isso também foi constatado por Macêdo *et. al.* (2014) ao mostrar que 85,5% dos alimentos consumidos no Umariacú são comprados na cidade, entre eles encontra-se o leite e seus derivados, embutidos, enlatados, frango congelado, entre outros.

A diminuição do plantio agrícola é caracterizada pelos roçados que visitamos. Pouco espaço de plantação ver em detalhes na Figura 26, a predominância de macaxeira, mas não em uma escala grande. Logo identificamos que seja apenas para subsistência.



Figura 26: Tipo de roçado na comunidade de Umariacú

Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019

Com isso, não queremos afirmar que o roçado Ticuna está fadado ao fracasso, que não irão mais plantar,

Ressalta-se, portanto, que a especialização das atividades produtivas deu-se em consequência da imposição do mercado, transformando a agricultura indígena altamente diversificada para o monocultivo da mandioca. Além do mais, em busca de oferecer farinha na qualidade e maior produtividade, de acordo com as exigências do mercado, os indígenas reduziram a variabilidade genética do material de cultivo. O cultivo da mandioca na região pouco evoluiu, considerando que os atuais indicadores médios de produtividade continuam os mesmos, em alguns locais até inferiores ao nível obtido pelos índios em suas roças (ALVES, 2001, p. 12).

O norte do Brasil apresenta uma riqueza de fauna e flora como nunca se viu em outra região do planeta e, por isso, estamos rodeados de recursos naturais em abundância o que nos possibilita possuir uma riqueza inigualável quando fazemos uma analogia de valores sociais que não seja especificamente o capital.

Esses valores como a solidariedade, reciprocidade e a generosidade, é estabelecida entre os povos indígenas justamente pela abundância de recursos, o que podemos afirmar que todos estão a luz do direito e do acesso a esses recursos. Os problemas que poderiam ser vivenciados caso houvesse escassez desses recursos são elencados por Luciano (2006)

Povos que vivem em terras mais extensas e abundantes em recursos naturais têm a possibilidade de uma vida mais rica, baseada em valores como a solidariedade, a reciprocidade e a generosidade. Ao passo que os povos que ocupam terras reduzidas e com recursos naturais escassos vivem conflitos internos maiores, o que dificulta muitas vezes as práticas tradicionais de reciprocidade e o espírito comunitário e coletivo.

Diante do exposto não temos a pretensão de afirmar que o Ticuna não irá mais produzir. Mas, sim que os impactos das transformações sociais, as consequências do desenvolvimento globalizado, os processos de industrialização na Amazônia têm impactado negativamente no *modus vivendi* do povo Ticuna na região do Alto Solimões.

3.2 Os saberes tradicionais e os conhecimentos da agropecuária: as contradições, as rupturas e possíveis simbioses

Os indígenas do Brasil ainda praticam a agricultura com técnicas rudimentares, nem sempre sustentáveis como o método de coivara, como mostra a Figura 27, que é a queima da ramagem retirada para o uso do solo para plantação posterior, atividade típica da região tropical do país no verão.



Figura 27: Método de coivara a terra para plantação

Fonte: Imagem disponível em <https://mirim.org/antes-de-cabral/ocupacao-brasil>, abril 2019

Este método compreende o desmate de uma grande área de terra favorecendo o aparecimento das clareiras nas florestas. As queimadas dos troncos de árvores derrubadas ensejam a limpeza do terreno e preparação para atividade de monocultura. Esse processo termina quando o terreno coberto de cinza recebe as primeiras chuvas que lavam o solo e o fertilizam possibilitando o plantio no início do verão.

A questão da queima da vegetação nos roçados para o cultivo de espécies, ainda é um fator que deverá ser discutido dentro das lideranças, pois é sabido que a emissão de CO₂ está cientificamente comprovado ser danosa para a camada de ozônio favorecendo o efeito estufa e por consequência o aquecimento global, e ainda, a saúde humana padece com a inalação dessa fumaça fazendo com que muitos recorram a postos de saúde e hospitais. Estudos comprovam que as queimadas em roças tem sido um vilão aos recursos naturais adjacentes, pois afeta a biodiversidade vegetal local e entorno, retirando nutrientes do solo, causando erosões no período das chuvas.

É importante enfatizar que os indígenas Ticunas, não fazem queimadas em grandes quantidades de terras, pois, os roçados se concentram em pequenas quantidades que com certeza não causam destruição ambiental. A cultura indígena Ticuna, ainda produz para subsistência e não visando produtos excedentes, o que se diferencia de queimadas de enorme extensão florestal na perspectiva de se produzir produtos agrícolas para exportação em larga escala por grandes empresas de agronegócio.

Os roçados indígenas Ticuna em sua grande maioria se concentra nas margens do Rio Solimões, ou seja, plantações de várzea, em que a terra é fertilizada por um bom tempo pela cheia do rio. Nas várzeas os produtos como a mandioca, o milho, melancia, alimentos básicos são mais cultivados pelos indígenas.

A cultura de coivarar a terra é um conhecimento do senso comum que está em toda a região Norte, faz parte do pensamento social daqueles vivem e tiram seu sustento dos diversos manejos do cultivo da terra. Acredita-se que ao queimar a terra fica preta, e a terra preta é boa para a plantação. Os conhecimentos científicos hoje nos mostram que queimar a terra empobrece o solo, quanto mais se deixa adubos orgânicos curtir no solo, mais a terra fica rica em minérios importantes para flora. Essa constatação, nos faz refletir sobre os conhecimentos científicos agropecuários construídos pelo Ifam com os alunos indígenas: será que ajudou a construir novos saberes importantes para lidar com a terra de forma mais sustentável, sem tantos danos ambientais?

Logo vemos uma contradição e distanciamento entre os saberes tradicional e científico de lidar com a terra que seria fundamental aos indígenas para não se continuar com práticas altamente destrutíveis ao meio ambiente.

Hoje não se precisa mais derrubar matas para plantar. Existem novas técnicas, como a interação em manejo de espécies vegetais, bem como a interação de plantas e animais como aponta Silva (2003) *apud* Campos et. al. (2012) é uma delas que consideramos sustentável e interessante. Essa interação contribui para a polinização pela dispersão de sementes por meio de agentes transportadores de propágulos, envolvendo diferentes animais da fauna como mamíferos, insetos, pássaros entre outros.

Assim, um estudo prévio da área, contendo as características e natureza do solo delineadas, é fundamental para o início e estabelecimento da técnica. A escolha das espécies deve ser realizada considerando-se o nível de interações que estas exercem com a biota, ou seja, priorizando-se o plantio de espécies cujos frutos possam atrair o máximo de animais que desta se alimentem e, pelo contato, dispersem estas sementes (GUERRA *et. al.* 2016, p. 3)

Esse estudo torna-se relevante para se compreender bem sobre a importância das espécies cujas flores, como afirma Reis *et al* (1999) citado por Guerra et. al. (2016, p. 3), “[...] atraíam insetos polinizadores para a dispersão mais eficiente de espécies e resiliência local, configurando um cenário de sucessão com todos os elementos (solo, microflora, fauna e flora)”.

A interação entre plantas, compreende a possibilidade de plantas nativas com plantas de produção agrícolas que possibilitam o combate de pragas, a fertilização de solo e o não uso de produtos químicos os quais não bem manejados podem causar sérios danos à saúde. Mas, para isso é preciso conhecimentos técnicos científicos, os quais poderiam contribuir significativamente com grupos tradicionais que não têm o domínio dessas técnicas.

Hoje os Ticuna no Umariacú têm território demarcado pelos órgãos de fiscalização do governo. Portanto, esta terra como apresenta a Figura 28 é para suas sobrevivências não podendo usufruir da floresta que não estão delimitadas, esse território indígena é para o cultivo vegetal e animal, moradia, caça, pesca, extração de recursos naturais em benefício próprio e etc.

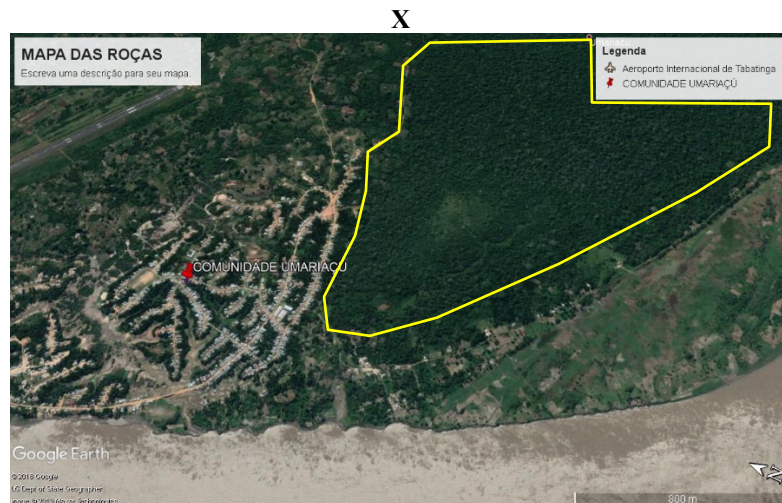


Figura 27: Método de coivarar a terra para plantação

Fonte: Google Earth, março de 2019

Faz parte da cultura indígena Ticuna do Umariacú a utilização dessas terras para fazer suas roças comunitárias, ou seja, coletivas e, nelas trabalham várias famílias servindo como provisão de alimentos para o sustento de todas.

As grandes roças ficam num raio de até um quilômetro de distância da comunidade, mas, no entanto, é possível notar que no quintal de muitas casas na comunidade de Umariacú, pequenos roçados como mostra a Figura 29, dos quais seus produtos são colhidos e utilizados no dia a dia, como macaxeira, banana, pimenta, abacaxi e algumas hortaliças, deixando as grandes roças para as colheitas sazonais.



Figura 29: Casa de um comunitário e ao lado seu pequeno roçado

Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019

Quanto aos conhecimentos na área de criação de animais os saberes tradicionais indígenas ainda se dão de forma oposta as normas técnicas, ou seja, os egressos não se apropriam dos conhecimentos técnicos para a criação de animais em larga escala, afim de que possam retirar sustento desta atividade. Vê-se na comunidade a criação principalmente de galinhas em terreiros livres como apresenta a Figura 30, para a consumo próprio, as quais pousam a noite em árvores para dormirem e escaparem de seus predadores e durante o dia correm soltas pela comunidade.



Figura 30: Galinhas criadas livremente, longe das técnicas recomendadas

Fonte: Pesquisa de Campo, março 2019

A prática tradicional de caçar e pescar é a forma utilizada para suprir as necessidades básicas diárias. Hoje menos intensa que há décadas passadas devido a delimitação territorial. Um saber que é importante ser mencionado, pois, os Ticuna, com suas tradições costumam manter o equilíbrio animal, caçando apenas para se alimentar e comercializar o que não vai consumir.

Percebe-se que há um grande distanciamento entre o saber tradicional e os conhecimentos construídos pelo curso da Agropecuária, pois, as novas técnicas são desconhecidas pelos produtores indígenas. Alguns conhecimentos poderiam contribuir sobremaneira com a comunidade.

Os aparatos tecnológicos mais modernos são encantadores aos olhos dos indígenas, pois, a máquina usada para arar a terra faz o trabalho de 4 a 5 homens em um dia, mas isso contrasta com a cultura do trabalho solidário dos indígenas que é todo feito em grupos de familiares e circunvizinhos. Yamashita ressalta:

É inegável que a motomecanização da agricultura permitiu, entre outras coisas: reduzir ao mínimo a penosidade na realização dos trabalhos agrícolas que os métodos tradicionais impunham; aumentar de forma espetacular o rendimento do trabalho, as áreas das culturas e as consequentes produções. YAMASHITA (2010, p. 18).

Ressalta-se a importância de novas técnicas para a produção agrícola e animal em meio aos indígenas, mas, da mesma forma, é imprescindível que se faça uma análise do que se vai implementar na comunidade, pois, algumas exigem materiais, insumos que talvez sejam difíceis a aquisição e outras que possam destruir por completo práticas culturais de uma relação de sustentabilidade ambiental dos indígenas que ainda são desconhecidas pelos não indígenas.

É importante frisar que muitas práticas coletivas de produção agrícola nos roçados feito pelos indígenas envolve diversas relações sociais entre os sujeitos de diferentes gerações. Práticas milenares são repassadas, construídas e ressignificadas nesses roçados. Laços afetivos são consolidados, trocas de conhecimentos são realizados, espírito de solidariedade são cultuados, crenças são reforçadas e comprovadas, espíritos de ancestrais são evocados e lembrados o que faz toda uma diferença de reafirmação da identidade indígena.

Essas práticas tradicionais indígenas ainda são cultivadas por muitos indígenas principalmente pelos mais idosos, anciãos, como nos revela Gavião (líder, 54 anos, entrevista, março de 2019):

Nós indígenas antigos ainda nos guiamos muito pela mitologia, pelo tempo para escolhermos os melhores terrenos em meio a floresta para o cultivo de nossos

produtos agrícolas, praticamos por meio de nossas crenças, de nossos mitos e com muitos rituais. As estrelas, por exemplo, servem de orientação e guia que nos apontam o local onde poderemos plantar determinado produto e fazer uma boa colheita.

É preciso respeitar as tradições e discutir em coletivo as introduções de novas tecnologias na comunidade, é extremamente importante que se esclareça os prós e os contras com o aceite da comunidade e se introduzir as tecnologias desejadas.

Fernandes et. al. (2006) afirma que os Ticuna têm o costume de provar a terra literalmente para saber se é ácida ou própria para a produção vegetal. Atualmente os técnicos agropecuários usam um aparelho chamado de medidor de pH ou pHmetro que verifica com total confiabilidade a qualidade da terra ou da água, passando uma informação correta sobre acidez ou alcalinidade do elemento analisado.

Considera-se importante tanto o saber tradicional indígena quanto os conhecimentos técnicos científicos da agropecuária. Os conhecimentos são fundamentais para a existência dos seres humanos, principalmente os que vem contribuir socialmente e coletivamente na perspectiva da qualidade de vida das pessoas.

O povo Ticuna para seguir existindo, deve continuar vivendo de práticas culturais agrícolas, estabelecendo formas próprias de produzir, mas também é importante adquirir novas experiências que os ajude a melhorar cada vez mais suas produções de subsistência.

Vale enfatizar que os impactos causados pelos indígenas são pequenos. A floresta tem tempo de se restabelecer, pois suas práticas se dão de forma sustentável em equilíbrio com a terra, a floresta e a água.

Registrar a possibilidade de possíveis simbioses entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos da Agropecuária, se faz pertinente. Técnicas que não venham violar a cultura da produção agrícola e animal dos Ticunas poderiam ser entrelaçadas à cultura indígena, porém, para isso, é importante que as instituições formadoras invistam nessa oportunidade de equidade social.

3.3 As proposições, os desafios e os impactos do ensino técnico agropecuário: um olhar crítico sobre o curso técnico em Agropecuária voltado à comunidade indígena do Umariacú.

Os egressos do curso técnico em agropecuária ao longo dos três anos de formação No Ifam viveram momentos de muitos conflitos e contradições. Os resultados esperados não responderam as expectativas propostas pelo curso, tampouco dos alunos cursistas.

O conhecimento técnico ensinado a respeito da segurança alimentar, a emancipação financeira e o desenvolvimento da comunidade pelo instituto, não se deu de forma satisfatória. A formação do curso Proeja para impactar a comunidade não atingiu as expectativas, pois os indígenas se mostraram e ainda se mostram resistentes às suas produções culturais.

Aderir as técnicas dos não indígenas seria tornar-se dependentes dos produtos industrializados e maquinários, ferramentas. Seria abdicar de boa parte de sua cultura na arte do cultivo da terra e dos animais. Esse distanciamento ou essa ruptura dos dois conhecimentos tem sido, em nossa análise, a chave para que ainda hoje tenhamos produtos naturais do povo Ticuna, como a goma, macaxeira, farinha, banana, abacaxi entre outras frutas sem melhoramentos genéticos e isentos de agrotóxicos.

A adesão aos maquinários viria substituir muitos produtores nos plantios. A cultura do trabalho coletivo em roçado para os indígenas é motivadora. Nos trabalhos agrícolas coletivos estabelecem e se firmam ainda mais suas culturas. Durante os momentos de plantio e colheita,

histórias são contadas para os membros mais novos, para que estes passem a entender o significado e modo de viver das tribos Ticunas, perpetuando sua cultura.

De fato, a agricultura é a principal atividade de subsistência dos Ticunas. Esta não deveria sofrer muita interferência externa em suas técnicas centenárias, pois esta influência põe em cheque sua autonomia, muda o curso de sua cultura produtivista, causando dependência dos implementos agrícolas, dos agrotóxicos para o combate de pragas, elementos químicos para melhoramento do solo, maquinários, e as técnicas científicas que poderá se sobrepor as tradicionais, e assim causar o esquecimento ou fragmentação dos costumes próprios da população indígena Ticuna.

Os órgãos governamentais em todas as três esferas têm proporcionado aos agricultores indígenas novas tecnologias produtivas capazes de gerar renda e melhorar a qualidade de vida deste povo que vive da caça, da pesca e das atividades agrícolas. Estes oferecem pacotes de tecnologia e implementos para que o trabalho Ticuna seja menos penoso, porém, como vimos, eles até aceitam ajuda vinda de técnicos, dos maquinários, construção de unidades de demonstração de plantio, participam de formações, de capacitações, mas estas técnicas não se consolidam na comunidade.

Um dos impactos positivos que ressaltamos diz respeito às parcerias interinstitucionais efetivadas no processo de formação dos cursistas indígenas. Houve a participação de várias instituições dentre elas destaca-se o Idam. A participação deste órgão foi fundamental no curso, pois, muitos conhecimentos de manuseio de técnicas alternativas foram construídos por meio desta relação.

O Idam em Tabatinga/AM, oferece cursos de curta duração que envolvem conhecimentos desenvolvidos a partir das experiências com a cultura agrícola local, ressaltando-se dentre eles a saber: a produção de inseticidas naturais no combate a praga das plantações; a produção de farinha de modo mais especializado para atender o mercado do consumo; a preparação de um solo mais fértil para determinados produtos agrícolas e a produção e conservação de sementes para novos plantios.

A parceria entre o Ifam e o Idam, trouxe para a comunidade uma relação de aproximação com este órgão, importante para os indígenas. Pois, mesmo após a finalização do curso o Idam tem se feito presente junto aos Ticunas e tem realizados treinamentos que vem beneficiando os indígenas produtores.



Figura 31: Turma Técnico Agropecuário em aula com Gerente do Idam Tabatinga
Fonte: Gabinete Diretor do Ifam, Campus Tabatinga – AM, março de 2019.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo curso técnico do Proeja foi a questão da queima durante a preparação dos roçados para o cultivo vegetal. Essa prática ainda é um fator que deverá ser discutido dentro das lideranças, pois a emissão de CO₂ está cientificamente comprovado ser lesivo para a camada de ozônio favorecendo o efeito estufa e por consequência o aquecimento global, afetando a saúde humana. Estudos comprovam que as queimadas em roças também tem sido um vilão aos recursos naturais adjacentes, afetando a biodiversidade vegetal local, retirando nutrientes do solo, empobrecendo-o e causando erosões no período das chuvas.

Os indígenas também não trabalham com plantas melhoradas geneticamente, isso ainda é um ponto positivo para a questão de manter a variabilidade genética de produtos que fazem parte da cultura indígenas há tempos, como batata-doce, macaxeira, abacaxi, banana entre outros.

Em primeiro momento imaginou-se que os novos conceitos pudessem de fato fazer diferença na prática, mas os egressos hoje, trabalham da mesma forma como faziam antes do curso. Entrevistamos o egresso Tucano (81 anos, egresso, entrevista, março de 2019), o qual demonstrou que as técnicas ensinadas são muito mais complexas do que as que eles aprenderam desde pequeno. Apesar disso ele segue alguns ensinamentos como adubação da terra para o plantio, e forma correta de plantar melancia aproveitando a terra de várzea. Também se mostrou ansioso em iniciar os trabalhos com a piscicultura, mas, ainda necessita de uma máquina para abrir os tanques.

Em entrevista com os nove egressos percebemos que 78% relataram a dificuldade de entendimento da língua portuguesa utilizada pelos professores durante a formação. Vejamos o Gráfico 10, a seguir.

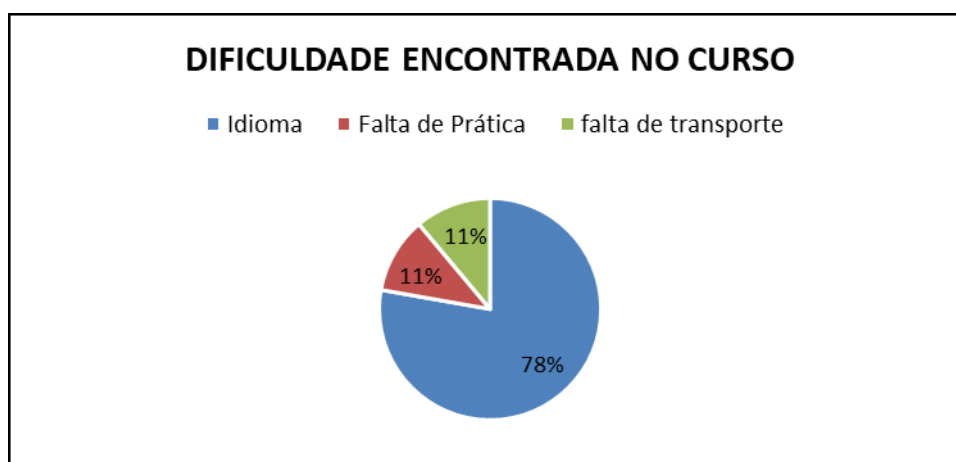


Gráfico 10: Maiores dificuldades encontradas pelos egressos na formação

Fonte: Pesquisa de Campo, Questionário março 2019.

O idioma apontado como maior dificuldade impactou negativamente os processos de ensino e de aprendizagem dos cursistas. A língua escrita para os indígenas torna-se mais difícil pela questão fonética muito diferente da língua portuguesa, tornando a escrita dos alunos de um modo que não atende a língua culta formal.

Quanto a linguagem oral, a comunicação nos processos de ensino e de aprendizagem também sofreu interferência, pois, apesar do contato dos indígenas com os não indígenas, muitas palavras científicas não existem tradução na língua Ticuna, dificultando a aprendizagem de determinados conteúdos trabalhados nas disciplinas durante o curso como relataram os egressos Tuiuiú (26 anos, entrevista, março de 2019) “muitas coisas que o professor falava eu não entendia o significado” e Jacaré (31 anos, entrevista, março de 2019)

“os textos passados pelos professores apresentavam palavras que não tinham tradução em nossa língua, dificultando o entendimento dos assuntos!”

A dificuldade se caracterizou não só pela compreensão dos conteúdos por parte dos alunos, mas também pelo não domínio da língua indígena por parte dos professores. A educação e formação de indígenas presume certas práticas que venham ao encontro da cultura indígena, pois:

De fato, o sistema da educação formal das sociedades indígenas deve ser bilíngue, mas definido dentro de uma política educativa libertadora. A educação bilíngue não deve ser apenas uma ponte para chegar à sociedade nacional. A educação bilíngue deve considerar as culturas dos povos indígenas para, posteriormente, gerar um diálogo crítico e criativo com outras culturas. Nesse aspecto, uma educação bilíngue bem entendida deve estar orientada para uma interculturalização regional, nacional e internacional (VEIGA; SALANOVA, 2001, p. 165).

Este fator contribuiu também para analisarmos o porquê desses egressos não terem impactado a comunidade com os seus conhecimentos, pois, a maioria não conseguiu agregar novos conceitos na perspectiva da Agropecuária.

É notório os fragmentos dos ensinamentos técnicos do curso de Agropecuária do Proeja na comunidade. Existe ideias disseminadas e colocadas em prática por egressos indígenas, mas que não foram bem assimiladas citamos como um exemplo, a tentativa de criação de quelônios.

Os fragmentos dos conhecimentos técnicos construídos pelo curso Agropecuária são visíveis, pois em nossa visita identificamos diversos erros de criação nesse viveiro caseiro, como água contaminada, pH e oxigênio baixo, presença de lixo (sacolas e copos plásticos) dentro do tanque, nível de água razoavelmente baixa o que faz com que a temperatura da mesma seja elevada, entre muitas outras falhas que poderiam facilmente ser descritas por um técnico.

A figura 32 mostra a tentativa de criação de quelônios do egresso Arara. Essa iniciativa a nosso ver, torna-se uma perspectiva positiva de investimento na profissão por parte dos egressos. É interessante destacar que os objetivos da criação de quelônios pelo egresso se dão por diferentes aspectos, como nos informe Arara (29 anos, entrevistas, março de 2019) “[...] criamos tracajá para comer, para a festa da moça nova e também pra vender. Não vendemos muitos porque temos pouco, mas de vez em quando a gente vende”.



Figura 32: Criação de quelônios pelo egresso Arara.

Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019

A produção de quelônio para o indígena tem um significado de extrema importância para a cultura Ticuna. Pois, serve como um tipo de alimentação de valor riquíssimo tanto para

a culinária indígena típica quanto para a festa da moça nova com a produção de instrumentos musicais como mencionado neste trabalho anteriormente.



Figura 33: Aspectos dos quelônios do viveiro indígena
Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2019

As condições de criação são precárias implicando diretamente no crescimento, pois não apresentam boas condições de desenvolvimento, o crescimento torna-se mais lento o que implica diretamente na perspectiva econômica advinda desta produção, tornando-se uma prospecção de longo prazo.

Neste espectro algumas proposições se fazem necessárias, uma delas é a necessidade de uma análise das políticas públicas educacionais para os cursos de Ensino Médio no país. Outra proposição é a possibilidade de uma grande reflexão e discussão envolvendo as instituições e as comunidades indígenas da região a respeito das propostas curriculares do curso técnico em nível médio, de inserção de disciplinas importantes que venham contribuir com a formação crítica para a visão de mercado, como por exemplo, o empreendedorismo.

Outra proposição que sinalizamos é a discussão sobre a formação de professores na perspectiva de atender às necessidades específicas da região, dentre as questões destacam-se a formação sociolinguístico que se torna imprescindível para esta região de uma enorme sociodiversidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um meio eficaz capaz de realizar mudanças significativas para a vida em sociedade. Partindo desse pressuposto, vimos o Ifam como uma instituição com enorme potencial para contribuir com o processo de desenvolvimento da região e principalmente com as populações tradicionais que há muito tem sido alijada pelo sistema econômico local.

O Ifam como instituição formadora tem um importante papel social na região, por poder contribuir, sobremaneira, diagnosticando as problemáticas que afetam a sociedade, fazendo proposituras técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento local e inclusão social. Por meio do ensino e de seus cursos, deve formar cidadãos aptos a aplicar, gerar e difundir o conhecimento e, estes serem capazes de interagir nos mais variados setores de sua formação como o setor produtivo agropecuário, agroindustrial e de serviços, atuando como agentes de desenvolvimento local.

Entendemos que pela missão que tem, foi que o Ifam articulou junto à comunidade indígena um curso do qual os Ticuna, após passarem por uma formação acadêmica estariam aptos a mudar a realidade e desenvolver sua comunidade.

A economia solidária dos Ticunas contrasta com os modelos de economia dos não indígenas ainda que estes modelos de desenvolvimento social e econômico, mostre sua preocupação em promover a isonomia entre povos, mas que no presente, a concorrência econômica para se alcançar os grandes superávits e assim poder fazer parte de um seletivo grupo, se estabelece de forma voraz, fazendo com que aqueles que seguem esta tendência olhem menos ainda para as camadas sociais mais baixas onde se apresentam os indivíduos em vulnerabilidade, como os sujeitos de nossa pesquisa.

O presente trabalho se debruçou frente às investigações de impactos que oriundos dos conhecimentos de agropecuária para a comunidade indígena de Umariacú. A análise dos impactos do ensino técnico agropecuário promovido pelo Instituto Federal do Amazonas – Ifam, *campus* Tabatinga/AM se mostrou pouco eficaz quando entramos no mérito dos objetivos de emancipação econômica de egressos apresentadas pelos resultados aqui descritos.

Ressaltamos que os indígenas da etnia Ticuna são exímios agricultores, pois esta atividade é parte de sua cultura. A atividade de cultivo é essencial à sua existência e está repleta de mitos e ritos a qual se estabelece em suas formas de plantar, colher, caçar, pescar, etc.

A pesquisa identificou que os egressos não conseguiram se estabelecer profissionalmente. Os motivos versam pela falta de demandas de mercado, a qual se apresentou como uma falha na proposta pedagógica do curso, ausência de uma análise do mercado local, pelos impedimentos econômicos, pela falta de infraestrutura adequada para a realização do curso de Agropecuária, dentre outros.

Esperava-se que os conhecimentos técnicos adquiridos pelos alunos indígenas formados em 2015 pudessem somar para a construção da solução do problema. Nessa linha foi que se justificou essa investigação, que ao fim, notou-se algumas rupturas entre os conhecimentos tradicionais e o científico. Os indígenas são exímios cultivadores da terra, e esta atividade faz parte da cultura Ticuna. Logo nos deparamos que os conhecimentos técnicos existem, mas não ecoaram de forma a se tornar visível, sobrepujando os conhecimentos dos indígenas.

A modalidade proeja foi criada estritamente para jovens e adultos que não completaram seus estudos e por muito tempo estavam afastados da escola. Então, antes de adquirirem conhecimento técnico estes egressos já desempenhavam suas atividades e

conseguiram manter-se por meio dela. A imbricação de novos conhecimentos poderia ter potencializado suas produções vegetais e animais, porém, o curso deixou muitas lacunas pelo desconhecimento da cultura indígena.

Certamente, o modo de vida dos Ticuna continua sendo dominante em relação ao conhecimento dos não indígenas, pois, a eficiência das técnicas agropecuárias ao mesmo tempo que pode ser uma porta aberta para o desenvolvimento, também se apresenta como duvidosa aos Ticunas puramente pelo fato de sobrepor sua cultura de plantar e colher.

Os egressos demonstraram poucas perspectivas de melhorias em relação ao campo do trabalho formal. Eles entendem que a dificuldade é imensa devido serem indígenas, e não dominarem com destreza o idioma português. Também criticam os concursos públicos que não preveem vagas destinadas a eles.

As lideranças indígenas se mostram mais preocupados. Os líderes têm visto seus jovens serem dizimados pelo alcoolismo e outras drogas. É necessário reformular as políticas públicas existentes, mas que são ineficazes em outras que atendam os interesses da comunidade.

Temos mostrado que as escolas indígenas não têm um projeto político pedagógico que de fato trabalhe essa educação diferenciada. A ruptura entre o conhecimento tecnicista e o tradicional é perceptível nos livros didáticos.

O Ifam por sua vez, deverá rever sua abrangência nesta região, trabalhando mais ainda para promover a inclusão social da comunidade em geral sem que ninguém fique às margens do esquecimento, e para isso precisa se preparar para trabalhar diferenciadamente em suas formações, pois, mostrou-se ineficiente quanto ao quadro docente com capacitação para se trabalhar o curso técnico agropecuária nessa modalidade indígena dentro da pedagogia da alternância, como foi falado por um dos professores ministrante.

As instituições de Ensino Médio Técnico ou Superior por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão devem estar articuladas com as políticas públicas voltadas para a sociedade. Temos aí o verdadeiro caminho na construção com vista ao desenvolvimento local e regional e para isso deve-se perpassar a compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado. A busca institucional pelo desenvolvimento regional, e abertura de novos cursos já deverão ser definidos através de audiências públicas e de escuta às representações da sociedade.

A pesquisa mostrou que houve audiência pública dentro da comunidade e órgãos governamentais e não governamentais na instituição do curso em estudo, mas apesar dos anseios da comunidade e da estrutura que tinha o Ifam à época para abrir o curso, não resultou positivamente as metas estabelecidas. A segurança alimentar dos povos continua sendo a agricultura, a caça, pesca, artesanatos e, bem mais seguro são os programas de assistência social que hoje se mostram uma verdadeira transferência de renda, pois, essa renda mensal não é aplicada verdadeiramente em suas finalidades.

Ter realizado a pesquisa foi a oportunidade que tivemos de tecer a construção da autonomia intelectual do sujeito em formação, permitido por meio do Ensino Superior, conforme apregoa o artigo 43, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, conferindo ao ensino a obrigação de promover a criação cultural e “o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”.

O procedimento de pesquisar tornou-se fundamental no processo de formação para o aprimoramento do olhar mais crítico, do espírito indagador, elucidando o potencial humano, permitindo uma aprendizagem mais abrangente, mais complexa acerca dos fenômenos do estudo. Há muito mais a se trabalhar na parte dos impactos, porque entendemos a complexidade deste termo e dos vários campos de análise de pontos de impacto positivo e negativo.

Ressalta-se que a realização deste estudo suscitou a necessidade de novas pesquisas que possam contribuir com a compreensão de análise mais profunda acerca do mercado economicamente sustentável para região, na perspectiva de se pensar em cursos que possam de forma significativa contribuir para o desenvolvimento social de povos tradicionais que habitam esta região de tríplice fronteira amazônica.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A. (org.). **Povos e comunidades tradicionais:** Nova cartografia social. Manaus, 2013. Disponível em: <<http://www.novacartografiasocial.com>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

ALVES, R. N. B. **Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia.** Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

ASSAD, E. D.; MARTINS, S. C.; PINTO, H. P. **Sustentabilidade no agronegócio brasileiro.** Embrapa Informática Agropecuária-Livros científicos (ALICE), 2012.

AZEVEDO, R. A. B. Os agricultores Tradicionais e a agronomia: a difícil compatibilidade dos modelos conceituais. *In:* COELHO, M. de F. B.; COSTA J. P.; DOMBROSKI, J. L. D. **Diversos olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e Plantas Medicinais.** Cuiabá: UNICEN, 2003.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

BENDAZZOLI, S. **Políticas públicas de educação escolar indígena e a formação de professores Ticunas no Alto Solimões/AM.** 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 41. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde17102011-152350/pt-br.php>. Acesso em: 27 março 2019.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** Tradução de Sérgio Miceli, Sílvia de Almeida Prado e Wilson Campos Vieira, 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRANDÃO, E. G. **Entre a inovação e a tradição:** Interculturalidade e técnica de produção/cultivo de alimentos na comunidade indígena de Umariacú II, Tabatinga-AM, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

BRASIL. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.**

BRASIL. **Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –PROEJA. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **A Constituição e o Supremo** [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. – 4. ed. – Brasília: Secretaria de Documentação, 2011.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COCCO, E. M.; SUDBRACK, E. M. Ensino médio no contexto atual e os desafios de acesso e permanência. **Impulso, Piracicaba**, 26, 67, set.-dez. 2016, p. 7-22. ISSN Impresso: 0103-7676. ISSN Eletrônico: 2236-9767.

COELHO, M. C. O. Diretório dos Índios e as chefias indígenas: uma inflexão. **Campos** v. 7, n. 1, 2006, p. 117 – 134.

COUTINHO, T. C.; CLEMENTE, S. I.; RAPOZO, P. **Quando a gente Magüta desaparecer, o mundo inteiro irá acabar**. Disponível em: [https://amazonia.latitude.com/2019/05/23/Quando a gente Magüta desaparecer, o mundo inteiro irá acabar/](https://amazonia.latitude.com/2019/05/23/Quando-a-gente-Magüta-desaparecer,o-mundo-inteiro-irá-acabar/). Acesso em 24 de maio de 2019.

FERREIRA, M. V. **O homem, o rio e o viveiro**: As relações de poder que entrelaçam o trabalho da piscicultura em Benjamin Constant no Amazonas. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura no Amazonas da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

FIGUEIREDO, R. S.; NORONHA, C. M. S.; e NETO O. J. O. Estilos de aprendizagem no ensino técnico agropecuário das escolas técnicas federais do Estado de Goiás. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 4, n. 2, Taubaté, SP, Brasil, maio/2008, p. 41-57.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCÉS, C. L. L. **Tikunas brasileiros, colombianos e peruanos**: etnicidade e nacionalidade na região das fronteiras do Alto/Solimões. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2014.

GIMONET, J. C. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo**: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. Pedagogia da Alternância – alternância e desenvolvimento. Primeiro Seminário Internacional, Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GRUBER, J. G. (org.). **O livro das árvores**. Benjamin Constant: Organização Geral dos professores Ticuna Bilingues, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

IBARRA, E. D. S. R.; SOUZA, L. V. S. Mulheres Ticuna: Gênero e política na Amazônia. **Amazôn., Rev. Antropol.**, v. 8, n. 1, 2016, p. 90 – 117.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas: resultado do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IFAM. Instituto Federal do Amazonas. **Plano de Curso de nível médio em agropecuária na forma integrada na modalidade EJA/Proeja indígena.** Tabatinga – AM, 2012.

ISA – **Instituto Socioambiental.** Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso: 21 mar. 2019.

JOBIM, M. A. **Panoramas amazônicos:** São Paulo de Olivença. Manaus: Imprensa Pública, 1940.

KOSS, M. V. **Rubra força:** fluxos do poder feminino. São Paulo: Escrituras, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Edições Loyola, 1986, p.115.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1. v. 1. 13. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MATTOS, R. M. Função simbólica das máscaras inteiriças do ritual tikuna na exposição de longa duração do museu amazônico em Manaus/AM. **Dissertação de Mestrado.** IA/UEC, 2015.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

OLIVEIRA FILHO, J. P. A busca da salvação: ação indigenista e etnopolítica entre os Tikuna In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (org.). **Ensaio em Antropologia histórica.** Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Edições UFRJ, 1999.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **Caderno, CRH,** v. 25, n. 64, jan/abr 2012, p. 17 – 31.

OLIVEIRA, J. P. **O nosso Governo os Ticunas e o regime tutelar.** São Paulo: Marco Zero, 1988.

PAIVA, F. S. Ensino Técnico: Uma Breve História. In: **Revista Humus,** nº 38, mai/jun/jul/ago, 2013. ISSN: 2236-4358

RIAÑO UMBARILA, E. **Organizando su espacio, construyendo su territorio:** transformaciones de los asentamientos Ticuna en la ribera del Amazonas colombiano. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 2003.

RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos indígenas no Brasil: 2006 - 2010.** São Paulo: ISA, 2011.

RODRIGUES, D. D. A experiência de integração curricular no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do mato grosso – campus Cáceres. **Dissertação de Mestrado**. PPGEA/UFRRJ, 2010.

SAMPAIO-SILVA, O. **Máscaras de dança Tukúna**. São Paulo: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2000.

SANTOS, M. L. L. **Educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética**. Passo Fundo: UPF, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 6. ed. Coleção Polemicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. **Fundamentos Ontológicos e Históricos**. Revista Trabalho e Educação: Rio de Janeiro, v. 12 n. 34, Jan./Abr. 2007.

SCHRÖDER, P. **Economia Indígena: Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal**. Recife: Ed. UFPE, 2003

SILVA, A. R. **Identidade/diferenças Tikuna e o processo educativo Formal: um olhar através das escolas Ebenezer e Maravilha do município de Benjamin Constant – AM**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SILVA, L. H. **As experiências de formação de jovens do campo – Alternância ou Alternâncias?** Viçosa: UFV, 2003.

SILVA, O. B. As representações sociais de trabalho e educação em comunidades ribeirinhas. **Dissertação de Mestrado**. PPGE/UFAM, Manaus, 2010.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOARES, A. A. **Ritual Tikuna e o corpo: Aproximações com o Desporto**. Cidade do Porto: FCDEFUP, 2004.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 9. ed. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

TOLEDO, V. M. Indigenous knowledge of soils: an ethnoecological conceptualization. In: BARRERA-BASSOLS, N.; ZINCK, J.A. (org.). **Ethnopedology in a worldwide perspective**. An annotated bibliography. The Netherlands: ITC Publication, 2000.

TONIAZZO, N. A. **Didática: a teoria e a prática na educação**. Disponível em: [http://www.famper.com.br/site/arquivos/mundo contemporaneo/neoremi_06.pdf](http://www.famper.com.br/site/arquivos/mundo_contemporaneo/neoremi_06.pdf). Acessado em: 20 de março 2019.

TORRES, I. C. **A visibilidade do trabalho das mulheres Ticunas da Amazônia.** In: Estudos Feministas, Florianópolis, 15, 2, maio-agosto, 2007.

VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto políticopedagógico ao cotidiano da sala de aula.** Libertad, 2008.

VEIGA, J.; SALANOVA, A. (org.). **Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola.** Darlene Taukane... (et al). - Brasília: FUNAI/DEDOC, Campinas/ALB, 2001.

VITELLI, R. F.; ROCHA, C. S.; FRITSCH, R. **Estudo sobre evasão nos cursos de graduação de uma instituição de ensino superior privada:** aplicação de regressão logística. Produção do edital 38/2010, Programa Observatório de Educação INEP/CAPES, Núcleo em Rede, Projeto nº 44, Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática, 2010.

WEIGEL, V. A. C. M. Os Baniwa e a escola: sentidos e repercussões. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, Jan/Fev/Mar/Abr 2003.

YAMASHITA, L. M. R. **Mecanização Agrícola.** Rio Grande do Norte: IFRN/UFRN, 2010.

ZANETTI, E. G. B. Conhecimento tradicional de agricultores acerca da qualidade de solos em Quissamã. **Dissertação de Mestrado.** PPGEA/IFF, 2015.